

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

INÃ CÂNDIDO DE MEDEIRO

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROPOSTA PELO SERTA: construindo o futuro
dos jovens no campo**

RECIFE

2017

INÃ CÂNDIDO DE MEDEIRO

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROPOSTA PELO SERTA: construindo o futuro
dos jovens no campo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a. Maria de Nazareth
Baudel Wanderley.

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington
Noberto Ramalho.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M488f Medeiro, Inã Cândido.

A formação profissional proposta pelo SERTA : construindo o futuro dos jovens no campo / Inã Cândido Medeiro. – 2017.

114 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

Coorientador : Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho

1. Sociologia. 2. Ecologia agrícola. 3. Juventude rural. 4. Formação profissional. 5. Agroecologia. I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (Orientadora). II. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto (Coorientador).

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-106)

INÃ CÂNDIDO DE MEDEIRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROPOSTA PELO SERTA : construindo o futuro dos
jovens no campo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 26/04 / 2017 .

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazareth B. Wanderley (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr. Ludovic Alexandre Jacques Aubin (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Assunção L. de Paulo (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, especialmente a Vera Lúcia e Maurício da Mata, por todo apoio e incentivo ao longo da minha trajetória.

Aos meus tios, Eduardo e Yara, pelo auxílio e preocupação durante o meu percurso acadêmico.

Agradeço às minhas avós, Luzia Laudate e Conceição, que torceram de tão longe por mim.

A minha família de Maniçoba: Ana Almeida, Tereza Calado, Karina Calado, Leonardo Bastos, pelo companheirismo e amizade.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro.

Aos professores e servidores do PPGS, que participaram da minha formação.

Aos meus amigos da pós-graduação da UFPE, pelos momentos divididos juntos, especialmente a Anita Pequeno, Leandro Vetinari, Filipe Barreiros, Roberto Lemos e Luciana Martins.

À minha orientadora, professora Nazareth, por todo esforço, sabedoria, paciência e dedicação ao corrigir esta dissertação.

Ao meu coorientador, professor Cristiano Ramalho, pela revisão cuidadosa e pelos valiosos conselhos que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Salete Cavalcanti e ao professor José Henrique Artigas, que carinhosamente analisaram o meu projeto e deram sugestões pertinentes para esta pesquisa.

Aos colegas do LAE Rural: Ludovic, Luís Felipe, Berlano, Nacho, Manuela e Jéssica, pelas discussões estimulantes e por todo o apoio.

Ao pessoal da cidade de São Paulo, pela convivência agradável ao longo dos anos, especialmente a: Andres Peres, Lúcia Toguti, Marie Pires, Tianinha e Karl Wolf.

Aos amigos de João Pessoa, por todos os momentos juntos, em particular a: Alex Souza, Bruno Oliveira, Juliana Nascimento, Talita Lima e Lucas Trindade.

Ao pessoal da República do Seu Manoel, por toda solidariedade e gentileza, no pouco tempo que estive por lá.

À Ludmila Patriota, Bruno Souza e Mariana Cavalcanti, pela acolhida na cidade de Recife, em um momento que eu tanto precisava.

À minha professora do Ensino Médio, Marina Auxiliadora Cândida, pela confiança, pela amizade e pelos conselhos, em diversos momentos, desde que nos conhecemos.

Ao Josemar Moura, por todo incentivo, disponibilidade e ajuda inestimável ao longo do mestrado.

Ao Gregório e ao Rômulo Santos, pela amizade, apoio, diálogo e aprendizado constante.

Aos alunos, aos professores e à secretária do Serta. A todos vocês, o meu afeto e reconhecimento por fazerem parte da realização deste trabalho.

E, enfim, o meu agradecimento mais profundo é dedicado à minha companheira Karolina Calado. Sou grato pelos momentos de alegria, por cada gesto de carinho, e por estar ao meu lado, incondicionalmente.

Aprender? Certamente mas, primeiro, viver e aprender pela vida, na vida.

(John Dewey)

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa busca descrever e compreender a educação profissional no campo, baseando-se na proposta de formação do Serta (Serviço de Tecnologia Alternativa) e no processo de aprendizado dos jovens agricultores inseridos no Curso Técnico de Agroecologia dessa mesma instituição. O Serta desenvolve atividades com jovens agricultores familiares, agentes de desenvolvimento local e de agroecologia. Para entender o objeto de estudo aqui proposto, lançou-se mão de algumas categorias analíticas discutidas a partir de um arcabouço teórico, acerca das noções do rural; juventude e juventude rural; migração dos jovens rurais; modelo de agricultura 'alternativa' e formação profissional. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se de técnicas de observação direta, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de documentos da instituição. Pode-se, então, constatar que o Serta desenvolve uma reconhecida atuação junto aos atores sociais do campo, ao procurar atribuir um novo papel para a juventude rural, implantando um modelo inovador de formação profissional com base na ação social, política e econômica, o que contribui para o desenvolvimento local e o fortalecimento da agricultura familiar. Por fim, evidencia-se a necessidade de continuidade da pesquisa proposta, de modo a contribuir ainda mais para o aprofundamento do debate relacionado ao trabalho, à educação e à formação profissional no campo.

Palavras-chave: Agroecologia. Formação Profissional. Juventude rural. Serta.

ABSTRACT

The present research seeks to describe and understand vocational education in the country, based on the training proposal of Serta (Service of Alternative Technology) and the learning process of the young farmers included in the Technical Course of Agroecology of this same institution. Serta develops activities with young family farmers, agents of local development and agroecology. To understand the object of study proposed here, it was used of some analytical categories were discussed, based on a theoretical framework, about the notions of the rural; youth and rural youth; migration of rural youth; model of 'alternative' agriculture and vocational training. As a research tool, we used direct observation techniques, semi-structured interviews and document search of the institution. It can be verified that Serta develops a recognized action with the social actors of the country, seeking to assign a new role for the rural youth, implanting an innovative model of professional formation based on social, political and economic action, the which contributes to local development and the strengthening of family farming. Finally, it is evident the need for continuity of the proposed research, in order to contribute even more to the deepening of the debate related to work, education and professional training in the country.

Keywords: Agroecology. Professional qualification. Rural youth. Serta.

SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica de Extensão Rural

CECAPAS - Centro de Capacitação e Acompanhamentos de Projetos Alternativos da Seca

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra Secas

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas

MPT - Ministério Público do Trabalho

PAC - Programa de Aceleração e do Crescimento

PEADS - Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROCAMPO - Programa de Apoio de à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O PERCURSO HISTÓRICO DO SERTA.....	26
2.1	Concepções gerais que orientam a ação do SERTA.....	29
2.2	A agroecologia: o eixo central da formação profissional proposta pelo SERTA....	34
2.3	As opções metodológicas do SERTA: o enfoque da pedagogia de alternância.....	38
3	OS SUJEITOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS JOVENS AGRICULTORES.....	41
3.1	As particularidades da juventude rural.....	41
3.2	Os jovens rurais pertencentes a famílias camponesas.....	48
3.3	O dilema dos jovens agricultores: ficar ou sair do campo.....	54
4	SERTA: A FORMAÇÃO PARA JOVENS AGRICULTORES.....	61
4.1	O perfil dos estudantes no curso de agroecologia.....	61
4.2	Que formação?: Para a vida e para o exercício da profissão.....	65
4.3	Os processos pedagógicos adotados: a pedagogia de alternância como espaço de ensino e aprendizado.....	73
5	CONSTRUINDO O FUTURO DO JOVEM NO CAMPO.....	81
5.1	O perfil dos jovens entrevistados.....	81
5.2	O presente e o futuro dos jovens agricultores.....	88
5.3	A percepção dos jovens agricultores sobre a formação que recebem do SERTA..	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXO A - IMAGENS DO SERTA.....	113

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma mudança no projeto de pesquisa do mestrado, ocasionada pela impossibilidade de dar continuidade ao estudo do objeto proposto. A princípio, a pretensão era analisar o processo de qualificação profissional dos jovens rurais inseridos como operários no Complexo Industrial Portuário de Suape¹. Após a instauração do Programa de Aceleração e do Crescimento - PAC em 2007, o complexo se tornou um dos maiores polos de desenvolvimento do país e atraiu grandes investimentos públicos e privados. Com a expansão da agenda desenvolvimentista no país, Suape passou a ter mais de cem empresas instaladas e outras dezenas em via de instalação.

Naquele contexto, Suape tinha pela frente o desafio de converter trabalhadores de pouca escolaridade em operários qualificados para suprir as demandas empresariais. Para isso, foram constituídas comissões de concertação, reunindo empresas, sindicatos, SRTE, SENAI, entre outras instituições. Entretanto, por conta da baixa qualificação profissional, foi necessário diminuir os pré-requisitos exigidos como forma de ampliar o número de cursistas. Devido às demandas do setor de petróleo e gás, o Senai-PE efetivou, em 2009, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP. Somente até 2010, o governo de Pernambuco criou 13 novas escolas técnicas frente a um total de 16, disponibilizando 13 mil vagas. Outras diversas propostas foram estabelecidas ao envolver a participação dos governos municipais, universidades, SEBRAE, BNDES e grandes empresas. Tais empresas geraram mais de 50 mil empregos na fase de implementação, os quais se foram reduzidos a 15 mil na fase de operação.

Contudo, desde 2013, o MPT - Ministério Público do Trabalho em Pernambuco - anunciou em audiência pública para planejamento e tomadas de decisão que mais de 40 mil trabalhadores seriam demitidos, somente na refinaria². Os trabalhadores realizavam serviços

¹ Suape está localizado na Região Metropolitana de Recife. Atualmente, a maior parte do complexo está concentrada em Cabo do Sto. Agostinho, contudo grandes parcelas das indústrias se encontram em Ipojuca. A região próxima ao núcleo envolve uma área de influência indireta composta pelos municípios de Escada, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Ribeirão e uma zona utilizada para a implementação de empresas subsidiárias, de setores de acessórios instalados no interior do polo como Rio Formoso e Sirinhaém. Além de serem vinculados ao Território Estratégico de Suape, Cabo do Sto. Agostinho, Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Ipojuca, compõe a Região Metropolitana de Recife (OLIVEIRA, 2013).

² Notícia sobre o planejamento das demissões em massa. Disponível em: < <http://www.leijaja.com/noticias/2013/11/06/mpt-planeja-aco-es-para-os-milhares-de-demitidos-de-suape> > acesso em: 20/11/2016.

na petrolífera através das empresas contratadas. A partir do ano de 2015, no Estaleiro Atlântico Sul e Vard Promar centenas de trabalhadores tiveram suas atividades suspensas³.

Com as demissões em massa nos diversos setores e devido às inúmeras dificuldades de acesso ao campo, Suape deixou de ser o objeto dessa pesquisa. Ao dialogar com a orientadora desse estudo, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, a mesma destacou que o Serta (Serviço de Tecnologia Alternativa) também trabalhava com a formação de jovens, especificamente, jovens rurais. Diante da dificuldade para manter o projeto inicial, uma pesquisa junto ao Serta permitiria manter o meu foco inicial, da formação profissional de jovens de origem rural, porém agora, não mais num contexto que supõe a saída deles do campo, mas, a sua permanência, que é o objetivo do Serta, como será visto mais adiante. Até então, não conhecia a instituição e, assim, iniciou-se o processo de coleta de dados, procurando obter maiores informações sobre sua história, cursos, instalações, objetivos e propostas. Ao pesquisar sobre a instituição, tive um contato prévio com os assuntos relacionados à agroecologia, à agrofloresta, à permacultura, etc.

A escola, que possui unidades em Glória de Goitá e Ibimirim, desenvolve atividades com jovens agricultores familiares e agentes de desenvolvimento local e de agroecologia. O Serta também realiza no município de Orobó uma consulta na área de educação profissional no campo. A instituição, através de seu curso de formação, tem como objetivo principal formar profissionais habilitados para atuar no âmbito pessoal, social, tecnológico e produtivo; nas áreas de gestão, planejamento, assistência técnica e extensão rural. Ainda, em parceria com o Governo de Pernambuco, por meio da Secretária de Educação, já profissionalizou mais de mil técnicos em mais de 25 anos de existência.

O contato inicial com a escola despertou uma inquietação para a pesquisa quanto à questão de um tipo de capacitação dos jovens rurais, diferentemente daquele proposto em Suape. Mas, o momento de maior descoberta ocorreu durante uma visita em novembro de 2015 ao Campo da Sementeira, local em que o Serta organiza suas ações educativas, o qual está localizado em Glória de Goitá, no estado de Pernambuco. Nesse sentido, o sociólogo Charles Wright Mills destacou que a produção intelectual não pode ser desvinculada da experiência de vida do pesquisador. Tal como um artesão medieval, o trabalho e a vida são

³ Notícia sobre os principais motivos das demissões nos estaleiros em SUAPE. Disponível em: < http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/02/20/internas_economia,561919/metalurgicos-denunciam-demissoes-em-estaleiros.shtml > acesso em: 20/11/2016.

indissociáveis e constituem um ofício sociológico, portanto, um artesanato intelectual (MILLS, 1980).

Diante do contato com os professores e alunos, percebi uma escola com proposta singular de capacitação dos jovens rurais. Diferente do modelo convencional, a organização possui um tipo de educação profissional que de algum modo contribui para que moças e rapazes transformem as circunstâncias locais e promova o desenvolvimento do campo. Assim, minhas trajetórias pessoal e acadêmica me levaram a optar por essa nova temática de pesquisa. A partir de então, quis melhor compreender a educação profissional no campo, baseado na proposta de formação da instituição e no processo de aprendizado dos educandos, em especial, dos jovens agricultores inseridos no curso de agroecologia.

É importante ressaltar que em recente estudo sobre a América Latina, o antropólogo da CEPAL, John Durston (1998), denunciou que um dos aspectos mais graves que afeta a juventude rural é a sua invisibilidade social. É o caso de muitas instituições nacionais, que devido a um forte enfoque no urbano e em seus programas para a juventude, não levam em consideração os diversos aspectos da realidade específica dos jovens rurais. As instituições se voltaram, principalmente, para os estudos com o foco nos jovens do meio urbano. Portanto, de forma similar a outras minorias rurais, os jovens no campo ainda sofrem de certa invisibilidade entre pesquisadores e estudiosos do desenvolvimento. (DURSTON, 1997; 1998).

No entanto, a preocupação com a temática sobre a juventude rural tem ganhado maior destaque nos últimos 15 anos na literatura sociológica. Esse avanço, em termos de visibilidade, ocorreu em decorrência de vários aspectos, entre os quais, é relevante citar: as transformações na agricultura e pecuária, devido ao aceleração da tecnologia e a modernização da produção; o aprofundamento da dependência da agricultura em relação ao processo industrial; além dos problemas históricos e sociais graves no caso das mudanças no padrão sucessório: êxodo rural, níveis educacionais e de formação profissional, em particular, dos membros mais jovens das unidades de agricultores familiares.

Desse modo, por conta das transformações na agricultura, em especial no Nordeste, a emergente relevância do tema sobre a juventude rural, os desafios da educação e permanência no campo, essa pesquisa tem como objetivo contribuir para a melhor compreensão da proposta de formação profissional do Sertão, direcionando a perspectiva aos jovens

agricultores familiares no Curso Técnico de Nível Médio, em Agroecologia. Nesse sentido, questiona-se de que forma essa formação tem sido vivenciada por esses atores sociais.

Dada à relevância do debate nacional sobre o mundo rural e, especificamente, sobre a questão da educação profissional e a permanência dos jovens na agricultura, pretendeu-se contribuir para o aprofundamento teórico dessa temática na sociologia. A realização dessa pesquisa soma-se aos demais estudos que almejam colaborar para o acúmulo e a difusão do conhecimento, permitindo aos pesquisadores estabelecerem aspectos de semelhanças e contrastes com o tema abordado. Mais do que propor discussões definitivas, busca-se explorar e compreender alguns elementos fundamentais que permitam caracterizar a proposta formativa do Sertão junto à formação profissional desses jovens agricultores.

Embora os debates em torno da educação profissional no campo estejam colocados no âmbito do direito e integrados à questão do desenvolvimento local sustentável, da permanência dos jovens no meio rural e do fortalecimento da agricultura familiar; ao longo do tempo, essa educação foi relegada a planos inferiores. Em parte, até os anos 1980, a educação no campo brasileira foi marcada pela insuficiência ou mesmo ausência dos poderes públicos, por conta de uma concepção predominante de que os trabalhadores na agricultura não necessitam de educação formal mais ampliada.

A escola no campo surge tardiamente. E não se dá pela ação do Estado, mas pela iniciativa da oligarquia agrária em seus domínios e, portanto destinada aos filhos de fazendeiros, excluindo os filhos dos pequenos produtores familiares em suas diferentes categorias: meeiros, arrendatários, posseiros (ARAÚJO, 2007, p.40).

Ao longo de sua trajetória, a escola não foi capaz, a não ser através de iniciativas mais ou menos isoladas - como no caso dos antigos serviços de extensão rural, organizados nos estados através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que manteve um extenso e expressivo programa de formação de jovens, denominado Clubes 4S - de estabelecer uma pedagogia em consonância com as particularidades das crianças e jovens filhos dos agricultores e de famílias rurais. A formação profissionalizante não aparece no horizonte de muitos jovens do campo devido à escassez de instituições de ensino com esse perfil, não só no meio rural, mas também em diversas cidades brasileiras.

Como resultado, a insuficiência de ofertas de locais de ensino faz com que diversos jovens migrem para os municípios vizinhos ou centros urbanos a procura de melhores condições educacionais e profissionais. Desse modo, a carência de educação básica tem contribuído para elevar as condições de miséria e o êxodo rural, o que contribui diretamente para a não

melhoria da condição de vida dos povos que moram e trabalham no campo. Além disso, pesquisas como a de Souza (2015), Soares (2003) e Castro *et al.* (2009) destacam que ao estudar sobre os problemas da educação do campo no país, especialmente do ensino agrotécnico, verificou-se que a questão que se coloca no centro da discussão é a mesma da preparação para o trabalho, em que a formação passa a ser predominantemente uma preparação para o mercado de trabalho. “Afinal, há muito tempo se tem percebido que as escolas no Brasil têm trilhado por descaminhos que desorientam o sentido do que de fato seja a educação” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Para Bastos (2004), o habitante rural, com frequência foi visto por parte da sociedade como um pobre coitado, solitário, isolado dos grandes centros, afastado da cultura oficial, analfabeto e desnutrido. Com isso, diversas propostas de mudanças do campo foram repletas de preconceitos. Ao serem vistas de forma homogênea ou distorcidas, as especificidades da população do meio rural não são consideradas para que possam ser assegurados os direitos mínimos de cidadania e o acesso a uma formação de qualidade. “Assim como o poder público investe na capacitação dos jovens urbanos, há necessidade de construir uma política pública para os jovens rurais permanecerem na agricultura levando em conta sua heterogeneidade e suas expectativas” (FERRARI, *et al.*, 2004, p.269). Nesse aspecto, a educação profissional que contribua para a permanência dos jovens na agricultura, favorece o fortalecimento da agricultura familiar e, logo, o desenvolvimento regional.

A situação de desigualdade social que se impõe aos habitantes rurais, a ausência ou oferta precária de serviços públicos que em diversos momentos não leva em conta suas especificidades está relacionada ao modelo de desenvolvimento da agricultura e do mundo rural, historicamente, subordinando o campo à cidade e a produção dos pequenos produtores familiares ao agronegócio. Vale destacar a análise de Celso Furtado sobre aquilo que denominou como agricultura itinerante. Furtado (1972) buscou explicar as razões que impossibilitavam o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, ressaltando a questão regional do Nordeste como um elemento-chave para as perspectivas de superação da pobreza no meio rural. Ele se valeu do estudo das questões relativas à formação histórica colonial brasileira para compreender os condicionantes da distribuição de renda e da marginalização social do país, em especial do Nordeste. Celso Furtado propôs a seguinte reflexão:

Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil, instrumento de

ocupação econômica da América Portuguesa. Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão, pode sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças a uma engenhosa articulação de controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência da forma predatória de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração de renda nacional. Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que uma modernização de fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país (FURTADO, 1972, p.122).

Para o autor, o predomínio de um sistema de privilégios inaugurado pela colonização portuguesa está fortemente vinculado a uma estrutura de poder capitalista e agrária que tem aumentado a exploração da massa trabalhadora, a concentração de grandes quantidades de terra, a perpetuação de técnicas agrícolas rudimentares e a destruição do meio ambiente. Assim, esse modelo de agricultura extensivo, predatório e excludente teve sua superioridade garantida com base no forte apoio estratégico do Estado. “A empresa rural, tornou-se o único modelo proposto para a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de (grande) proprietário foi confirmada como via de acesso aos benefícios das políticas públicas implementadas” (WANDERLEY, 2009, p.37).

Desse modo, para Bastos (2004), o Estado, por meio de políticas públicas, interfere diretamente nos processos de redistribuição de recursos produtivos e bens sociais para os atores sociais rurais. Contudo, as intervenções públicas apesar de buscarem melhorias - inclusive no âmbito educacional - não se concentraram na essência dos problemas da população rural, mas favoreceram diretamente os grandes proprietários rurais. Portanto, a atuação do Estado resulta em contradições profundas ao implementar políticas públicas que possibilitam o apoio aos pequenos produtores rurais, porém, ao mesmo tempo, não o inibe de adotar medidas que reforçam o domínio da grande propriedade no campo. "Essa atuação por sua vez, é o resultado de relações predominantes no interior do próprio Estado, que o definem como um campo em disputa entre forças sociais e políticas distintas, que defendem concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural" (WANDERLEY, 2009, p.38).

Desde a década de 1990, mesmo com as dificuldades em que vivem e produzem grande parte das unidades de agricultores familiares brasileiros, ocorreram diversas mobilizações desses atores sociais contra uma concepção mercantilizada de desenvolvimento do campo. Autores como Souza (2015) e Castro *et al.* (2009) apontam que nesse período, por meio de articulações sociais e políticas, a educação do campo passou a ser objeto de maior interesse tanto do Estado quanto da sociedade civil, representada principalmente pelos movimentos

sociais no meio rural. Como resultado das crescentes reivindicações, verifica-se o surgimento de políticas públicas do governo e do Estado voltados para a educação e profissionalização, com o objetivo de enfrentar os graves problemas que ainda marcam o mundo rural.

Embora tenham surgido tentativas de melhorias para os habitantes do campo, um salto de qualidade foi dado a partir do reconhecimento da agricultura familiar nos últimos anos, como um ator social rural de grande importância para o desenvolvimento do país. Para Wanderley (2009), o momento presente é profundamente marcado pelo embate polarizado entre o agronegócio e outras formas sociais de produção. Tais embates se dão num contexto sob muitos aspectos favoráveis: o avanço da democracia no Brasil, que estimulou a organização de agricultores e contribuiu para um maior debate nas instituições; a implantação de políticas públicas, como no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que reconheceu os protagonismos dos agricultores familiares; o aprofundamento da crítica mundial ao modelo produtivista e predatório de modernização agrícola; a expansão da ciência e de novas técnicas produtivas e alternativas ao modelo da Revolução Verde; a intensificação da globalização, naquilo que tange a ampliação dos horizontes sociais e simbólicos dos agricultores e de seus espaços de intercâmbio. Diante do cenário atual, a socióloga destaca que a agricultura familiar está no centro das questões importantes no âmbito mundial e para a sociedade brasileira em particular:

Entre elas, assumem especial relevo a preservação do patrimônio natural, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de trabalho. Da mesma forma, trata-se de afirmar novas configurações de vida social que, vencendo o isolamento que empobrece e estiola as relações humanas, evitem as formas degradadas de muitas das aglomerações urbanas. O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agridam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas. (WANDERLEY, 2009, p. 44)

No entanto, nada está substancialmente conquistado. Para Souza e Cruz (2015), as respostas aos desafios da agricultura familiar convergiram para a emergência em dimensão nacional de um amplo processo de experimentação sociocultural de inovações em propriedades familiares e em comunidades, ancorado em dinâmicas locais autônomas. O contato com públicos historicamente alijados da educação formal propiciou mudanças

relacionadas à forma e conteúdo de ações extensionistas, principalmente quanto a uma maior valorização de saberes tradicionais construídos pelos habitantes do campo. Por meio de articulações das autoridades locais e de setores da sociedade surgem algumas iniciativas enquanto políticas públicas que vão construindo novas possibilidades no âmbito formativo e profissional para os atores sociais no campo, a exemplo de: Programa Projovem, Campo Saberes da Terra, Programa de Apoio de à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), Programa Escola da Terra, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), etc.

No contexto de Pernambuco e no Nordeste, uma das propostas inovadoras de educação profissional do campo foi estabelecida pelo Sertão, através do Curso Técnico de Ensino Médio em Agroecologia. O Sertão possui como base a Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads), que se refere a um conjunto de princípios, metodologias, dinâmicas e conteúdos que trabalham com arranjos formais e informais de educação na perspectiva de mobilização social e construção/manejos/organização de sistemas de produção sustentáveis e de ecossistemas, como no caso da permacultura e agrofloresta.

Desse modo, frente aos desafios e transformações no mundo rural, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: qual é a proposta de formação profissional do Sertão para os jovens agricultores inseridos no curso técnico de agroecologia? E de que modo ela é interpretada e vivida por esses atores sociais?

Para a organização, uma das maneiras de mudar a realidade da vida no campo está em estabelecer a continuidade da agricultura familiar por meio da permanência e resistência dos jovens no campo (Moura, 2003; 2015). De tal modo, o Sertão procura atribuir um novo papel social e político para a juventude do campo, principalmente em pequenos municípios pernambucanos. O Curso Técnico de Agroecologia tem como objetivo principal formar os jovens para o desenvolvimento sustentável do campo, com enfoque na produção da agricultura familiar e na transformação das circunstâncias sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais na região.

O Sertão busca implementar um modelo inovador de educação profissional no campo através de um sistema de alternância. A utilização da proposta pedagógica de alternância é considerada por muitos educadores e técnicos como uma matriz pedagógica de organização do trabalho que contribui para o aprendizado dos jovens agricultores. Essa pedagogia é

caracterizada pela conjugação de períodos e espaços alternados que perpassam a formação na escola, comunidade e família e pelo uso de instrumentos educacionais específicos.

- **Pressupostos teóricos da pesquisa**

Para compreendermos o objeto de estudo proposto, lançaremos mão de algumas categorias analíticas discutidas a partir de: um arcabouço teórico acerca das noções do rural, juventude e juventude rural, migração dos jovens rurais, modelo de agricultura ‘alternativa’ e de formação profissional.

Será abordado nos capítulos posteriores, a questão da categoria rural e sua abrangência através dos estudos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2013), Maurício Antunes Tavares (2009) e Abdalazis Moura (2015). A concepção do meio rural é compreendida pelos autores como um complexo processo social, cultural e histórico que varia conforme o país e a sociedade e não somente pela ocupação territorial.

Como modo de melhor conhecer o campo de estudos sobre a juventude, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema utilizando autores contemporâneos das áreas de sociologia e história como Karl Mannheim (1989), Pierre Bourdieu (1983), Philippe Ariès (1978). Ainda, através das obras fundamentais sobre juventude, buscaremos definir e analisar esse grupo social, indo além da concepção de uma fase cronológica e de preparação para a vida adulta. Ademais, com o propósito de aprofundar o conhecimento dessa categoria, assim como estabelecer relações de semelhanças e diferenças entre a juventude rural e urbana, será estabelecido um diálogo com autores das ciências humanas: John Durston (1998), Maria de Assunção Lima de Paulo (2010), Maria José Carneiro (1998), Suely Aparecida Martins (2007) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2013).

Vinculado ao tema da juventude rural, abordaremos o conceito de migração através das perspectivas de autores como Marilda Aparecida de Menezes (2009), Maria de Assunção Lima de Paulo (2010), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2013) e Klaas Woortman (1993). Para isso, buscamos entender de maneira mais detalhada, os principais fatores da migração em geral e a condição de saída e permanência dos jovens agricultores familiares a partir de suas problemáticas que são distintas, interativas e não necessariamente excludentes entre si.

Também procuraremos analisar a matriz disciplinar agroecológica e suas vertentes afins, dialogando com Miguel Altieri (2012), Rosemary Morrow (2010), Ernst Gotsch (1997), Bill

Mollison (1988) David Holmgren (2013); Luzinette Silva e Roberta Coelho (2015) e MOURA (2003, 2015); como forma de compreender a proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads) do Sertão e de como a formação profissional do jovem agricultor em um sentido mais amplo perpassa pela concepção de uma ‘agricultura alternativa’.

Para melhor abordar os princípios da educação popular presentes na filosofia, concepções e passos metodológicos da proposta política pedagógica do Sertão, utilizou-se o pensamento de Paulo Freire (1997; 2005), que é uma das principais referências sobre o tema. Freire destaca a comunicação dialógica como um processo democrático e inclusivo que garanta maior autonomia e cidadania para os alunos. Essa prática pedagógica interfere na condição de um modelo educacional dominante na sociedade, responsável por um tipo de aprendizado assimétrico, instrumentalizado e passivo, ao não levar em consideração a realidade dos alunos.

Como um dos eixos principais da proposta formativa do Sertão, pretende-se analisar o regime de alternância e sua dinâmica com base nas pesquisas de autores como Adão Francisco de Oliveira; Claudemiro Gody Nascimento; Ellianeide Nascimento Lima; Lourdes Helena da Silva (2007), entre outros. Diferentemente do modelo de educação tradicional, o regime de alternância garante diferentes tempos e espaços educativos para que jovens e adultos tenham a possibilidade de permanecer por seguidos períodos de formação, ao possibilitar que eles possam conciliar trabalho com a escolarização.

- **Instrumentos e técnicas da pesquisa**

É importante destacar que essa pesquisa se define por lançar mão de uma abordagem qualitativa. “Os pesquisadores qualitativos, empregam uma ampla variedade de métodos interpretativos interligados sempre em busca das melhores formas de tornar mais compreensíveis os mundos e as experiências que eles estudam” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 33). Esses estudos são representações de determinados fatos ou perspectivas das quais o mundo é percebido. Assim, a abordagem qualitativa enquanto um conjunto de práticas pode ser compreendido como ‘versões de mundo’ que se modificam conforme vão sendo elaboradas e reelaboradas ao longo da pesquisa.

Nesse sentido, o pesquisador pode assumir a postura de um *bricoleur* e/ou confeccionador de conchas, ou seja, aprender a extrair conteúdo de diversas disciplinas. “O *bricoleur*

interpretativo produz uma bricolage, ou seja, um conjunto de representações que reúnem peças montadas que se encaixam pelas especificidades de uma situação complexa” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17). O pesquisador ao utilizar o método *bricoleur* procura extrair e acrescentar conteúdos que sofrem mudanças e assumem novas formas conforme utiliza diferentes instrumentos e técnicas de interpretações para pesquisa.

Quanto à entrada no campo de pesquisa, trata-se de um processo que não consiste em apenas estar lá. O campo é um trabalho e não apenas uma passagem, visita ou presença. Para Flick (2009), situar-se e permanecer situado no campo, consiste em um processo complexo. Nesse sentido, o acesso aos atores sociais na escola do Serta foi uma etapa fundamental. A seleção de informantes ocorreu através do contato com essa instituição, almejando conseguir ter acesso aos jovens.

Conforme dito anteriormente, o *locus* da pesquisa foi o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), no Campo da Sementeira, localizado na zona rural do município de Glória de Goitá, Nordeste do estado de Pernambuco. O aspecto dessa região que deve ser ressaltado para a compreensão da vida dos jovens rurais é a proximidade do município com a cidade de Vitória de Santo Antão – cuja economia está baseada em serviços - e com Recife, capital de Pernambuco. Glória de Goitá foi emancipada em 1893 e fica localizado na Zona da Mata Norte, Microrregião de Vitória de Santo Antão. Considerando sua área total de 231,8 km², o Censo demográfico do IBGE de 2010 revelou que sua população local era de 29.019, dos quais 15.434 viviam na área urbana. A economia local tem como principal atividade os setores agropecuários e serviços. Os principais produtos do município são: aves, bovinos, a associação entre lavoura e pecuária, além de produtos cerâmicos. Entretanto, a condição socioeconômica da região em parte, constitui-se pela fragilidade das atividades agrícolas e pela limitação de empregos fora da agricultura. Essa situação afeta a permanência dos jovens agricultores e de seus projetos para o futuro.

Em nosso estudo, foi utilizada a técnica de observação direta como forma de favorecer a aproximação com o fenômeno social investigado, a partir do auxílio do diário de campo como ferramenta de pesquisa. Tratou-se de uma técnica direta, pois o pesquisador sem intermédios observou continuamente a realidade e procurou interferir o menos possível e não direcionar a situação dos contextos e fenômenos sociais.

Sobre os dados extraídos pela observação, trata-se de um problema delicado, já que o pesquisador não observa todos os aspectos da realidade. Muitos autores, afirmam que se deve

proceder por meio de um processo de funil. “As observações serão em primeiro lugar, principalmente descritivas e as interpretações delas extraídas permitirão precisar e orientar as seguintes” (JACCOUD; MAYER, 2008, p.273). Variar os lugares e momentos da observação foi de suma importância, principalmente para diversificação dos dados relevantes para a pesquisa. No caso, o contato mais direto com os estudantes e professores do Serta ocorreram na sala de aula, no laboratório de informática, pelos corredores, na secretária e no refeitório durante o horário de almoço.

Referente à análise dos dados coletados pela observação, isto depende estritamente da posição teórica e epistemológica do pesquisador. Para Jaccoud e Mayer (2008), não se pode coletar dados sem que eles incorporem algum nível de interpretação do modo como os atores sociais estabelecem sentido as suas em um determinado universo simbólico. Portanto, o trabalho de análise consiste em uma interpretação de segundo grau, que se estende em diversos casos para as interpretações dos atores sociais, mas que se separa delas, considerando que o pesquisador possui dados relacionados a um contexto mais amplo que vai além do discurso dos informantes.

Sendo assim, os dados de campo foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco professores do Serta e vinte jovens agricultores de todas as turmas, no ano de 2016. Baseado em Flick (2009), Gil (2010) e Minayo (2010), destacamos que a opção por esse tipo de entrevista residiu na característica em combinar perguntas fechadas e abertas, proporcionando ao entrevistado oportunidade de apontar aspectos relevantes do fenômeno social para maior compreensão do objeto em estudo. O intuito da entrevista como instrumento metodológico foi de explorar o espectro de diversas opiniões, atitudes e representações sociais relacionadas ao assunto em questão e de como os atores sociais vivenciam o período de sua formação. “A opção por este tipo de questão teve por objetivo explorar a subjetividade dos participantes, a qual não pode ser mensurada por meios de parâmetros exclusivamente matemáticos, ineficazes para garantir a condição específica de sujeito do ser humano, o que justifica uma abordagem qualitativa” (SILVA; VAZ, 2015, p.156).

Os educadores que trabalham na instituição investigada possuem formação em curso superior e atuam em disciplinas diretamente relacionadas à sua área de formação. O roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado com os docentes foi separado em três blocos temáticos. No primeiro, buscou-se identificar aspectos gerais do curso de agroecologia. Sendo realizadas

perguntas relacionadas ao perfil dos estudantes ingressos no curso, sobre a experiência de formar jovens agricultores e sobre os critérios de avaliação e aprendizagem no curso. Nos demais, tratou-se de aspectos relacionados à formação profissional, agricultura familiar, o papel da pedagogia de alternância na formação dos jovens, o impacto do curso na vida dos ingressos, etc.

A pesquisa de campo ocorreu entre o mês de setembro e agosto, período em que a escola foi visitada diversas vezes. Os jovens ingressos que foram entrevistados eram pertencentes a três turmas do Curso de Agroecologia (G, H, I) que juntas compõem um total de 137 alunos. Eles estavam na instituição havia seis meses.

O roteiro de entrevista semiestruturada aplicado junto aos estudantes foi organizado através de quatorze perguntas. Por meio delas, buscou-se identificar o perfil dos sujeitos da pesquisa: nome, idade, sexo, local de nascimento, profissão dos pais, etc. Em seguida, tratou-se da vida cotidiana dos ingressos: motivo de escolher o curso, contribuição do curso para a vida, principais dificuldades encontradas, entre outras. Nas demais, buscou-se compreender questões relacionadas ao processo formativo dos estudantes, como: experiência no tempo comunidade, principais habilidades, competências e atitudes desenvolvidas, contribuição da pedagogia de alternância para o aprendizado, sobre a concepção de agroecologia adquirida, sobre o projeto profissional, etc.

No momento das entrevistas procurei estar em contato com os professores, técnicos e alunos, com o objetivo de coletar o tanto de dados que fosse possível. De tal modo, utilizei-me do caderno de anotações para registrar diversas situações. O apoio da direção da escola, em especial do coordenador e educador do curso, Abdalaziz de Moura, foi importante para poder vivenciar e, por conseguinte, compreender a dinâmica de funcionamento do Serta, como também para buscar referências teóricas e metodológicas que embasam essa pesquisa.

Todos os estudantes entrevistados são filhos de agricultores que possuíam a idade entre 18 a e 29 anos, e que vivem em sua maioria no estado de Pernambuco. Mas, para fins de pesquisa, foi necessário estipular um recorte etário que permitisse delimitar a amostra do estudo e escolher os atores que fariam parte. Baseado nos critérios utilizado por estudiosos da juventude rural brasileira como Cèlia, Novaes e Cara (2006), optou-se por trabalhar com atores sociais que possuíam a faixa etária dentro dos padrões internacionais e que passou a ser

utilizado pelo Brasil através do Estatuto da Juventude⁴. Partindo dessa definição, podem ser considerados jovens: os adolescentes-jovens (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os jovens-jovens. (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos). No entanto, essa classificação do estatuto serviu apenas como um parâmetro para a pesquisa realizada, pois “em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso - por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências” (CÈLIA; NOVAES; CARA, 2006, p.5).

As entrevistas proporcionaram dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre a proposta de formação, os atores sociais e a suas situações no decorrer do curso. O objetivo foi compreender de forma detalhada, crenças, valores, atitudes e motivações dos educadores e educandos naquele determinado contexto social. “Além de objetivos amplos da descrição, do desenvolvimento conceptual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos” (GASKEL, 2002, p.67).

Em conjunto com a observação direta e a entrevista semiestruturada, foi utilizada a pesquisa documental, com o objetivo de auxiliar na compreensão do conteúdo de formação que o Serta propõe e os métodos e critérios políticos e pedagógicos que ele utiliza. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos deve ser valorizado e apreciado, devido à riqueza de seus conteúdos para diversas áreas.

A pesquisa de documentos da instituição permitiu a identificação, organização e avaliação das informações contidas em diversos escritos, além da contextualização dos fatos históricos em determinados momentos. Nesse caso, as principais fontes primárias exploradas na pesquisa foram os seguintes documentos institucionais: editais de seleção do curso, plano de curso, proposta política pedagógica do Serta, notícias, vídeos, cartilhas e materiais disponibilizados pela internet, como no caso dos depoimentos dos educadores e educandos sobre a instituição. Esse instrumento metodológico também possibilitou transformações de determinadas informações, as quais puderam ser relacionadas com os demais dados oriundos de outras fontes na pesquisa. Por fim, a etapa da pesquisa de documentos permitiu categorizar,

⁴ O Estatuto da Juventude é o instrumento legal da lei 12.852/2013 que estipula quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos pelo Estado, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos no país.

produzir e reelaborar conhecimentos como forma de melhor compreender o fenômeno social estudado.

Enfim, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Neles serão abordados os principais aspectos relacionados ao processo formativo dos jovens agricultores, como a família, a comunidade, o trabalho e o estudo.

Para tanto, o primeiro capítulo objetiva abordar o percurso histórico do Serta ao longo de quase três décadas de existência. Procurou-se descrever e compreender como a instituição formou gerações para o desenvolvimento sustentável no campo, bem como, sua proposta de educação profissional e suas concepções relacionadas à agricultura familiar, à educação, o conhecimento, o meio rural, entre outros. Ademais, serão retratados os principais aspectos do modelo de agroecologia e permacultura que servem como referencial pedagógico no curso estudado. Nesse mesmo capítulo, ainda será apresentado o contexto histórico da pedagogia de alternância e a forma como a mesma proporciona uma experiência alternativa de aprendizado.

O segundo capítulo tem como propósito abordar o percurso teórico e metodológico sobre o conceito de juventude na contemporaneidade e da juventude rural no Brasil. Além disso, busca-se compreender as particularidades dos jovens agricultores camponeses. Em seguida, será analisado o dilema de ficar ou partir vivenciado pelos jovens rurais. Essa abordagem possibilita uma maior aproximação com o objeto da pesquisa, ao fazer toda a discussão conceitual através dos autores que se debruçam sobre o tema.

No terceiro capítulo, busca-se apresentar o perfil dos estudantes do Serta nos últimos anos. Depois, analisa-se a proposta de formação profissional do curso de agroecologia, como forma de melhor entendimento acerca do fenômeno social investigado. Em seguida, problematiza-se o processo pedagógico dos jovens agricultores, o qual é estabelecido através do regime de alternância do Serta.

No quarto e último capítulo, descreve-se e analisa-se o processo de formação profissional dos jovens agricultores, apresenta-se, portanto, o perfil dos jovens entrevistados e suas experiências ao longo do curso. Propõe-se, também, nesse momento do texto, entender a escolha profissional dos estudantes e a forma como eles pretendem realizar os seus projetos para o futuro. E, por último, reflete-se sobre os principais aspectos da formação recebida pelos jovens.

2 O PERCURSO HISTÓRICO DO SERTA

Segundo Moura (2003), o Serto surgiu em 1989 diante da necessidade de técnicos e agricultores desenvolverem conhecimentos, valores e tecnologias alternativas frente às transformações e desafios encontrados no meio rural. A organização teve início para atender o Centro de Capacitação e Acompanhamentos de Projetos Alternativos da Seca (CECAPAS). Ao concluir suas atividades, os técnicos de agropecuária recém-formados quiseram dar continuidade aos trabalhos por meio do desenvolvimento de tecnologias para a agricultura orgânica.

A instituição possuía como desafio inicial, saber qual era o futuro da agricultura familiar conforme o avanço do neoliberalismo e abertura da economia no país. Outra questão, de ordem mais prática, era compreender quais as condições para melhorar esse cenário de desvalorização da agricultura; de modo que, na década de 1990, os técnicos do Serto passaram a estudar a história da agricultura familiar no Brasil, buscando entender o ciclo da cana, a migração rural e como a agricultura familiar era considerada pelos partidos políticos, pelas pastorais das igrejas e pelos sindicatos.

Para Moura (2003), no caso da agricultura familiar, essa vinha exercendo um papel de subordinação nos diversos ciclos econômicos ao longo da história do país. Por meio dessa aferição, o Serto passou a repensar profundamente o papel do desenvolvimento territorial, da agricultura e de seus principais atores sociais. A partir desse momento, a instituição ampliou o número de interlocutores através da interação com gestores públicos, consumidores, funcionários e comerciantes; como forma de lidar com os desafios e propor soluções mais amplas para os problemas do meio rural.

Ainda, as escolas públicas municipais estavam entre os novos interlocutores que o Serto escolheu para contribuir nas transformações sociais e culturais das comunidades locais. A instituição passou a se interessar pela maneira como essas escolas da região ensinavam os alunos do meio rural.

Além da resistência a mudanças estimuladas por novas tecnologias dos adultos que aos poucos foram sendo trabalhadas, os técnicos começaram a preocupar-se com o que se ensinava nas escolas aos jovens, que os deixavam tão indiferentes às realidades e aos desafios concretos da família, do trabalho, da terra, da renda, do meio ambiente. (MOURA, p.14, 2003)

Uma das constatações mais graves da instituição foi de que a escola não preparada exerce um papel indevido e excludente para a juventude rural. Desse modo, a educação escolar,

muitas vezes, contribui para que moças e rapazes abandonem o campo, como se os projetos e estratégias para o futuro desses jovens não pudessem passar pela permanência no campo e de suas profissões de agricultores (WANDERLEY, 2013).

Para o Sertão, a educação no campo não contribuía para a valorização dos filhos de agricultores, mas na verdade, diversas vezes estigmatizava a origem do pai. Na escola convencional, muitos educadores argumentavam “estuda menino! Senão você vai terminar igual ao seu pai na enxada” (MOURA 2003; 2015). Eles ensinavam apenas que tinham que aprender para melhorar de vida. No entanto, a proposta curricular da instituição aqui estudada, defende que a escola poderia exercer um papel diferente, ao levar em consideração as particularidades dos jovens rurais ao entender seu contexto social e por meio da superação de preconceitos contra esse grupo. Desse modo, para a organização, uma das maneiras de mudar a realidade da vida no campo está em estabelecer a continuidade da agricultura familiar por meio da permanência e resistência do jovem no campo. Portanto, busca-se atribuir um novo papel social e político para a juventude do campo nesses municípios pernambucanos e nos estados vizinhos.

A partir de 1999, o Sertão, por conta dos resultados alcançados nos seus trabalhos junto a comunidades e movimentos sociais, foi convidado por um conjunto de entidades para fazer um trabalho que contribuísse para o desenvolvimento territorial. O local escolhido foi o município de Glória de Goitá, na bacia de Goitá, indicado pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado pelo motivo de que, nessa época, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi ampliado para as casas de farinhas, produção principal dessa região entre a Zona da Mata e o Agreste Pernambucano.

Ainda em 1999, a proposta educacional do Sertão foi assumida pela Secretaria Municipal como proposta educacional dos municípios, sendo elaborada a sistematização dos Princípios e Fundamentos da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads). A mesma parte de uma base pedagógica em que se trabalham diversas concepções⁵ em um sentido mais geral e essas dizem respeito à ideia fundamental que temos da arte, das pessoas, da vida, da sociedade, da natureza, dos valores, do desenvolvimento, etc.

⁵ A palavra concepção é entendida como ideia fundamental que temos a respeito das pessoas, da vida, da sociedade, da natureza, dos valores, do trabalho, da cultura, da história, da política, do desenvolvimento, etc. “De acordo com esses elementos básicos, todas as pessoas formam, criam ou constroem suas concepções. É muito comum a pessoa assumir e assimilar a concepção de outras, como dos pais, das mães, dos professores, das autoridades, de um amigo, de um ídolo, da arte ou da comunicação” (MOURA, 2015, p.55).

Diante de tudo isso, foi somente a partir de 2000 que o Sertão iniciou atividades específicas com a juventude rural. Isso começou quando diversas empresas - o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Odebrecht, a Fundação Kellogg e a área social do BNDES - realizaram uma parceria com o Sertão para desenvolver o Projeto Aliança com Adolescentes pelo Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Goitá. Nesse período, em Glória de Goitá, o Sertão inaugurou o Campo da Sementeira, área do Ministério da Agricultura.

Para Moura (2015), as experiências de formação profissional com a juventude começaram a proporcionar alguns impactos positivos na região, ao contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local. Foi nessa época que o Sertão se tornou uma referência importante para o trabalho com os jovens.

Já em 2005, ampliou-se aos municípios do semiárido, ao fundar o campus Ibimirim, no Povoado de Poço da Cruz, em instalações do DNOCS⁶. “O órgão federal, que desde a década de 1930 havia se instalado no lugar chamado Poço da Cruz, mantendo oficinas e escritórios, construiu vilas para operários, mecânicos, engenheiros, próximos aos canteiros de obras” (TAVARES, 2009, p.123). As obras ficavam a seis quilômetros de Ibimirim, que naquele momento era uma pequena vila, mas tinha a vantagem de ficar localizado próximo da BR 110, tornando-se a principal via de acesso entre a capital do estado e a região do Submédio São Francisco, essa que ficou conhecida pelo grande impacto que sofreu na segunda metade do século XX, com a construção das usinas hidrelétricas. A construção do açude em 1958 e depois o assentamento dos primeiros agricultores no Perímetro Irrigado de Moxotó, a partir do final da década de 1970, modificou a dinâmica local e o equilíbrio de poder entre os municípios. Enquanto Ibimirim se desenvolvia com a chegada dos imigrantes nas construções, os municípios vizinhos estagnavam, como no caso de Tacaratu, Tupanatinga, Betânia, Manari e Buique, etc (TAVARES, 2009).

No Campo da Sementeira, entre 2000 e 2004, o Sertão viveu um intenso processo de formação profissional de jovens de quatro municípios da região da Bacia de Goitá.

⁶ De acordo com Albuquerque Jr. (2009), no ano de 1909 foi criado o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), que definiu a categoria geográfica do Nordeste como espaço onde se concentravam as áreas que sofriam com os efeitos do flagelo da seca. Após uma década, o IOCS se tornou Instituto Federal (IFOCs), que originaria o atual Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945. As estiagens do Nordeste são estudadas desde o século XIX e diversas comissões buscaram propor alguma solução. No final do século XIX houve uma tentativa de transferir um grande número de nordestinos para a região amazônica. Isso novamente ocorreu quando, em 1940, os flagelados da seca foram levados novamente para a região através do programa que ficou conhecido como “soldados da borracha”.

Inicialmente, houve financiamento de empresários e logo em seguida de instituições que deram sequência à capacitação, incluindo outros municípios do entorno e do Sertão de Moxotó-PE. Foi então que “a partir de 2009, a formação dos jovens passou a ser reconhecida como profissional de nível médio, através do curso técnico de agroecologia” (MOURA, 2015, p.37).

2.1 Concepções gerais que orientam a ação do Sertão

O Sertão organiza através da PEADS⁷ um conjunto de princípios filosóficos que norteiam suas práticas formativas. Esses princípios são as concepções que os diretores, educadores, professores, técnicos, prestadores de serviços compartilham entre si e com os educandos e educadores do curso, suas famílias e outras instituições. Eles definem aquilo que os professores acreditam para dar diretrizes nas ações da Educação do Campo⁸ que executam ao longo do curso de agroecologia:

Pensar, fazer Educação do campo supõe um processo como esse, uma superação ou uma libertação de paradigmas transmitidos pela cultura dominante, em outras palavras, supõe a desconstrução de conhecimentos, de valores, de eventuais preconceitos e a reconstrução de outros princípios, de outras maneiras de conceber o mundo, a história, as pessoas, a natureza, a educação, a escola, o país, a política, o estado, o campo, as gerações etc. (MOURA, 2015, p.24).

Os princípios educacionais estão presentes em textos didáticos que são lidos e debatidos ao longo do curso através de diversas abordagens didáticas. De acordo com Moura (2003; 2015), para entendermos a educação profissional é preciso ter uma ideia apropriada de como entendemos a educação em geral, o seu papel, o papel da escola, do professor, do estudante, do currículo, do campo brasileiro, da agricultura familiar, do semiárido do Nordeste e do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, as concepções do Sertão orientam as ações curriculares no curso. As ideias fundamentais que o técnico de agroecologia desenvolve, permitirá que ele adquira outra percepção sobre a arte, a vida, a agricultura, a história, o trabalho, o conhecimento e a

⁷ A PEADS no ano de 2002 foi uma das experiências pioneiras para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Atualmente, várias escolas dos Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco aplicam essa metodologia nas escolas do campo, no curso técnico de nível médio e nas universidades (FERREIRA, 2015).

⁸ A educação do campo pode ser entendida como um fenômeno social da realidade brasileira, protagonizado pelos trabalhadores e outras organizações do campo, que tem o propósito de incidir sobre a política de educação desde a os interesses sociais e políticos dos camponeses. Seus objetivos remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e os embates de classe entre os projetos do campo e lógicas na agricultura que tem implicações no projeto de sociedade e do país (CALDART, 2012, p.259).

sociedade. Assim, o conjunto de concepções forma um todo coerente que passa a ser um referencial teórico-metodológico do Sertão. Moura (2003) destaca que os participantes são estimulados a conhecer esses paradigmas. Esses formam o patrimônio cultural, espiritual e técnico da instituição. Os quais ultrapassam o âmbito da filosofia e incidem sobre os demais campos da ciência, a política, a economia e a tecnologia que contribuem para a formação profissional dos educandos ao longo do curso.

Todas as concepções se articulam para determinar como devem ser o ensino e a aprendizagem, a forma de organizar as aulas, a convivência, o tempo escola e o tempo comunidade no sistema de alternância, as visitas às famílias dos educandos, a distribuição das responsabilidades, as ações na participação no campo, na construção de tecnologias alternativas, os horários e o sistema de avaliação. Enfim, todos esses aspectos formam um conjunto de valores e ideias que constituem o curso de agroecologia.

Podemos destacar as seguintes concepções que garantem um diferencial para a formação profissional dos educandos no Sertão:

- **Concepção de arte e educação no desenvolvimento**

Essa concepção está relacionada à função que a arte tem para transformar o olhar das pessoas sobre a realidade que se apresenta não somente naquilo que se presencia na aparência como também aquilo que se tem na essência. Assim, ao longo da sua formação, o técnico vai aprender a observar a propriedade, o solo, a comunidade e o território de uma maneira diferente. “O técnico em agroecologia é essa pessoa que vislumbra e revela essas dimensões escondidas, essas potencialidades latentes nas pessoas, nas coisas, nas propriedades, na natureza e nas instituições (MOURA, 2015, p.51). Isso quer dizer que a realidade local possuidora de potencialidades pode desenvolver-se, as quais nem sempre são evidentes em olhares desatentos ou diagnósticos convencionais. O técnico formado em agroecologia com a proposta e metodologia do Sertão compartilha dessa visão. De tal maneira, “é o que o artista faz na arte e que o técnico faz na profissão” (MOURA, 2015, p.50).

- **Concepção de pessoa**

Define o quanto o olhar da pessoa sobre si mesmo e os outros dá sentido a sua vida no mundo. Ao se basear nessa concepção, Moura (2003) destaca que sentimentos como o da

autoestima e autoconfiança contribuem para o aprendizado no curso e também ao longo da vida. “As concepções ajudam as pessoas a construírem respostas sobre as grandes interrogações, sobre para que, por que, qual o sentido da vida, do bem, do mal, do amor, do ódio” (MOURA, 2015, p.57). Daí, podemos ressaltar a crença e valorização do Serto de que os estudantes - entre eles os jovens agricultores - devem ser protagonistas de sua formação e da solução de seus problemas. Nesse aspecto, a sua vida torna conteúdo do curso.

- **Concepção de História**

Para fins didáticos, Moura (2015) atenta para dois tipos de história predominantes no Ocidente: a dos gregos e dos hebreus. Na primeira, o autor destaca que a história é percebida como algo natural, o eterno retorno, já predita pelos deuses e que não pode ser modificada. Se algo fosse modificado, logo voltaria a ser como era antes. Nesse caso, os indivíduos não mudariam o destino, mas apenas algum elemento secundário. Assim, segundo o autor:

Muitas pessoas ainda seguem esse modelo grego, sentem-se incapazes de qualquer outro destino ao qual foi traçado para suas vidas. Se nascer pobre, vai continuar pobre. Pode ter uma chance aqui ou acolá, mas termina mesmo pobre. Se houver chance de mudar, não será por ele, mas por ordem do destino, de outro ser, de um superior, de um político, de uma loteria (MOURA, 2015, p.60).

No segundo tipo, a história é predominantemente social, constituída pelas pessoas e instituições e está em constante construção. “Essa concepção de história também é reconstruída na formação dos técnicos em agroecologia do Serto. Esses se preparam para mudar primeiro a história e, ao mesmo tempo em que mudam a sua, estão também mudando a história do seu entorno, das suas circunstâncias” (MOURA, 2015, p.63).

Muitos jovens entram no curso com a concepção de história dos gregos, ao achar que não poderiam pensar em criar um projeto e estratégias de futuro para si e muito menos para o seu município. A história não é percebida mais como uma fatalidade, ou seja, um caminho sem volta e uma predestinação. Mudam quando por meio de outra perspectiva, percebem que podem ser protagonistas da história, quando sentem que através do campo da ação social e política, podem transformar a si mesmo e o mundo (FREIRE, 2005).

- **Concepção de mundo e da natureza**

Ao ser articulada com as outras concepções, essa determina como os educandos se situam em relação à natureza, se sentem como exteriores à mesma, se a identificam apenas como instrumento de exploração da ciência em benefício da sociedade ou se sentem integrados a

mesma. “Do cientista mais esclarecido ao agricultor familiar mais simples, todas as pessoas têm um entendimento, uma maneira de explicar a natureza e as relações da natureza com as pessoas” (MOURA, 2015. P. 65).

- **Concepção do Campo**

Nem sempre a concepção que muitos governantes, políticos, parte da opinião pública e senso comum têm sobre o campo, favorece o desenvolvimento deste em diversas localidades. Para muitos, o campo é visto como o lugar da enxada, do atraso, da pobreza, do Jeca Tatu⁹ e do retirante. “A imagem do atraso, do subdesenvolvimento, nas mais diversas mentes, aparece associada ao campo, sobretudo no Nordeste do Brasil” (MOURA, 2015, p. 97). A partir dessa concepção, o progresso e o desenvolvimento foram historicamente associados ao modelo do agronegócio, à modernização conservadora da agricultura, ao crédito, à mecanização, à agroindústria e à cidade (WANDERLEY, 2009). Quem se forma através dessa concepção do campo, tende a colocar o seu saber a serviço do agronegócio.

Por outro lado, o campo pode ser visto como o lugar das potencialidades, do desenvolvimento, da reprodução e partilha da vida (BRANDÃO, 1995). Desse modo, surgem as concepções diferentes de desenvolvimento, de formação profissional, de trabalho, de ensino e da aprendizagem.

- **Concepção de Ciência e Filosofia**

O Sertão distingue, porém, não separa a ciência da filosofia. O curso mesmo sendo técnico, possui conceitos antropológicos, éticos e estéticos. Para a instituição, a ciência que o estudante aprende não é neutra, seja diante da sociedade, seja da realidade. “Esse pensamento criou também na escola e na universidade, a crença no neutralismo científico, ou seja, quem faz ciência também é neutro em relação à política, não tem partido, não tem religião, não tem compromisso com a cultura” (MOURA, 2015, p.40). A proposta educacional do Sertão defende que quem escolhe o curso, busca transformar a realidade das pessoas do campo, do trabalho, etc.

- **Concepção de currículo**

⁹ O personagem foi construído pelo escritor Monteiro Lobato através de uma visão extremamente pejorativa. O criador do Jeca Tatu, referia-se aos caboclos, seus empregados na fazenda que herdava, com as expressões piolhos, funestos e parasitas da terra. Muitos ainda o viam como a representação do atraso e da incultura. (SANTOS, 2003).

O currículo para o Sertão não se constitui como um conjunto de conteúdos a ser repassado, aprendido e avaliado. Ele também não deve ser oculto e sim explicitado. A serviço de quais grupos ele foi construído? Ele contribui para a autonomia dos habitantes do campo? Essas indagações são levantadas pelo Sertão para orientar acerca do tipo de conteúdo, didática, os autores, a disciplina, a relação entre educadores e educandos que contribuem para a formação profissional dos estudantes (MOURA, 2003).

- **Conhecimento**

O conhecimento é considerado pelo Sertão como uma construção histórica e permanente. Esse deve estar a serviço das pessoas e do bem-estar coletivo. Deve ser instrumental para servir e não apenas para explorar. “Uma filosofia que faça o agricultor despertar para sua condição social e política, econômica e possa aplicar a ciência comprometida a serviço da sua libertação, emancipação e não da sua subordinação e dependência” (MOURA, 2015, p.46). O conhecimento científico deve se relacionar com outras formas de saberes sem se considerar o mais adequado na transformação da realidade. De tal maneira:

Como foi sentida a necessidade de reinterpretar a ciência, a filosofia, a teologia, a história, os autores protagonistas da PEADS sentiram a necessidade de reinterpretar a educação escolar e reconstruí-la com nova filosofia, com nova forma de compreender a ciência e de desenvolver conhecimentos (MOURA, 2015, p.48).

Assim, a proposta educacional do Sertão procura repensar aspectos de filosofia, ciência, didática, gestão, avaliação e currículo à luz de um conjunto de valores e concepções.

- **Concepção de desenvolvimento**

A concepção de desenvolvimento leva o Sertão a definir sua atuação junto às unidades familiares. Muito além do chefe de família, as mulheres, as crianças e os jovens agricultores são valorizados pela instituição. Para Moura (2003), tanto no curso como na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Sertão estimula que todos tenham um papel de participante efetivo para a construção de um modelo de desenvolvimento, onde diversas dimensões não sejam negligenciadas.

A instituição busca prestar assistência técnica e educacional, desenvolver a extensão rural junto a jovens agricultores familiares como meio de ampliar a gestão da terra do Programa do Crédito Fundiário em seus diversos eixos temáticos, sobretudo, no combate a insegurança

alimentar e pobreza no campo para ampliar as oportunidades da agricultura familiar nos municípios dos territórios da cidadania.

2.2 A agroecologia: O eixo central da formação profissional proposta pelo Serta

Conforme abordado na proposta curricular do Serta, a matriz disciplinar¹⁰ do curso para a formação dos estudantes é a agroecologia e essa está vinculada aos ramos de conhecimentos da permacultura, policultura e agrofloresta. Referente a esses modelos de ‘agricultura alternativa’, Holmgren (2013) e Mollison (1988) afirmam que os mesmos abrangem de saberes agrícolas tradicionais à ecologia científica, o que por sua vez, envolve um pensamento sistematizado e moderno. Todos os referidos modelos de agriculturas apresentam propostas inovadoras e pertinentes para os desafios que as sociedades contemporâneas têm que lidar.

Como ajuda a entender Gotsch (1997), a construção de projetos de agriculturas alternativas aos modelos hegemônicos¹¹ vem gradativamente ganhando maior notoriedade no país. Além disso, diversas experiências políticas e educacionais no âmbito regional vêm se destacando, como no caso do Serta. Para o autor é possível criar uma agricultura em oposição ao modelo hegemônico, que harmonize o trabalho dos humanos com os processos de natureza, adquirindo dela aquilo que é necessário para se viver bem. “Isto implica em considerarmos um gasto mínimo de energia, onde não cabe maquinaria pesada, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos trazidos de fora do sistema” (GOTSCH, 1997, p.5).

No caso da agroecologia, por ser um conceito recente, possui uma definição que ainda não está consolidada. Mas, em resumo, ela se constitui como:

A agroecologia é definida como uma aplicação de conceito e princípios ecológicos no manejo e desenho de agrossistemas sustentáveis. A agroecologia proporciona o conhecimento e metodologia necessários para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável (GLIESSMAN, 2005, p.54).

¹⁰ Em sua pesquisa, Caporal *et al.* (2011) ressaltam as diversas possibilidades de distintas áreas do conhecimento se integrarem para a consolidação do enfoque agroecológico como matriz disciplinar.

¹¹ O uso do termo hegemonia no século XX reúne e amplia utilizações anteriores. Tradicionalmente indicava o domínio de um país ou governantes sobre outros. Em segundo lugar, significa o princípio em torno do qual um grupo de elementos se organiza. Originalmente uma categoria de uso militar, ela integra a tradição marxista e foi sistematizada pelo pensador italiano Antonio Gramsci que desenvolveu o conceito de maneira significativa por meio de duas dimensões simultâneas: uma para explicar as formas específicas do modo de produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e a outra para pensar as condições das lutas e resistências das classes subalternas para fazer frente a um determinado modelo e visão dominante em determinada sociedade (PRONKO; FONTES, 2012, p. 391).

A agroecologia se apresenta como uma alternativa aos modelos tradicionais de exploração da agropecuária que podem causar problemas ambientais irreversíveis, com sérias implicações sociais. As práticas agroecológicas de saberes camponeses tradicionais e de inovações científicas possibilitam que o agricultor faça intervenções em suas terras que resultem em uma maior harmonização, sincronização e, talvez, uma aceleração dos processos que contribuam para o aumento de vida nos sistemas agrícolas. “A produção agrícola em base agroecológica leva em consideração as características do meio ambiente, a biodiversidade local, os recursos existentes, o saber popular e o conhecimento científico” (PADOVAN; CAMPOLIN, p.5, 2011).

Vale destacar que o conceito de Permacultura foi desenvolvido pelo pesquisador Bill Mollison, como resposta à crise ambiental que apontava desde o final da década de 1960 para algumas previsões do declínio dos recursos e do colapso econômico - como o relatório do Clube de Roma. Esses relatórios demonstraram que o crescimento da população mundial, da poluição, depredação do meio ambiente e diminuição dos recursos naturais podem restringir o desenvolvimento humano em diversas regiões do globo. Isso fez com que diversos estudos sobre o tema ganhassem maior relevância. A publicação de *Permaculture One* (1978) foi o ponto culminante para o desenvolvimento do conceito e a emergência do movimento mundial da permacultura. Mollison através de uma concepção ética, técnica e pragmática definiu a permacultura através de uma resposta positiva para a crise ambiental, isto é, “significa que ela diz respeito ao que queremos e podemos fazer e não àquilo que opomos e queremos que os outros mudem” (HOLMGREN, 2013, p.27).

De acordo com Holmgren (2013), a permacultura pode ser entendida como uma ferramenta que possibilita observar a paisagem e descobrir os recursos que a natureza oferece para poder planejar e organizar de forma sustentável o seu uso coletivo em uma comunidade. “Ela permite visualizar as interações entre os distintos componentes da unidade produtiva rural e reconhecer a função específica de cada componente” (HOLMGREN, 2013, p.7). Nesse sentido, as comunidades não devem depender exclusivamente de insumos externos. Elas devem ser responsáveis pelo seu desenho, sistema de estocagem, de consumo, interação e trocas no âmbito interior e exterior. Cabe à organização local procurar decidir acerca da preservação e recuperação do meio ambiente e formas de obter água, alimentos, energia, serviços ambientais e moradia. “Trata-se de um modelo muito diferente da realidade econômica atual, cujos sistemas de produção são organizados e administrados desde fora para atender a expectativas de consumo de fora” (HOLMGREN, 2013, p.7).

Indo além de um sentido prático, existem várias definições sobre esse modelo de agricultura. As mais antigas discutem a ideia de permanência enquanto as mais contemporâneas concentram-se em assentamentos humanos sustentáveis. Para muitos, pesquisadores e praticantes, a permacultura é o design de comunidades humanas sustentáveis. Além disso, trata-se de uma filosofia e uma abordagem do uso de terra que inclui estudos dos microclimas, plantas anuais e perenes, animais, solos, manejo de água e as necessidades humanas em uma teia organizada de comunidades produtivas (MOLLISON, 1988). Em um sentido mais restrito:

A permacultura diz respeito a valores, visões e designs e sistemas de manejos baseados em compreensão holística, especialmente em nosso conhecimento e nossa sabedoria bioecológicos e psicossociais. Particularmente, diz respeito a nossas relações como o sistema de manejo de recursos naturais, e ao design e redesign, de modo que eles possam sustentar a saúde e o bem-estar de todas as gerações presentes e futuras (HOLMGREN, 2013 p.13).

Devemos destacar que, ao longo da história da humanidade, ela nasceu de um estudo sobre as culturas humanas que conseguiram permanecer por longo tempo sem destruir o meio ambiente em diversos períodos e lugares. Por meio dos estudos sobre a permacultura se percebeu que a harmonia com a natureza depende de uma concepção na qual o convívio entre as pessoas e a natureza é o maior de todos os bens. “Esse paradigma se traduz em sistemas nos quais o consumo se ajusta à capacidade de suporte renovável e se preservam espaço de mata nativa para a absorção do impacto ambiental e a regeneração do meio produtivo” (HOLMGREN, 2013, p.8).

Pode-se destacar outras características elencadas pelo referido autor sobre a permacultura:

- É um sistema de comunidades humanas sustentáveis que integra o design e a ecologia;
- É uma síntese do conhecimento tradicional e da ciência moderna, aplicável a situações urbana e rural;
- Toma os sistemas naturais como modelo e trabalha com a natureza para projetar sistemas sustentáveis que possam promover as necessidades humanas básicas, bem como as infraestruturas que as apoiam;
- Estimula a nos tornamos a parte consciente para os inúmeros problemas regionais e globais que enfrentamos localmente;

Conforme diversas características destacadas, podemos afirmar a partir da pesquisa de Morrow (2010), que a permacultura possui em sua base um conjunto de valores éticos e princípios. Entre éticas permaculturais podemos destacar: o cuidado com a Terra, cuidado com as pessoas, distribuição justa da água, energia, dinheiro, sementes, terra etc. Quanto aos princípios da permacultura, esses possuem aplicações mais restritas, pois são instruções mais específicas e definem os limites éticos. Eles perpassam por inúmeras questões relacionadas ao design, estratégias e de atitude. Os princípios de design da permacultura são baseados nos grandes temas ecológicos essenciais para a vida, como energia, solo e água. Assim, “a permacultura é uma ciência do design ecológico aplicado e assim como todas as ciências, você precisa de algum conhecimento e habilidades” (MORROW, 2010, p.7). É essencial um bom design elaborado por um observador crítico. A base de todo o trabalho de design é que tudo vive e existe dentro dos padrões de tempo, nascimento e decadência. Quanto aos princípios estratégicos, esses estão relacionados à busca de formas para minimizar os impactos socioambientais, assegurando que os sistemas naturais sejam resguardados e os recursos sejam usados de uma forma mais apropriada. Assim, busca-se viver cooperativamente, racionalmente e com simplicidade com cada um. Os princípios de atitude alargam a perspectiva quando se analisa e deseja a paisagem “Eles aumentam sua consciência e processos que afetam ou são afetados pelo seu design” (MORROW, 2010, p.13).

A permacultura também contribui para um amplo espectro de modelos complementares. Ela favorece o aprimoramento do manejo de recursos naturais, especialmente naquilo que se refere à agricultura, em grande parte obstruída por designs ineficientes baseados em especializações, monocultivos e sistemas de rotações simples. Ao criticar a ineficiência desses designs, Holmgren (2013) ressalta:

Esses designs, os problemas que eles acarretam e as soluções destrutivas normalmente usadas para resolvê-los, levaram a perdas de solo fértil, da capacidade de retenção da umidade, de fertilidade, da produtividade, da resiliência, de habitats da fauna nativa, da biodiversidade, incluindo organismos de controle natural e da base genética da qual o sistema depende (HOLMGREN, 2013, p13).

Como resultado, para muitos autores, a permacultura pode ser uma alternativa sustentável, criativa e inovadora para diversos setores da sociedade. Ela abre oportunidades para uma vida mais simples e de qualidade, além de dar maior autonomia aos indivíduos, pois qualquer um pode praticá-la. Ainda, ela possui um caráter plural, pois “não existem barreiras quanto à idade, sexo, religião, educação e cultura” (MORROW, 2010, p.9).

Dentre outras práticas de ‘agriculturas alternativas’, podemos destacar os sistemas agroflorestais e policultivos. Para Altieri (2012), tais sistemas se baseiam em uma maior diversidade de espécies. Como consequência, se tem a possibilidade de haver menor infestação de vegetação espontânea gerando uma menor necessidade de controle. Ademais, esses sistemas são menos acometidos por doenças e pragas, proporcionando a redução do emprego de agrotóxicos. Nessa mesma perspectiva, tem-se a utilização de rotatividade de culturas, o cultivo com o mínimo de revolvimento da estrutura do solo e o controle biológico por remanejamento do habitat.

Em síntese, a utilização agroecologia e outras vertentes afins apresentam-se como matrizes disciplinares para a formação dos jovens agricultores. Elas também favorecem a construção de novas atitudes, competências e valores dos estudantes em relação com o campo, trabalho e a natureza, contribuindo também para repensar os programas e projetos para o meio rural.

2.3 As opções metodológicas do Sertão: o enfoque da Pedagogia da Alternância.

Nos últimos anos, surgiram no Brasil diversas experiências em alternância. A pedagogia de alternância constitui uma proposta singular e inovadora na formação profissional dos jovens rurais.

São experiências que reúnem os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, muitas vezes à margem das instituições oficiais, na busca de alternativas educacionais que atendem às necessidades e os desafios colocados pelo momento histórico para a agricultura familiar (SILVA, 2007, p.121).

No caso do Sertão, a opção metodológica pela alternância tem o propósito de atender as especificidades do campo e contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais e para a formação integral dos educandos no curso de agroecologia. Portanto, a escola utiliza o regime de alternância como uma experiência alternativa de ensino e aprendizado.

Inspiradas nas Casas de Famílias Rurais francesas, a Pedagogia de Alternância surgiu a partir da década de 1930. Porém, a criação dessas escolas rurais, remota o ano de 1911 quando o sacerdote católico e filho de camponês padre Pierre-Joseph Granereau vivenciou as dificuldades e injustiças com os habitantes do campo. Segundo Nosella (1977), Granereau fundou um sindicato rural com o objetivo de ajudar os camponeses a superar o individualismo e isolamento proposto pela elite francesa. Ao conviver com os camponeses por três anos, percebeu que o problema agrícola estava relacionado à educação. “Ou seja, para reverter o quadro de miséria em que se encontravam os camponeses, necessário se fazia oferecer-lhes

uma formação escolar voltada para agricultura, particularmente dos mais jovens, pois estes estariam aptos no futuro a construir pequenas empresas rurais” (ARAÚJO, 2007, p.41). O sacerdote entendia que as escolas instaladas no meio rural, direcionadas para os jovens agricultores, tinham uma concepção das escolas urbanizadas e, sobretudo, não atendiam aos interesses daqueles sujeitos sociais.

Surge então uma nova etapa na Casa das Famílias Rurais Francesas, tanto no aspecto administrativo e financeiro, quanto da pedagogia do movimento¹². “As *Maisons Familiales* ganharam assim, uma concepção teórica e técnica que lhes permitem sair do improvisado” (ARAÚJO, 2007, p.43).

Durante a estruturação, assumiu o educador André Duffaure que ficou responsável pela elaboração do instrumento pedagógico denominado Plano de Estudo, que constitui até o momento um importante referencial para o processo de ensino-aprendizagem dos centros familiares de formação da alternância. Assim, o regime de alternância, surgiu através de experiências educacionais que buscavam dar conta das necessidades dos filhos de camponeses a prosseguirem seus estudos, sem, por outro lado, afastá-los de suas comunidades, intercalando momentos de formação profissional/escolar e em suas localidades e propiciando uma relação retroalimentar entre teoria e prática. O sistema de alternância tem orientação em dois momentos que integram os saberes camponeses e científicos: o tempo escola, que diz respeito ao tempo presencial dos educandos nas aulas e nas práticas pedagógicas da instituição de ensino e o tempo comunidade, referente às práticas do educando em sua comunidade de origem. (SILVA, VAZ, 2015).

Ao longo do tempo, essa escola ganhou maior notoriedade na França e tornou-se internacional. A primeira relação de caráter exterior aconteceu na Itália, onde são intituladas como *Scuola della Famiglia Rurale ou Scuola-Famiglia*. Expandindo-se, logo, por toda a Europa e, em seguida, alcançando a África, a Ásia, a América Latina e a América do Norte. Essas instituições têm como propósito estabelecer “a responsabilidade e a condução de trabalhos da experiência pelas famílias, por meio de associações próprias, e a adaptação da pedagogia à realidade rural, como uma maneira de oferecer ao indivíduo a formação integral e, com isso ajudar no desenvolvimento do seu meio” (ARAÚJO, 2007, p.44).

¹² Segundo Caldart, a Pedagogia do Movimento tem uma proposta formativa produzida na dinâmica da luta social pela terra, pelo trabalho, pela classe e de uma organização dos camponeses que pode ser pensado como um processo educativo. Sua lógica consiste em como fazer uma formação humana em diversas situações, mesmo que institucional. Busca também intencionalizar as próprias ações da luta na direção de objetivos mais abrangentes, ou seja, pensar como cada ação pode ajudar no processo de formação dos atores/sujeitos do campo (CALDART, 2012, p.548-549).

Atualmente, cada país tem uma associação nacional e associações regionais. Elas se agrupam na Associação Internacional do Movimento Famílias Rurais (AIMFR). A sede está localizada em Paris, na França, e tem o apoio da Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (SIMRF), com sede em Bruxelas, na Bélgica.

O Curso Técnico em Agroecologia do Serta é ministrado em Regime de Alternância, introduzido no Brasil a partir de 1969 pela Escola Família Agrícola (EFA) e depois pelas Casas Familiares Rurais (CFR), depois, seguidas por diversas outras instituições. O relatório do Conselheiro Nacional de Educação Murilo Hinguel (parecer CNE/CEB 1/2006) aprovado por unanimidade em 2006 tirou as dúvidas que ainda pairavam sobre a legitimidade da Alternância.

A utilização da proposta pedagógica de alternância é considerada por muitos educadores e técnicos como uma matriz pedagógica de organização do trabalho, que contribui para o aprendizado dos jovens agricultores. Essa pedagogia é caracterizada pela conjugação de períodos e espaços alternados que perpassam pela formação na escola, comunidade e família e pelo uso de instrumentos educacionais específicos. A flexibilização, sob a forma de alternância, é considerada por essa instituição como uma das metodologias mais adequadas para atender as especificidades das populações do campo.

A proposta de alternância, “[...] vai ao encontro dos anseios da formação intelectual e humana dos atores envolvidos no processo educacional, possibilitando o desenhamento e materialidade a todos os sujeitos, a partir dos eixos temáticos que norteiam o processo de ensino e aprendizagem” (CARVALHO, 2015, p.117).

Nesse aspecto, a pedagogia de alternância propõe uma formação que perpassa pelas práticas que estão articuladas ao trabalho, estudo, escola, família e o estabelecimento produtivo, permitindo uma real integração do jovem agricultor com todos esses espaços de vivência e aprendizado no curso de agroecologia.

3 OS SUJEITOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS JOVENS AGRICULTORES

Neste capítulo, como forma de melhor compreensão dos sujeitos da formação no curso de agroecologia do Serta, pretende-se discutir, de maneira mais ampla, *o que é a juventude, bem como os elementos relacionados ao sentido de ser jovem na contemporaneidade.*

Para problematizar a temática, lançou-se mão de um arcabouço teórico que buscou dar conta do conceito de juventude rural e suas diversidades sociais, econômicas e culturais.

Portanto, por meio dessas reflexões, os jovens do campo serão estudados aqui em sua heterogeneidade, isto é, busca-se compreendê-los seja pelas relações de gênero, trabalho, estudos, e constituição familiar, seja pela condição socioeconômica, pelo acesso ao meio de comunicação e pela identidade social.

Em um segundo momento, serão abordadas as particularidades relacionadas aos jovens rurais e a condição camponesa dos mesmos. Para isso, pretende-se destacar a vida cotidiana deles nos diversos espaços sociais que se entrelaçam: a família, a comunidade local, a cidade e a sociedade mais ampla. Depois, ao definir as famílias rurais camponesas, a partir de uma comunidade de interesses, procuraremos entender as principais estratégias de (re)produção e arranjos de sobrevivência das unidades familiares, especialmente as que dizem referem ao acesso à terra, às formas de provisionamento familiar e aos envolvimento dos filhos na propriedade e no trabalho coletivo em família.

E, finalmente, procura-se compreender a condição de saída e permanência dos jovens agricultores familiares a partir das suas problemáticas sociais distintas. A questão da migração rural é um fator crucial para a compreensão da realidade socioeconômica dos jovens agricultores camponeses, em particular naquilo que diz respeito aos projetos e estratégias para o futuro profissional.

3.1 As particularidades da juventude rural

A juventude parece um desses termos óbvios, cercado de entendimentos tácitos, sendo, assim, uma dessas palavras que se explica por ela mesma e/ou um assunto sobre o qual todo mundo tem algo a dizer.

Segundo Durston (1997), em todas as sociedades, a juventude é percebida como uma das várias etapas de um ciclo vital, como a infância, a vida adulta e a velhice. Entretanto, quando se busca precisar o termo nos deparamos com inúmeras dificuldades, pois é

justamente que o seu aspecto escorregadio e impreciso toma relevo, ou seja, “muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, encobertamentos, as disparidades, as mistificações que o conceito encerra”. (ABRAMO, 2005, p.37). O que se evidencia é que há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema.

Mas existe, de certa maneira, uma razão para isso. Na interpretação de Paulo (2010) a característica fundamental daquilo que define a juventude está diretamente relacionada aos seus contextos de vida e a complexidade de aspectos que se efetivam a partir daí. O que se evidencia, com isso, é a multiplicidade e singularidade da juventude, pois ela apresenta trajetórias e percursos distintos.

Vale destacar que os estudos sobre a categoria juventude, apesar de amplos, não são de longa data. Weisheimer (2007) ao analisar o sentido do que é ser jovem, através da representação do mesmo, constatara que a juventude é uma categoria complexa e diversificada:

A juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe com uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre o qual se impõem diferentes mecanismos de integração social, superando as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais (WEISHEIMER, 2007, p. 238).

Segundo Souza (2004), a categoria juventude pode ser definida por diferentes abordagens: sociológicas, históricas, psicológicas, pedagógicas, antropológicas e análises de mudanças físicas num determinado momento da vida. Apesar de a puberdade, como ponto biológico, ser fundamental para compreender a etapa juvenil, o conceito de juventude não pode se restringir a essa área, especificamente. De tal maneira, esse grupo social possui conteúdos e significados que variam conforme o contexto no qual estão inseridos. Diversos autores como Célia, Novaes e Cara (2006) fizeram alertas na direção de ter cautela com óticas viciadas, paradigmas que se naturalizam com enunciados por tomarem como referência pressupostos não contextualizados e que podem distorcer a visão da singularidade e, ao mesmo tempo, da própria complexidade que constituem a realidade dos jovens no Brasil e no mundo.

De acordo com Durston (1997) e Souza (2004), o conceito mais comum de juventude, ao longo do tempo, foi atribuído a um ciclo da vida, ou seja, um período de transformações importantes na vida do indivíduo. Desse modo, “a idade não é somente um conjunto de anos que vai se agregando em um processo linear, mas determina expectativas e comportamentos, podendo tornar o tempo um inimigo” (SOUZA, 2004, p.49). Portanto, esse é o período delicado em que o jovem - ao ter que lidar com diversas mudanças e desafios - pode adquirir comportamentos perigosos e rebeldes. Além disso, a noção da condição juvenil diz respeito à fase do desenvolvimento corporal, das socializações primárias, da dependência e proteção para a vida adulta, do se tornar capaz de exercer as dimensões da produção (sustentar a si próprio e outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (decisões e deveres com a sociedade).

Desde sua obra clássica sobre a história social da criança e da família, Philippe Ariès (1978) demonstrou que as idades da vida mudam conforme cada sociedade em que elas estão inseridas. Para o historiador, a categoria juventude nasceu na sociedade moderna vinculada a uma série de características positivas como bondade, inteligência, coragem, entre outras. Para Ariès, no século XV, com o avanço das teorias humanistas e religiosas, a juventude começou a se distinguir da fase da infância. A obra escrita por Jean-Jacques Rousseau intitulada *Emílio* (1976)¹³ também contribuiu para a produção da concepção de infância e juventude.

Alguns séculos depois, particularmente durante o século XX, após a Primeira Guerra Mundial, a consciência a respeito da juventude passou a ser estabelecida “como depositária de valores novos capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada” (ARIÈS, 1973, p.43). Mas, anterior a esse período, as idades não eram rigidamente definidas. Na época pré-industrial, a adolescência ainda não era compreendida tal qual a conhecemos atualmente e a infância não era separada de forma bem definida do mundo adulto.

A partir de uma abordagem sociológica sobre a juventude, Mannheim (1989) criticou os estudos que partiam de uma posição predominantemente biológica e apontou que era necessário definir o fenômeno da geração como algo social. Para ele, os estudos sociais também deveriam estar vinculados a uma questão de classe. “O fenômeno das gerações é uma espécie particular de idade de posições que compreende ‘grupos de idade’, mergulhados num processo histórico-social” (MANNHEIM, 1989, p. 137). Certamente, a obra de Mannheim

13 Emílio ou Da educação foi publicado originalmente em 1762.

não está limitada a pensar a juventude como uma questão de classe, mas também por meio da relação dialética com a sociedade em um determinado momento histórico.

Com base no pensamento de Pierre Bourdieu (1983), Castro *et al.* (2009) destacam que a juventude estaria desprovida de conteúdo se abordada separada das suas relações sociais. “(...) as fronteiras entre a juventude e a velhice são sempre objeto de disputa em todas as sociedades, o que definiria a juventude não são atributos, específicos, mas as relações de dominação e hierarquia que estruturam as posições sociais” (CASTRO, 2009 *et al.*, p. 43). De tal maneira, a classificação da juventude é uma imposição de limites em um determinado ordenamento social. Assim, Bourdieu reforçou significativamente a perspectiva analítica relacional sobre a categoria juventude.

Sobre a juventude rural nas sociedades latino-americanas, ela ainda pertence a um dos setores sócio-demográficos mais excluídos. Para Durston (1997), em grande parte, a extrema exclusão social está associada também a um fenômeno próprio de sua condição de jovens rurais, isto é, devido aos seus poucos ou nulos direitos em tomar decisões familiares e comunitárias. O autor também destaca a ausência de espaços propriamente juvenis em diversos contextos.

Um dos resultados mais nefastos dessa exclusão é a invisibilidade social, que, por sua vez, contribui para tornar mais grave a exclusão. Como resultado dessa invisibilidade, por muito tempo, pelo menos até a década de 1960, a visibilidade da juventude brasileira ficou restrita aos jovens urbanos escolarizados de classe média. Mas, nas abordagens recentes, diversos autores constataram mudanças de valores e comportamentos da juventude nas últimas décadas. Por exemplo, “a mudança comportamental tem assento em mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase de globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e nas comunicações” (BRUMER, 2007, p.36).

Não se distinguindo do que ocorria em outros países, o debate sobre a juventude no Brasil, principalmente na década de 1990 em diante, trouxe o aspecto da diversidade para os estudos acadêmicos. A juventude rural passou a ser entendida como parte de um conjunto de processos que levam à realidade pessoal heterogênea, que contribui para uma definição mais dinâmica e menos simplória. Para além dos cortes etários, ou apesar deles, não se fala mais em juventude, mas em juventudes, no plural. De tal modo, se faz necessário ter cautela com

definições muito generalizantes e a necessidade de analisar a multiplicidades do perfil da juventude.

Pais (1993) nos trás, por exemplo, a importante reflexão de que a juventude é uma categoria socialmente construída, ou seja, que está sujeita a se modificar ao longo do tempo. Para o referido autor, a juventude corresponde a um período no ciclo da vida, entre a transição da infância para a vida adulta, cuja condição não pode ser definida como um todo homogêneo ou apenas como uma fase da vida. Através de diversas trajetórias, os jovens não experimentam as mesmas coisas de forma semelhante. Além disso, o critério de idade não é suficiente para compreender uma categoria que assumiu contornos tão diferentes ao longo do tempo. O aspecto etário serve como ponto de partida, mas devemos levar em consideração que, em outras civilizações, essa etapa da vida se dá de outras formas. Ainda, segundo Pais (1993), as idades da vida não podem ser compreendidas exclusivamente pelo aspecto de anos cronológicos, mas também por aspectos sociais e culturais que variam conforme o momento histórico.

Para Souza (2004), esse grupo social também não pode ser visto de forma homogênea. É preciso distinguir a fase da vida dos sujeitos, a saber, não se pode misturar juventude e os jovens, visto que o primeiro é a fase e o segundo são os sujeitos que vivem a diversidade. De tal modo, “qualquer reflexão supõe pensar a tensão entre a inserção na estrutura social e a fase da vida” (SOUZA, 2004, p.49). De fato, a cada momento os jovens são singulares, com especificidades construídas a partir de uma determinada dimensão social e época. Então, “a juventude se caracteriza por um momento em que as respostas sobre as trajetórias individuais ainda não estão muito bem definidas, um período em que a experimentação norteia as ações das pessoas em seus processos de inserção em diversos mundos sociais” (CÈLIA; NOVAES; CARA, 2006, p.21). Assim, não se pode enquadrar o conceito dentro de uma estrutura rígida acabada com critérios universais válidos.

Para autores como Pais (1993) e Castro (2005), a categoria juventude rural está vinculada a um meio social, econômico e cultural específico, em um campo de disputa acadêmico, simbólico, político e social. Portanto, as diferentes construções significativas sobre o que é ser jovem variam conforme os espaços em que esses conceitos transitam, estando de acordo com as etapas da vida e posições sociais que eles ocupam.

A partir deste momento em diante, com o propósito de aprofundar o conhecimento dessa categoria, assim como estabelecer as semelhanças e diferenças entre a juventude rural e

urbana, será estabelecido - na presente dissertação - um diálogo com autores da sociologia que pesquisaram a temática: Maria de Assunção Lima de Paulo (2010), Maria José Carneiro (1998), Suely Aparecida Martins (2007), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2013).

Martins ressalta que “a maioria dos estudos que trata da juventude tem privilegiado a análise dos jovens urbanos, passando quase despercebidas pesquisas que focalizam os jovens rurais” (MARTINS, 2007, p. 238). Contudo, em um período mais recente, os jovens rurais passaram a ser estudados de maneira mais ampla, embora ainda de maneira tímida. Os estudos da juventude rural e suas especificidades acompanham as transformações da sociedade e estão relacionados a um novo contexto acadêmico e social que surgiu na década de 1960, onde “Tais estudos lançaram um novo olhar para a sociedade, para o mundo rural e para emergência de novas identidades neste meio, sendo a juventude uma das mais emergentes nesse processo” (PAULO, 2010, p. 57).

Se existem dificuldades sociológicas para limitar a categoria juventude, isso se torna ainda mais complexo quando se trata da juventude rural por conta da carência de estudos sobre o tema.

Paulo (2010) e Wanderley (2013) afirmam que o meio rural ao qual os jovens pertencem é heterogêneo, multifacetado e multidimensional. Suas condições juvenis possuem peculiaridades que implicam em diferenças de gênero, idade, etnia, condições sociais, culturais e econômicas. Ao mesmo tempo em que os jovens rurais possuem semelhanças com os jovens urbanos, há também características que os diferenciam. De tal modo, o jovem rural não vive isolado ou em um mundo à parte, e para compreender este grupo social é necessário considerar suas relações, de um lado, com outras localidades rurais e, por outro, com o meio urbano.

É importante ainda destacar que a população brasileira viveu nas últimas décadas um intenso movimento de migração interna, visto que “parte deste processo se traduziu por um enorme êxodo para as cidades. Outra parte importante, no entanto, ocorreu no interior das próprias áreas rurais e se traduziu pelo deslocamento da população na direção das fronteiras agrícolas” (WANDERLEY, 1998, p.29). Essa intensa migração tem modificado, profundamente, a dinâmica da sociedade brasileira.

De maneira geral, para Maria José Carneiro (1998), nas últimas décadas, a juventude rural brasileira passou a ser cada vez mais influenciada pelas transformações do mundo

urbano. Com a intensificação da comunicação na cidade, surgem novos valores¹⁴ e anseios nos jovens em residência rural, não apenas por causa do poder de atração que o meio urbano e seus bens materiais e imateriais exercem sobre eles, como também na direção oposta, em face de uma revalorização do meio rural por segmentos da população urbana.

Nesses termos, falar em cenário rural implica em reconhecer essa diversidade que pode incluir tanto indivíduos de origem rural, mas com vivência urbana (seja pelo trabalho, pelo lazer). Implica também falar em “novas atividades”, aquelas que não são comumente reconhecidas como tipicamente rurais, como na agricultura, por exemplo, (CARNEIRO, 2007, p.54).

Desse modo, a expansão da globalização, do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso aos meios, intensificaram a relação entre a cidade e o campo. “Não se trata de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, sociais e culturais” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

O complexo processo de redefinição e recomposição do rural pode gerar mudanças nas identidades de diversos grupos sociais, além de estimular novos projetos juvenis voltados para uma maior valorização do estudo, trabalho e estilos urbanos (CARNEIRO, 1998). Esse aspecto do estreitamento das distâncias entre o rural e o urbano, de estar em uma localidade e, simultaneamente, sofrer os efeitos no âmbito nacional e global, afeta diretamente a maneira como as populações rurais pensam e organizam o cotidiano.

Carneiro (2005), apesar de destacar o predomínio do âmbito urbano no processo de constituição identitária dos jovens rurais, ressalta a ambiguidade de valores que esses vivenciam em diferentes contextos sociais e econômicos, sejam eles do campo ou da cidade. Portanto, para a autora, existe uma diluição de fronteiras entre o rural e o urbano que torna imprecisas as delimitações referentes às idealizações e projetos de vida dos jovens.

Entende-se que, sob a hegemonia dos universos culturais urbanos, “os jovens rurais” estariam vivenciando uma ambiguidade de valores, que se traduz em manter uma identidade afetiva ao modo de vida local (identificando à família) ao mesmo tempo em que vêem sua auto-imagem refletida no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes parece como referência para o projeto para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno (CARNEIRO, 2005, p. 260).

Em muitos casos, alcançar uma profissão definitiva e retornar para o município é um ideal compartilhado por muitos jovens rurais. Então, eles por não vislumbrarem uma ruptura

¹⁴ Esses valores foram observados pela autora tanto entre os jovens entrevistados em uma localidade rural do Rio de Janeiro como entre aqueles de uma colônia italiana do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 1998).

com o local de origem, almejam combinar aquilo que Carneiro denominou como o melhor dos dois mundos: a realização do projeto de vida e a segurança afetiva oferecida pelos laços de solidariedade familiar.

Entretanto, conforme já foi alertado, a diversidade de situações vivenciadas pelos jovens rurais é ampla. Pela própria análise de Carneiro, evidencia-se que ao levar em consideração as dinâmicas sociais estabelecidas pelos jovens com o meio rural e urbano, não é possível obter conclusões genéricas a respeito dos múltiplos valores juvenis do campo e da cidade.

A partir de outra perspectiva, Wanderley (2013), ao pesquisar os jovens agricultores familiares de pequenos municípios no estado de Pernambuco, afirma que o processo da modernização, em diversas regiões do país, redefiniu, mas não anulou as questões que afetam o campo e a cidade, o agricultor na sociedade e as diversas culturas presentes na comunidade local. Nesse contexto, os problemas e dilemas vivenciados pelos jovens rurais têm dimensões distintas dos jovens urbanos, porque estão relacionados à questão do patrimônio, às relações no interior do grupo familiar e às condições sociais de reprodução da agricultura familiar. Cabe, então, considerar o lugar do rural para compreender as questões específicas desses jovens agricultores.

Desse modo, para a autora, as profundas transformações resultantes da expansão do desenvolvimento, da urbanização e industrialização, da modernização e da agricultura não podem ser compreendidas através de uma caracterização geral que provoque o fim de particularidades em certos espaços, classes, gêneros e grupos sociais.

Conforme veremos mais adiante, compartilhamos a ideia de que ser jovem rural é algo único, singular, que varia de acordo com o lugar de vida, porém não apenas pelo local onde se mora, mas no qual e do qual se constroem identidades sociais e os sentidos dos atores que nele habitam.

3.2 Os jovens rurais pertencentes a famílias camponesas

Os jovens rurais do estudo em questão são, antes de tudo, integrantes de pequenas famílias de camponeses. No espaço rural, a vida cotidiana desses atores sociais é marcada pela relação com a família e com a comunidade local. "Quase todos são, próximos ou distantes, parentes de quase todos" (ISAURA, 1973 p.198). Dessa maneira, "a família é entendida aqui, como uma comunidade afetiva, da qual decorre sua importância como

elemento formador da personalidade e veiculador de valores morais e sociais ao conjunto de seus membros” (WANDERLEY, 2013, p. 81).

A comunidade local é definida como espaço do trabalho, das relações de proximidade, das formas tradicionais - de sociabilidade e dos aspectos da vida cotidiana. É nesse espaço que os jovens rurais convivem com seus parentes, vizinhos e amigos, onde também realizam grande parte das suas atividades de lazer e encontram ocupações eventuais ou uma situação favorável - quando possível - para sua instalação profissional definitiva. Mas, o cotidiano dos jovens não se resume aos espaços rurais e de pequenas aglomerações, porque "essa vida social é completada pelas relações que tem como lócus o espaço “urbano”, mais próximo ou acessível: o acesso a bens e serviços, particularmente a educação – as escolas estão em geral, localizadas na sede do município, os bens de consumo e outras formas de lazer” (WANDERLEY, 2007, p.25).

Para Maria Nazareth Baudel Wanderley (2013), o meio rural brasileiro onde vivem esses jovens se diferencia do meio urbano devido a três características fundamentais adotadas pelo IBGE: o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal (ou cidade próxima) e o déficit de bens e serviços necessários. Mas, vale ressaltar que o “rural”, para a mencionada autora, não se constitui como algo imutável encontrado em uma determinada sociedade.

Desse modo, o rural passa a ser uma categoria de pensamento do mundo social que envolve questões abrangentes para a compreensão da própria sociedade, do seu modo de classificar e distinguir fatos, pessoas e coisas. Mas, a definição da categoria rural para Wanderley (2000; 2013), ao invés de um sentido estático, possui um aspecto dialético, no qual pessoas, grupos e instituições o definem, atribuindo, sobretudo, semelhanças e diferenças e conforme suas ações entram em oposição e se modificam socialmente no tempo e espaço. Portanto, não se pode falar no rural apenas de uma maneira universal, pois ele expressa diferentes dimensões culturais, sociais e econômicas que variam de acordo com as localidades.

Wanderley (2000) destaca que o meio rural onde os jovens vivem é um espaço de vida singular, sendo:

Socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e vizinhança, e isso, tanto no nível da vida cotidiana, quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que

se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa (WANDERLEY, 2000, p.157).

Nesses espaços rurais, a vida cotidiana é marcada pela participação em manifestações culturais e religiosas. Antonio Candido ressaltou isso em relação ao bairro rural: "outro elemento de definição da sociabilidade vicinal é a vida lúdico-religiosa-complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação" (2001, p.94.).

Hoje a intensidade das experiências dos jovens rurais variam conforme a riqueza da vida social local, bem como pelo acesso aos meios de comunicação. Na realidade, "os modos como cada jovem vive essa etapa da vida se alteram, vigorando uma confluência de vários processos de socialização na experiência juvenil, na qual nem a família, nem a escola têm o monopólio" (ABRAMO, 2005, p.17). Diante dessa complexidade de situações vinculadas à socialização dos jovens rurais, não só a família e a escola que têm sua importância, mas outros aspectos como os campos do lazer e da cultura, os quais contribuem para a formação de valores identitários.

No interior da família, constituem-se os laços de solidariedade, que justificam a dedicação dos pais à criação e à formação dos jovens. Conforme destacaram Brandão (1999), Ellen Woortmann (2009), Paulo (2010) e Wanderley (2013), a formação do jovem agricultor começa na unidade familiar e no convívio com a sua comunidade local, cujas "atividades no sítio não são vistas pelos pais como exploração, mas como aprendizado, e apesar de serem tidas como pesadas e penosas, também são conhecimentos valorizados pelos jovens" (PAULO, 2010, p.136). O aprendizado nesse contexto social diz respeito, sobretudo, aos valores associados ao afeto da terra, à natureza, aos animais, à família, aos vizinhos, ao trabalho, à educação, à vida local e à cidadania.

Porém, em alguns contextos, os laços de solidariedade não impedem que as relações familiares possam ser permeadas por profundos conflitos decorrentes do caráter autoritário do pai, da atribuição desigual de oportunidades entre os membros familiares e de disputas patrimoniais. Para Ferrari *et al.* (2004), o pai tem o papel central de chefe do estabelecimento produtivo, responsável pela atividade dos demais membros e pela constituição e permanência dos filhos no patrimônio familiar. Assim, "o homem adulto (pai) é a autoridade máxima dentro do grupo doméstico. Essa autoridade é fundamentada na cultura patriarcal e ao fato dele ser o detentor do saber agrícola que transforma a terra em terra de trabalho" (WEISHEMER, 2007, p.242).

Autores como Wanderley (2013) e Mendras (1978) afirmam que a família também é entendida como uma comunidade de interesses. O compromisso dos jovens rurais com a família é algo indispensável para a reprodução da propriedade e se expressa, particularmente, na participação das atividades familiares. Quando se trata de agricultores, em especial de agricultores camponeses, as famílias constituem-se como unidades agrícolas familiares que tem como base a propriedade, o trabalho e o consumo, que obedecem a um tipo de evolução relacionado ao ciclo de vida das próprias famílias (CHAYANOV, 1974).

No entanto, a reprodução social dos camponeses não pode ser confundida com a que ocorre no modelo familiar urbano, em que é possível separar moradia, produção e família (WANDERLEY, 2013). Assim, os interesses socioeconômicos das unidades agrícolas se organizam, principalmente, no interior do grupo doméstico, com a capacidade de formação dos jovens em termos produtivos.

Esse fato ganha relevância quando entendemos a centralidade do estabelecimento familiar, pois - tal como concebemos - ele corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. “A interdependência desses três fatores no funcionamento do estabelecimento engendra necessariamente noções abstratas e complexas tais como a transmissão de patrimônio e a reprodução do estabelecimento” (LAMARCHE, 1993, p.15).

A vida dos jovens camponeses está, portanto, comprometida com atividades coletivas definidas fundamentalmente em função dos três aspectos referidos que assumem significados diferentes ao longo do tempo e espaço e que passamos a detalhar abaixo:

No primeiro momento, o jovem agricultor camponês é um consumidor dos bens produzidos e adquiridos pela família. “A participação no esforço do trabalho é, em geral, reduzida expressando-se mais como um exercício de aprendizado e socialização” (WANDERLEY, 2013, p. 113). Nessa fase, a educação formal ocupa maior parcela de tempo, ou seja, as tarefas na propriedade são realizadas após o período escolar. Esse é um momento em que o jovem ainda não possui nenhuma autonomia, ficando, por exemplo, sem receber remuneração pelo trabalho realizado e devendo profunda obediência aos pais.

(...) É possível perceber por este caminho, que os (as) jovens rurais são localizados socialmente como aprendizes do ofício agrícola e, portanto, tidos como dependentes das ordens e transmissões de saberes oferecidos, principalmente pelo pai-patrão (STROPASOLAS, 2006, p. 155).

Há um segundo momento destacado por Wanderley, no qual o jovem permanece dependente dos pais. Nesse período, a formação se prolonga, mas cresce o seu envolvimento no trabalho familiar. Mesmo sem abandonar o aspecto educativo, os jovens camponeses ficam responsáveis por algumas tarefas coletivas ou assumem ocupações temporárias fora do estabelecimento produtivo.

E, finalmente, há o terceiro momento, em que a participação dos jovens na propriedade não se resume a atividades subsidiárias relacionadas à coletividade familiar, mas, sobretudo, a busca de um projeto de vida que se encaminha para a constituição de uma nova família e para a emancipação profissional. “Essa evolução será viabilizada na medida em que a propriedade familiar assegure os meios para a sobrevivência de todos e se transforme no elemento viabilizador da individualização dos filhos, através da herança e da transmissão familiar” (WANDERLEY, 2013, p. 115).

Contudo, esse processo não corresponde à experiência de todos os jovens rurais no país. Em muitos casos, os membros de uma unidade familiar, desde a infância, têm que participar, de forma gradual, do trabalho coletivo da família para garantir a sobrevivência e a constituição do patrimônio familiar, combinando-a, em várias situações, com atividades que exerce em outros estabelecidos rurais. Assim, os diversos desafios que as famílias rurais camponesas encontram em seus municípios para realizarem suas atividades agrícolas no estabelecimento produtivo e outros externos a ele, afetam efetivamente suas vidas e os seus campos de possibilidades.

Para Wanderley (2013) e Menezes (2009), a estrutura de distribuição de terra pode ser responsável pelo bloqueio à reprodução social de diversos pequenos agricultores camponeses, na medida em que impõem restrições à capacidade produtiva dos estabelecimentos familiares. Assim, “diante desse obstáculo, as famílias adotam diversas estratégias, dentre as quais se destacam os arranjos fundiários, a grande diversificação produtiva e o envolvimento de toda a família no trabalho produtivo” (WANDERLEY, 2013, p. 116).

Em determinadas situações socioeconômicas, que vão de acordo com o tamanho da terra, a escassez dos recursos e a ausência de assistência técnica e de crédito não permitem que a unidade familiar garanta suas necessidades básicas de sobrevivência. Os pequenos proprietários, muitas vezes são frágeis para enfrentar as crises de produção na região. “Nessas condições, a permanência do morador dependerá na grande maioria das vezes, da sua

capacidade de suportar a expropriação de suas condições de reprodução” (MENEZES, 2009, p. 275).

Segundo Wanderley (2013), a grande diversidade das atividades produtivas é uma estratégia de sobrevivência diante da situação de precariedade e das dificuldades de acesso aos mercados mais estáveis e especializados. Mas, essa alternativa não está ao alcance dos produtores familiares na mesma proporção. Alguns deles possuem um restrito campo de produções, o que revela várias dificuldades para comercializar os seus produtos e as particularidades que envolvem cada contexto local.

É importante destacar que as estratégias produtivas de provisionamento das unidades familiares rurais são desenvolvidas através de uma base de associação entre uma lógica de autoconsumo e uma lógica de comercialização. A lógica de consumo aparece como um aspecto fundamental nas estratégias e arranjos produtivos das famílias camponesas. Assim, todos os produtos praticados são voltados para o consumo familiar (WANDERLEY, 2013), em outras palavras, todos os que cultivam ou criam produtos em diversas proporções, praticam o autoconsumo.

Em relação à lógica de comercialização, é importante destacar que ela não é incompatível com a questão do autoconsumo. Nesse caso, a partir do princípio de alternatividade destacado por Afrânio Garcia Jr (1989), é muito comum que um mesmo produto possa ser destinado para o consumo familiar e para a venda.

É necessário considerar que as atividades da agricultura realizadas no interior do estabelecimento produtivo não se resumam ao plantio e a colheita. “Cada vez mais nas sociedades modernas, o agricultor é “polivalente”, assumindo entre outras tarefas de beneficiamento, embalagem, e comercialização que podem ampliar sua margem de apropriação dos resultados de produção” (WANDERLEY, 2013, p.128). Todavia, a autora destaca que em regiões específicas, além da atividade diretamente ligada à produção agropecuária, são bastante reduzidas as alternativas de ganhos advindas do trabalho de beneficiamento dos produtos agrícolas.

A precariedade das condições de vida e de trabalho exige o envolvimento de todo conjunto familiar, sobretudo no esforço comum para realização das atividades produtivas no meio rural. Dessa forma, o trabalho dos jovens percebido pela família como um auxílio, é importante para o bom desempenho da produção. Contudo, a participação dos jovens rurais no trabalho familiar pode assumir um aspecto diferenciado. “É possível distinguir, por um lado,

as de caráter produtivo, que são exercidas na roça familiar e os cuidados com a casa da família e criação das crianças” (WANDERLEY, 2013, p.141). Prevalece, então, uma divisão social do trabalho, segundo a qual, muitos rapazes ficam isentos das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças possui dupla jornada, sobretudo, ao cuidar da morada e trabalhar no campo.

Além disso, autores como Carneiro (1998), Wanderley (2007; 2013) e Paulo (2010) destacam que a falta de oportunidades e escassez de empregos no campo faz com que diversos jovens rurais trabalhem em outras atividades, principalmente nas áreas de serviços (cabeleireiro, motorista, babá) de educação (professoras), da construção civil (ajudante de pedreiro) e do comércio (vendedoras de roupas e cosméticos). Logo, a combinação da atividade agrícola com outras de caráter não agrícola é uma forma de aumentar o rendimento individual e familiar.

Em síntese, no interior da família, o jovem rural é formado como agricultor e participa efetivamente do trabalho coletivo, beneficia-se das possibilidades de consumo que garantem o seu presente e encontra referências para sua condição futura. É nessa realidade que surge a expectativa de permanência na comunidade local ou o encaminhamento temporário ou definitivo para a cidade.

3.3 O dilema dos jovens agricultores: ficar ou sair do campo

Com o propósito de pensar acerca do fenômeno social a ser pesquisado, faz-se necessário destacar uma questão prévia: a quem de fato se destina o curso de agroecologia oferecido pelo Sertão? Para responder a essa indagação é preciso considerar que, antes de definir a formação profissional de que necessitam, os jovens devem fazer uma escolha fundamental: sair ou permanecer no campo.

Diversos estudos na área de Ciências Sociais, com maior ênfase na Sociologia Rural no Brasil e em outros países, vêm pesquisando sobre a saída e permanência dos jovens no campo. Essa questão vem sendo analisada nos últimos anos por diversas perspectivas. Trabalhos como o de Abramo (2005), Abramovay (2003), Carneiro (1998), Castro (2009) Paulo (2010), Wanderley (2013) e Stropasolas (2006) destacam que a saída dos jovens agricultores em direção às cidades vem se intensificando nos últimos anos no país.

Em algumas pesquisas que retratam a juventude rural, as associações negativas sobre juventude quase estão ausentes. “É como se nos jovens rurais fossem coladas imagens de uma vida rural idílica, por proporcionar maior contato com a natureza, onde a vida é mais calma,

as pessoas mais simples e o ambiente menos competitivo, portanto em contraposição às imagens da vida urbana nas metrópoles” (TAVARES, 2009, p. 3). Por outro lado, um dos estereótipos em relação aos jovens rurais é de que eles se encontram em uma situação que não têm alternativas de vida e que, na sua condição rural, resta-lhes apenas a escolha da migração.

Na realidade, muitos jovens rurais têm alternativas para permanecerem ou saírem do campo. Durston (1997), ao estudar a juventude rural dos países latino-americanos, destacou que os jovens desenvolvem pensamentos e ações estratégicas em vários campos de possibilidades. Em um primeiro momento, por meio da imaginação e da fantasia, para depois progressivamente modificar suas ações sociais em objetivos que orientam as possibilidades de realização de projetos para o futuro em curto, médio ou longo prazo.

A questão da migração é de fundamental importância para a compreensão da realidade da juventude rural, por ser a maior parte dos migrantes jovens e por existir uma grande variedade de situações no interior da migração juvenil (DURSTON, 1997). Assim, as trajetórias migratórias ou suas possibilidades, em alguns casos, permanentes, captam as nuances entre o momento histórico e social dos jovens agricultores camponeses e das unidades familiares nas quais eles pertencem, estando direta e indiretamente as estratégias de sobrevivência e, em certo grau, ao seu projeto de vida.

Segundo Wanderley (2013), as expectativas de permanência nas atividades agrícolas da juventude rural estão condicionadas a fatores socioeconômicos externos e internos relacionados à propriedade familiar, especialmente naquilo que diz respeito à escolha profissional e a valorização da profissão de agricultor em relação a outras atividades. Tais situações, somadas à escassez de oferta local, podem comprometer o projeto para o futuro dos jovens, pois a busca de melhores condições profissionais e educacionais fazem com que muitos migrem para municípios vizinhos ou outras regiões do país.

Desse modo, dada à precariedade das alternativas locais e existindo as possibilidades de trabalho e estudo em outros municípios, muitos jovens agricultores migram como estratégia de sobrevivência. “Migrar pode vir a ser um sinal de libertação. Ao decidirem tentar a vida em outro lugar, é como se dessem um basta à situação em que ali vivenciam” (MENEZES, 2009, p.276). Assim, a migração pode ser considerada uma maior autonomia para o jovem agricultor diante da subordinação anteriormente vivenciada.

Ainda segundo Menezes, a posse de terra pode determinar diferença nos processos migratórios. “Para os proprietários, portanto, a migração de alguns filhos, impede a

subdivisão da terra, facilitando a reprodução dos que nela permanecem” (MENEZES, 2009, p.277). Nesse sentido, os pequenos proprietários, moradores e reideiros têm seu processo migratório marcado pelas condições de produção tal como pelo tamanho da família e pelo ciclo da vida em que está constituída a unidade familiar.

Quem migra é o indivíduo, no entanto, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo da vida, na idade e no sexo. Alguns membros da família ficam e outros partem, os que partem podem se estabelecer definitivamente nos locais de destino ou retornar periodicamente. O fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes familiares e de amizade, aproximando de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes (MENEZES, 2009, p.271).

A análise do ciclo de vida no processo migratório é fundamental para compreender porque em uma mesma unidade familiar, alguns jovens migram e outros não. “As redes sociais organizam as conexões entre os que migram e os que ficam, por meio dos fluxos de informações, veiculados, na época, por cartas e mensagens orais e fluxo de mercadorias” (MENEZES, 2009, p.277). Ao longo da história, as migrações como estratégias de sobrevivência dos pequenos proprietários demonstram que as unidades familiares ao se segmentarem entre o ambiente rural e urbano, garantam sua reprodução social, conectando-se a espaços sociais por meio de redes familiares, fluxos de mercadorias, bens simbólicos e experiências.

Wanderley (2013), ao pesquisar sobre os projetos para o futuro da juventude rural nos municípios de Glória do Goitá, Ibimirim e Orobó no estado de Pernambuco, destaca que a dinâmica social desse grupo, paradoxalmente, está relacionada a “um ideal de ruptura e continuidade no espaço rural”. Para a autora, o jovem inserido na sua comunidade tem que conciliar seus objetivos individuais com o da unidade familiar em que ele vive.

Pesquisas como a de Souza e Cruz (2015) apontam que dentre as diversas instituições sociais, a família se destaca por ser um ambiente privilegiado para a escolha profissional por ser o primeiro grupo de contato social dos mais jovens. Mas, o projeto de vida dos jovens rurais, apesar de sofrer influência dos familiares, tem como referência fundamental a figura paterna. Trata-se de uma relação de solidariedade e de subordinação aos objetivos familiares vinculados à autoridade do pai. Em parte, depende dos pais manterem o controle das ações dos filhos não só para cuidar de sua formação, mas para se beneficiar da capacidade destes. No entanto, no momento da busca da sua autonomia individual, o jovem agricultor pode vivenciar tensões profundas entre os seus compromissos presentes com a família e a escolha de uma profissão e um lugar para viver.

Por conseguinte, as estratégias e arranjos familiares estão relacionados aos conjuntos de elementos culturais condicionados historicamente e que são transmitidas no cotidiano. Segundo Woortmann (1993), é principalmente no espaço do cotidiano ligado ao trabalho no interior da família que os jovens agricultores definem suas estratégias e arranjos em relação ao futuro profissional. O autor ressalta que o trabalho é um dos aspectos que mais deve ser levado em consideração para se pensar e afirmar a identidade dessas moças e desses rapazes. Desse modo, “a família camponesa, configura-se como um agente de formação não só em nível de valores, mas também no nível profissional, uma vez que a unidade produtiva familiar é responsável em primeira instância pela sua própria força de trabalho” (CRUZ, 2015, p. 137). Nessas unidades familiares, o trabalho é um elemento agregador e ocupa uma função importante no desenrolar das relações entre os membros e os papéis sociais por eles desempenhados, sua profissão, seu saber-fazer produtivo confundem-se com o próprio modo de vida campesino.

Ademais, é necessário destacar que “a expectativa do futuro dos jovens rurais não se resume em continuar exercendo a mesma profissão dos pais” (SOUZA, 2001, p. 239), pois isso depende de variáveis socioeconômicas que eles encontram. Mesmo aqueles que pretendem seguir a profissão dos pais, muitas vezes encontram dificuldades no meio rural, que limitam suas escolhas, impedindo de buscar alternativas profissionais na agricultura.

Assim, as estratégias produtivas e arranjos familiares para o encaminhamento profissional estão diretamente relacionados com a transmissão do patrimônio e essa, por sua vez, está vinculada a questões de gênero e geração. “Em consequência, elas não contemplam de forma homogênea todos os filhos, as distinções incidindo especialmente sobre o sexo e a ordem de nascimento” (WANDERLEY, 2013, p. 205). A autora ainda destaca que no modo de vida camponês, esse processo social obedece a uma ordem patrimonial. Nesse caso, um dos filhos (geralmente do sexo masculino) é indicado para suceder o pai na propriedade e ocorre uma compensação para os demais por meios que variam entre a aquisição de outros estabelecimentos, arranjos matrimoniais ou oportunidade de aprofundar os estudos na cidade. Com isso, as alternativas predominantes da família são: encaminharem os filhos para serem agricultores ou transferi-los para zonas urbanas.

Enquanto o projeto para o futuro dos jovens urbanos significa um processo de escolha de uma profissão; para os jovens rurais, pode ser carregado de uma tensão maior, à medida que implique na decisão entre ficar ou permanecer com a família no local de origem. Souza (2001) destaca alguns fatores determinantes que podem contribuir na escolha da profissão: a

oferta de escolas e centros de formação geral, a diferenciação social, a valorização do campo e a precariedade das condições da unidade produtiva.

Conforme visto, em determinados lugares, os jovens sofrem as consequências das atividades econômicas concentradas nos grandes centros urbanos e a escassez de serviços básicos no campo. Para Wanderley (2013), nas regiões onde o meio rural disponibiliza algum tipo de indústria ou serviço, o jovem tem a possibilidade de permanecer na agricultura. Por outro lado, onde o processo de industrialização não aconteceu, impõe-se a necessidade de migração para os jovens em busca de empregos não agrícolas. Contudo, “as soluções profissionais para migração passam a ser tanto mais precárias quanto a formação dos jovens oriundos do meio rural é deficiente e inadequada” (WANDERLEY, 2013, p.44).

Apesar da vida no campo ser valorizada por grande parcela de moças e rapazes, os aspectos negativos estão relacionados à carência da vida local e à falta de oportunidades profissionais, o que faz com que os jovens recorram a municípios vizinhos ou às áreas urbanas. Paulo (2010), em sua pesquisa, constatou a incapacidade do município de Orobó garantir a sobrevivência dos seus habitantes. A estratégia de morar no campo e trabalhar na cidade como forma de contar com o apoio familiar e diminuir os custos de reprodução não é possível para muitos jovens de diversas regiões do país. Diferentemente de algumas regiões do país, o jovem rural não tem acesso ao melhor dos “dois mundos” (Wanderley, 2013). Assim, “em Orobó, o que percebemos é, que diante da precariedade da oferta de trabalho do município como um todo e da distância do mesmo em relação a cidades mais desenvolvidas, esse ideal não é possível de ser concretizado pelos jovens” (PAULO, 2010, p.141).

Os projetos para o futuro profissional fora das atividades agrícolas também recebem uma forte influência familiar. No entanto, as estratégias de escolhas de uma profissão dependem das oportunidades oferecidas no local ou da disposição que o jovem tem para se deslocar de forma temporária ou permanente. É importante destacar, a partir do pensamento de Wanderley (2013), duas situações econômicas locais que condicionam as escolhas profissionais dos jovens agricultores: de um lado, os espaços rurais mais integrados e inseridos em regiões mais complexas e dinâmicas, cuja população tem maior acesso aos bens de serviços, o que leva os habitantes a terem maiores oportunidades durante a sua transição para a vida adulta. Por outro lado, os espaços rurais que se caracterizam por maior isolamento e pela precariedade econômica e social do ambiente regional, o que torna a possibilidade de escolhas dos jovens um tanto limitada.

De acordo com Paulo (2010) e Wanderley (2013), para muitos jovens, os estudos são vistos como um dos principais caminhos para construir alternativas ao “trabalho pesado” no campo e para lidar com as incertezas que podem comprometer o futuro profissional na agricultura. Isso leva muitos agricultores a vislumbrarem a ida para a cidade como algo desejável para os filhos, onde a vida muitas vezes é vista como mais fácil diante das dificuldades que representam a atividade agrícola de diversas regiões.

Entretanto, a migração dos jovens agricultores nem sempre está diretamente relacionada à falta de condições básicas no campo, mas à complexa dinâmica social e cultural. Para Rendin (2014), a saída do campo para os jovens pode estar atrelada a diversos aspectos que envolvem: a busca de lazer e entretenimento propiciados pelos espaços urbanos, um status midiático do jovem urbano e a busca de oportunidades que atendam as suas aspirações pessoais (seja no campo profissional, econômico, social ou cultural).

No entanto, a saída do campo pode ser uma condição para a permanência camponesa. Nesse caso, a migração nem sempre expressa a desintegração do campesinato.

Longe de ser uma ruptura com o mundo rural e com os laços comunitários que prendem o jovem às suas famílias e aos grupos de vizinhança, a migração temporária se constitui frequentemente como o único meio disponível para assegurar os recursos necessários à instalação dos jovens, nas proximidades de suas famílias – não necessariamente no interior do estabelecimento familiar – como é frequentemente o desejo dessas. Suportando em seus deslocamentos, condições extremamente difíceis, os jovens procuram economizar parte dos seus ganhos, para os investimentos que lhes garantirão a autonomia desejada (WANDERLEY, 2013, p.212).

A referida autora afirma que a migração do jovem rural, mesmo quando corresponde a um desejo pessoal e é definitiva, não constitui necessariamente uma ruptura com a família de origem, nem interrompe os compromissos com ela. As referências e os laços sociais com a comunidade de origem se mantêm de diversas formas: no desejo de retornar ao local de origem, no envio de dinheiro aos que ficam, na reprodução das relações de sociabilidade, na manutenção de interesses econômicos na localidade, nas visitas periódicas e na possibilidade de retorno.

Em suma, no mundo rural, as expectativas para o futuro são caracterizadas por uma dinâmica social e temporal interligada ao passado das tradições familiares; o presente e o futuro se expressam principalmente por meio de escolhas profissionais, de práticas de herança e de estratégias de migração temporária ou permanente. “As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado – e orienta as alternativas

possíveis ao futuro das gerações de jovens e a reprodução de estabelecimentos familiares” (WANDERLEY, 2013, p.47). Portanto, apesar de serem distintos, os modos como os jovens agricultores organizam suas condutas futuras, ‘ser alguém na vida’ é algo que permeia as escolhas desses sujeitos sociais.

Por fim, a discussão contida nesse capítulo possui relevância para entender a realidade social e as perspectivas dos jovens agricultores, bem como a sua permanência no campo. Ademais, contribui para análise dos aspectos formativos que envolvem a socialização no interior da família, a preparação para a profissão e a escolarização, especialmente, no curso de agroecologia do Serta.

4 SERTA: A formação para jovens agricultores

Neste capítulo, pretende-se analisar a proposta de formação e profissionalização dos jovens agricultores no curso de agroecologia do Sertão. Para isso, utilizaram-se os dados das entrevistas com os professores e os documentos desta instituição, objetivando compreender também quais as perspectivas, competências, atitudes e habilidades que são específicas para o exercício da profissão agrícola, e de que forma elas compõem os conteúdos nos espaços de ensino e aprendizagem do Sertão.

Conforme o enfoque teórico e metodológico proposto em nosso trabalho, também serão abordadas as questões fundamentais sobre os processos pedagógicos estabelecidos através do regime de alternância na escola aqui estudada. Mas, antes disso, para melhor compreensão dessa experiência alternativa de educação/formação no e do campo, será apresentado o perfil geral dos estudantes no curso de agroecologia.

4.1 O perfil dos estudantes no curso de agroecologia

Ao longo do tempo, o Sertão justificava o curso para que os filhos de agricultores pudessem organizar e exercer as atividades agrícolas na propriedade familiar, de uma forma mais eficiente e mais equilibrada com os ecossistemas naturais. Para os técnicos e professores da instituição, o formato da escola convencional contribuiu (e contribuiu) com o abandono do meio rural pelos alunos. “A escola deixou uma dívida social e histórica com os camponeses e o meio rural, quando educou por décadas, as crianças e os jovens, transmitindo para eles, os valores da cultura e da sociedade vigente.” (MOURA, 2003, p. 55). Portanto, de uma maneira geral, a formação profissional do Sertão iria de encontro ao modelo vigente e era direcionada para a permanência dos jovens no campo.

A partir de 2000, por conta dos recursos alcançados nos seus trabalhos junto às comunidades rurais e escolas públicas, o Sertão passou a realizar atividades voltadas para o desenvolvimento territorial, com foco na juventude rural. Desse modo, a instituição conseguiu financiamento, ao obter maior apoio do Governo do Estado e ao realizar parcerias com empresas (Instituto Ayrton Senna, BNDES, Fundação Kellogg, e Fundação Odebrecht). Naquela situação, a escola se encontrava pela primeira vez, com recursos garantidos pelos próximos cinco anos. Assim, conseguiu investir os seus recursos financeiros para estabelecer o perfil profissional almejado. “Foram seis meses, de setembro de 1999 a abril de 2000, de debate com jovens e familiares, educadores, parceiros e empresários” (FERREIRA, 2015, p. 27).

Conforme as propostas sobre o perfil buscado foram desenvolvidas, surge o curso definido como Agente de Desenvolvimento Local (ADL)¹⁵. O Serta passou a atender de maneira mais ampla os estudantes do meio rural que estavam devidamente matriculados no Ensino Médio (FERREIRA, 2015). Naquele contexto, as prefeituras dos municípios vizinhos traziam os alunos, que permaneciam no Serta somente no período da manhã para serem capacitados. Mesmo assim, os jovens agricultores assumiram alguns trabalhos e iniciaram empreendimentos, entre eles: uma instituição de Microcrédito - Acreditar Social, com sede em Glória de Goitá; outra de Comunicação e Informática - Giral; outra de Arte-educação, Direito e Cidadania, com sede em Pombos - Geração Futuro. “Além dessas de caráter regionais, criaram em outros locais, Núcleos de Comercialização para Feiras de Produtos Orgânicos na área metropolitana de Recife” (MOURA, 2015, p. 282).

Devido aos impactos positivos do curso, o Serta realizou uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de ampliar a ação empreendedora dos estudantes. Nesse aspecto, o perfil de entrada e saída não é mais o mesmo, quando se compara ao primeiro Plano Político Pedagógico da instituição:

O perfil geral dos estudantes sofreu uma evolução. No início, quando o Serta recebeu as primeiras turmas, pelo próprio recurso que a gente recebia foi destinado só para jovens. Eram filhos de agricultores, de municípios onde o recurso já pré-definido. A partir de 2012, nós tivemos uma abertura com recursos pra receber pessoas com qualquer faixa etária e de qualquer lugar do estado de Pernambuco e do Nordeste. Então, a partir daí houve uma mudança de alunos ingressos (Moura, professor de história da agricultura e educação do campo).

Por muito tempo, o perfil dos estudantes era limitado aos jovens do campo que estavam cursando o Ensino Médio, enquanto, atualmente, o perfil é formado por jovens que possuem o Ensino Médio completo. Além do mais, os financiamentos para educação que a instituição recebia eram direcionados, exclusivamente, para os filhos de agricultores de alguns municípios selecionados. Entretanto, para o Serta, ter municípios e um grupo etário definido, era uma limitação para o curso, em termos de trocas de experiências.

Segundo Moura (2015), com o avanço das políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, as chamadas de ATER (Assistência Técnica de Extensão Rural - de Convivência com o Semiárido) e o Plano Nacional de Agroecologia, que se somaram aos

¹⁵ Segundo o Projeto Político Pedagógico do Serta (2016), a partir da reforma da nova nomenclatura dos cursos profissionais, o curso passou a ser definido como de Agroecologia, como a instituição pretendia desde o início.

concursos e às seleções simplificadas realizadas pelo Governo do Estado de Pernambuco, surge uma nova demanda de mercado para os técnicos em Agroecologia, o que é reforçado com o registro da profissão no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Conforme as primeiras turmas foram sendo formadas, a demanda da instituição ampliou. Assim, o Campo da Sementeira tornou-se um lugar mais conhecido e procurado. A instituição passou a ser de interesse para um público diverso, dentre os quais, para aquele que desenvolve atividades junto aos jovens agricultores.

Segundo os depoimentos dos professores, pode-se constatar que, mesmo com o predomínio de jovens agricultores no curso, houve uma maior diversidade de perfis de entrada nos últimos anos.

A maioria é de pessoas vindas da agricultura. Só que o curso hoje tomou uma dimensão maior e a gente está atendendo outros públicos. Não só filho de agricultor ou agricultor, aí nós temos um público imenso: pessoas da área urbana, secretário de prefeitura, vereadores, quer dizer, uma gama de pessoas. A diversidade hoje é grande. Antes, o curso era pra jovem de 15 a 29 anos. E hoje a gente tem idades diferenciadas. Temos alunos de dezessete a setenta anos, então um perfil muito diversificado (Hélio, professor de legislação ambiental e zootecnia).

Sobre o perfil dos estudantes, grande parte ainda são de alunos vindos da zona rural. E todos já terminaram, o ensino médio. A gente também tem alunos que concluíram o nível superior e o mestrado. Acho que determinadas turmas possuem um público mais abrangente... Elas têm alguns alunos que são da zona urbana, da região metropolitana do Recife (Rildo, professor de Pedologia e técnicas de manejos).

Principalmente os estudantes que têm afinidade em trabalhar com agricultura, com agroecologia, com práticas agroecológicas, que desenvolvam atividades voltadas para a produção agrícola, mas não necessariamente só no campo. Mas, a gente também trabalha com estudantes urbanos, inclusive da região metropolitana que tem um interesse em desenvolver atividades agroecológicas em municípios urbanos, ou seja, que ele possa ter um quintal produtivo ou alguma prática ecológica mesmo que desenvolvida na cidade (Janaína, professora de comunicação e expressão).

Desde então, chegam ao curso vários candidatos, ora estabelecidos na agricultura e pecuária, ora em atividades não agrícolas (algumas delas relacionadas com o desenvolvimento do campo). Assim, a instituição passou a ter um público diversificado: pais e mães de família e profissionais de diversas áreas. No caso destes últimos, há pessoas ligadas à educação, agronomia, direito, saúde, engenharia, publicidade, jornalismo, pedagogia, administração, psicologia, antropologia, que ingressam no curso de agroecologia. O Serta também passou a ter o envolvimento de dirigentes sindicais e de associações, além de vereadores, servidores municipais, etc.

Além da agricultura, pecuária, meio ambiente, campo e atividades rurais não agrícolas exercidas, que decorrem da pluriatividade do campo (WANDERLEY, 2000), apareceu um mercado mais amplo para que os técnicos de agroecologia pudessem atender. Essas novas demandas contribuíram para o aperfeiçoamento do currículo, das didáticas, dos estágios, da gestão escolar, etc.

Referente aos jovens urbanos ingressos, os professores do Serta destacaram que a maioria reside na área metropolitana de Recife e procura o curso de agroecologia por diversas razões: pela afinidade com a filosofia da instituição; pelo tipo de profissão que exercem; por participar direta ou indiretamente dos movimentos sociais no campo; para repensarem seus valores e atitudes; etc.

Com o objetivo de incorporar os estudantes que são de outras regiões e que possuem perfis diversificados, o curso de agroecologia tornou-se mais dinâmico e motivador. Realizou-se, para isso, investimentos na estrutura física das salas de aula e de informática, dos alojamentos, restaurante e da biblioteca. A escola também procurou ser mais rigorosa com o exame de seleção e ampliou o número de candidatos por vaga.

No momento atual, o Serta tem como objetivo desenvolver atividades relacionadas a áreas da agricultura, pecuária, meio ambiente, comercialização, agricultura orgânica, agroecologia, agrofloresta e permacultura. Para Moura (2003), o Serta ao assumir os desafios da Educação Popular, envolveu-se com diversas organizações, tais como: sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos pela reforma agrária; Comissão Pastoral da Terra; movimentos dos quilombolas e indígenas; pastorais das igrejas ou centros religiosos; associações de produtores; cooperativas; organizações governamentais e não governamentais; movimentos sociais ligados aos direitos humanos, à cidadania, ao meio ambiente, às mulheres, às juventudes rurais e urbanas e a secretarias municipais que desenvolvem atividades no campo. O contato dos educadores dessa instituição com as instâncias públicas e com os movimentos sociais possibilitou que eles adquirissem outra visão e interpretação das questões que envolvem os sujeitos do campo. Além disso, o diálogo entre o Serta e os grupos comprometidos com as transformações sociais no meio rural permitiu à instituição ampliar e reelaborar os seus conteúdos, valores, metodologias, dinâmicas e técnicas, especialmente, no curso de agroecologia.

Apesar de justificar sua formação para os jovens agricultores, o Serta passou a desenvolver um tipo de perfil profissional para aqueles com interesse em exercer atividades relacionadas às áreas da agricultura, pecuária, meio ambiente e comercialização. Ao ampliar sua proposta, a ideia foi formar o futuro técnico em agroecologia para se tornar empreendedor

do e no campo, em inúmeras atividades: agrícolas, agropecuárias, ambientais; de agregação de valor; logística, comercialização da produção e gestão de negócios; confecção de tecnologias alternativas de baixo custo para o manejo integrado do estabelecimento produtivo, com conhecimento da legislação e das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural (MOURA; 2003; 2015).

4.2 Que formação?: para a vida e para o exercício da profissão.

Já faz alguns decênios que, em vários países, escolas e redes de diversos sistemas educacionais avançaram no sentido de organizar e reorganizar as escolas rurais, o trabalho e os processos de ensino e aprendizagem. Hoje, o Sertão se apresenta como uma das experiências formativas transformadoras de educação profissional no campo, possuindo como orientação básica o respeito aos tempos humanos de formação, de sociabilidade e de aprendizagem dos educandos.

Conforme destacado, a proposta de formação profissional - das moças e rapazes agricultores ingressos no curso de agroecologia - destina-se aos que vão ou pretendem permanecer no meio rural. Com as devidas matizações históricas, a formação profissional no sentido de formar, denomina a atividade que corresponde ao ensino, à instrução e à preparação e/ou educação profissional. Em termos gerais, está relacionado aos processos históricos e sociais que se fazem presentes nas relações de atividades humanas, em especial na dimensão do trabalho, responsável por garantir a sobrevivência através das transformações da natureza (CATTANI; RIBEIRO, 2011, p.203).

Mas tal ação do Sertão não esgota a questão da formação dos filhos de agricultores, fato que nos permite elaborar algumas indagações acerca da questão:

Que formação? Qual o papel da escola, ao formar os jovens para o trabalho e para a vida? Quais conhecimentos são necessários para se viver da agricultura, com uma pequena propriedade?

Desse modo, para compreender a proposta de formação do Sertão, um dos critérios utilizados foi questionar os professores sobre quais são as principais habilidades, atitudes e competências adquiridas pelos jovens agricultores no curso.

Sobre isso, a maioria enfatizou a aquisição de conhecimentos técnicos e práticos, com o intuito de gerar renda e oportunidade para o estabelecimento familiar dos estudantes. Ainda, conforme outro relato, o fundamental é uma capacitação profissional que torne o futuro técnico mais preparado para lidar com os novos desafios na agricultura:

Quem trata a agricultura como antigamente não consegue mais sobreviver dela. Tem que ir atrás de outra renda. Precisa ter uma terra muito boa, ter condição muito boa, ter herdado situações privilegiadas. Mas hoje a agricultura, está relacionada a questões de agregação, do comércio, de concorrência, de marketing. Ela não é só reprodução agrícola. Não é?! Então, não é nada disso. Precisa ser profissional, encontrar pragas que não encontrava há vinte anos. Então, o agricultor, ao encontrar uma praga, se ele não é capacitado, pra estudar, pra ir na internet, pra consultar essas coisas, vai tratar essa praga de uma forma muito, eu diria aí, predatória ou incompetente (MOURA, professor de História da agricultura e educação do campo).

É importante destacar que o processo de modernização do campo modificou a agricultura como profissão e, no contexto atual, essa pode ser aprendida tanto em escolas especializadas como por meio de especialistas em serviços de assistência técnica. “Em consequência, a profissão de agricultor sofreu uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na verdade, a reconstrução da própria identidade profissional” (WANDERLEY, 2000, p. 121). Com o desenvolvimento das forças produtivas e a transformações do mundo rural, a profissão de agricultor, tornou-se multifacetária e, sem dúvida, “o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais, máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma contabilidade” (WANDERLEY, 2003, p. 46). Portanto, esse novo patamar da agricultura, constitui-se como uma atividade complexa e heterogênea, que não está limitada à repetição constante de gestos simples, mas que exige do jovem agricultor competências e habilidades em diversos domínios. Portanto, “o saber camponês revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola” (WOORTMANN, 2009, p. 119).

Nesse sentido, a formação profissional para o jovem agricultor familiar não pode se reduzir a uma simples transmissão de técnicas, como ainda acontece em diversos outros setores formativos da sociedade contemporânea. Ser agricultor familiar expressa um acúmulo complexo de saberes e fazeres, que vincula planejar e executar as etapas da produção agropecuária ao próprio modo de vida, em que elementos de ordem técnica não se desvinculam dos processos socioculturais, pois “um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos, de projetos de vida” (WOLF, 1970, p.31).

Enquanto profissão, do ponto de vista mais localizado no aspecto produtivo, a atividade na agricultura possui particularidades que a distingue de outras. “Com efeito, nas condições modernas de produção e do mercado são necessários ao agricultor: conhecimentos culturais,

pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos, até mesmo de informática, etc.” (WANDERLEY, 2000, p.122).

Em outro momento, o professor Moura destaca que o curso também pode favorecer as mudanças das atitudes dos educandos durante o processo formativo:

A primeira é a mudança do olhar, né?! O que ele conhece, o que ele estuda, permite ele olhar pra sua propriedade e vê nela conexões, possibilidades, alternativas, que antes do curso ele não via, né? [...] E a gente tem formação e mais informações de onde os nossos estudantes chegam, eles fazem a diferença. Eles fazem a diferença, porque como eles dizem aqui, “esse curso não é só o curso técnico, ele não ensina a gente a ser só um bom técnico, ele ensina a gente a ser um bom cidadão”. Cidadão responsável, comprometido, etc. (Moura, professor de História da agricultura e educação do campo).

A ação pedagógica da instituição busca uma formação que vai além do modelo de ensino e aprendizado que muitas escolas convencionais cultivam. Essa proposta do Serta incorpora também as ideias dos movimentos da educação popular, com ênfase na educação como humanização. Segundo Arroyo (2012), a proposta de formação humanizadora busca romper com a qualificação instrumental e afirmar uma formação na qual a prioridade é o ser humano, seu processo de humanização, de emancipação humana. Ela propõe superar a fragmentação do conhecimento. A formação por áreas e não por disciplinas é a principal estratégia para essa superação. Formar faz parte do processo de humanização do ser social. Portanto, a formação dos agricultores, expressam identidades constituídas socialmente, relacionadas a atividades produtivas, culturais e simbólicas.

Esse é um dos eixos centrais dos critérios estabelecidos pela PEADS para a formação e profissionalização dos discentes no curso de agroecologia. Conforme visto, consiste em reconstruir novas concepções de campo, de juventude, de trabalho, de indivíduo, de sociedade, de desenvolvimento, de família, de cultura, de história, de conhecimento, da natureza e do meio ambiente, etc.

Nas entrevistas, de modo geral, foi enfatizada a importância da concepção agroecológica como forma de desenvolver o respeito e convivência harmônica no meio ambiente, o que pode ser constatado nos relatos abaixo:

Atitude mesmo é com relação com a natureza. (...) Os estudantes no curso de agroecologia começam a ter uma nova relação com o meio ambiente, com a água, com a terra, com todos os recursos naturais. Entender a questão dos recursos naturais, né? Como ele é um patrimônio importante. (...) Aí, com relação à preservação do meio ambiente, a recuperação, conservação do solo... (Rildo, professor de Pedologia e técnicas de manejo).

Ao se relacionar em conjunto, eu acredito que uma das principais atividades que os estudantes aprendem aqui é respeitar a natureza. Deve aprender a conviver com a natureza, sem agredir, em harmonia com ela, então, essa vivência de como plantar, de como cultivar sem precisar agredir o meio ambiente, ou seja, na defesa dele. Então vem ocorrendo como resultado em várias propriedades, a transformação da agricultura convencional para a agricultura agroecológica. Isto é um dos nossos princípios formativos, que é, justamente, a gente transformar essas realidades agressivas ao meio ambiente e que o estudante possa levar isso como um princípio de vida e não apenas o aspecto formativo: “eu só executo quando tiver exercendo a profissão de técnico”. Então é uma formação que transforma as pessoas para que realmente elas se conscientizem da necessidade das práticas agroecológicas como forma de preservar o ambiente (Janaína, professora de Comunicação e expressão).

A formação profissional dos jovens agricultores, como forma de prepará-lo para assumir a condição de organizador da produção e das atividades do seu estabelecimento, está sempre associada a um tipo de “modelo” de agricultura, ou seja, uma concepção educacional do que deve ser essa atividade, suas singularidades, oposições e disputas. Para algumas “concepções de mundo”, o modelo tradicional transmitido pelos ascendentes é o modelo ideal; para outras, é o modelo hegemônico estabelecido pela revolução verde (uso de insumos industriais, etc.); para outras ainda, é o modelo de agroecologia, ou modelo de agricultura alternativa (orgânica, biodinâmica, permacultura, etc.). Assim, esses “princípios de agricultura” exercem influência, tanto na dinâmica da reprodução de valores dominantes da sociedade, quanto na construção de valores contra hegemônicos (BASTIANI; STRASSER, 2012).

Conforme os depoimentos, percebe-se que a noção de agroecologia, como um referencial socioeducativo, estimula uma formação mais geral, ao não se restringir a uma competência vinculada a determinados sistemas ecológicos. De acordo com os entrevistados, a concepção de agroecologia não pode ser reduzida a uma dimensão técnico-científica, a saber, não se limitaria a algo típico de (ou para transformar alguém em) um perito, um especialista dotado de impessoalidade, fruto do avanço da burocratização e do modo de vida racionalista, seguindo a perspectiva de Max Weber segundo o qual, o "tipo de personalidade do perito profissional" porta um "conhecimento 'mais' especializado" (WEBER, 1982, p.277), que é a sua marca indelével. Por outro lado, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas há a necessidade de um diálogo de saberes, que reconheça os sujeitos do campo como sujeitos privilegiados para a prática ecológica em sentido amplo. Desse modo, o aprendizado não deve passar apenas por um diálogo técnico e nem por uma finalidade exclusivamente

econômica, ou se restringir a um comportamento meramente profissional e técnico. Portanto, deve assumir dimensões de ordem ética, social, política e cultural (GUHUR; TONÁ, 2012).

Então, o modelo de agricultura defendido pelo Sertão determina que o jovem agricultor assuma uma postura atuante na sociedade. Portanto, em um sentido ético, a formação exige conhecimentos para desenvolver tecnologias apropriadas, mas levando em consideração práticas ecológicas, culturais, econômicas e sociais por parte de quem a estuda. Indo além da aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, o exercício da profissão de agricultor exige a capacidade de adaptação e uma consciência crítica sobre a condição da agricultura e dos agricultores ao redor do mundo.

De acordo com Wanderley (2000), o aspecto fundamental para a formação refere-se à capacidade de organizar a produção e todas as atividades do estabelecimento produtivo. Mais do que adquirir habilidades e técnicas, o jovem agricultor deve ser capaz de “refletir” sobre a propriedade familiar, conforme as circunstâncias socioeconômicas em que vive. Do mesmo modo, a profissão de agricultor não é dispersiva, ou seja, não pode se traduzir em um amontoado de domínios e temas desconexos. Nesse sentido, as práticas agroecológicas jamais podem ser dissociadas das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças (LIMA, 2007).

Segundo Freire (1997), o tipo de educação formal voltada apenas para o âmbito técnico-profissional, constitui-se como uma pedagogia de educação bancária, pois, esse é um tipo de formação fragmentada e desconectada da realidade, na qual o educador é um mero depositante de um saber, enquanto o educando passa a ser um mero depositário. O educando não deve ser um objeto que recebe pacientemente os conhecimentos e conteúdos acumulados, mas ser visto enquanto sujeito.

Durante as entrevistas, foi perguntado aos interlocutores da pesquisa sobre como a matriz agroecológica e outras vertentes afins (permacultura, agroflorestal, etc), estabelecidas pela PEADS, contribuem para o ensino e aprendizagem dos jovens agricultores. A maior parte dos professores afirmou que essas matrizes disciplinares contribuem para a construção do conhecimento mútuo entre professores, familiares, comunidade e os próprios alunos.

Mas, sobretudo, é aquilo que a professora Janaína ressaltou como sendo uma das maiores contribuições para o ensino e aprendizagem dos jovens agricultores inseridos no curso de agroecologia:

Então, é vivenciar a partir de conteúdos programáticos dentro da matriz curricular, uma formação para a vida, então eles aprendem pra vida. É claro que a gente trabalha o científico, mas a base curricular é, justamente, o que eles podem aprender na escola e desenvolver em casa. Levar pra comunidade, de formar junto à família, de formar com a comunidade. É uma formação para a vida. Então a permacultura, a agroecologia, a pedologia, a zootecnia ministrada pelo curso técnico municipal do Sertão, ela tem esse diferencial, então a gente forma para a vida. São atividades práticas, na comunidade, a gente também faz atividades nas comunidades pra que possa atender essa matriz de forma que o estudante esteja vivenciando, que seja compartilhado, com a comunidade, com a família, e não apenas a aquisição, de conteúdos, de conhecimentos que se engavetam porque eles ficam pra si. Mas, o que ele [jovem agricultor] possa pôr em prática o que ele aprendeu na escola. Então, formação para vida (Janaína, professora de comunicação e expressão).

A partir desse relato, evidencia-se que o Sertão propõe uma formação técnica e social, que possibilita ao jovem não ser subserviente à lógica mercantil, mas que possa interpretar e agir no mundo como sujeitos integrados e atuantes em sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local. Ademais, o princípio educativo e formativo para o exercício de uma profissão, precisa ser entendido como um processo que perpassa pelas diversas dimensões da vida e “por isso mesmo não se reduz a atividades laborativas ou emprego” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.17). Concomitantemente, a formação e profissionalização correspondem às necessidades do campo social, econômico cultural, estético, simbólico, lúdico, afetivo, etc., alimentando-se e sendo o alimento de uma vida mais plena, crítica e humanizada.

Em alguns relatos, os educadores destacam que a prática de uma agricultura sustentável também possibilita gerar renda e, dessa maneira, oportunidades para garantir uma maior valorização do trabalho e uma vida menos penosa para os jovens no campo. Essa proposta pode ser identificada por meio do Plano de Curso do Sertão, que possui um módulo específico relacionado a empreendimentos e negócios no meio rural. Essa área tem o propósito de desenvolver competências relacionadas aos princípios básicos de logística e negócios na agricultura familiar. Ademais, proporciona conhecimentos técnicos e práticos para os jovens agricultores em assuntos relacionados ao mercado formal e informal, capacitação para o empreendedorismo no estabelecimento produtivo, em conformidade com a agricultura orgânica e com a elaboração e execução de políticas públicas no âmbito da PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Nesse caso, a capacitação é direcionada para aqueles que pretendem melhorar a atuação nos meios em que vivem e proporcionar uma atividade diferenciada e com qualidade.

“São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais, que contribuem na preparação do agricultor para torná-lo agente e facilitador visando melhorias na sociedade e no aprimoramento dos processos” (EMATER, 2009, p.8).

Assim, a formação voltada para o negócio e empreendedorismo no campo oportuniza aos jovens agricultores as seguintes possibilidades: um maior estímulo para o resgate da autoestima; uma maneira de mudar comportamentos; uma forma de pensar os projetos para o futuro; e um meio de revelar potencialidades. Tudo isso possibilita a superação de diversos obstáculos econômicos e sociais no campo.

Ao retratarem o impacto da formação na vida dos jovens agricultores egressos, os professores afirmaram que, em diversas situações, os mesmos são profissionalizados e permanecem no campo para “tocar para frente” os negócios da família no estabelecimento produtivo, como se anuncia na fala abaixo:

Nós tivemos lá [no campus de Ibimirim] mais de cem, cento e cinquenta egressos. E, justamente, têm depoimentos incríveis [dos jovens agricultores]. “Se não fosse o Serta, eu não estaria mais aqui”. “Se não fosse o Serta, eu estaria em São Paulo, eu estaria em tal lugar”. “O Serta me esclareceu e mostrou caminhos que eu não enxergava”. “Hoje eu quero ficar na minha propriedade que é de fundamental importância”. “Eu fui criado pelo meu pai na propriedade, ele não tinha os conhecimentos que eu tenho hoje”. “Eu posso tocar pra frente”. Quer dizer, tem vários níveis de depoimentos que me impressiona bastante. (Hélio, professor de legislação ambiental e zootecnia).

Uma educação/formação profissional que valorize o empreendedorismo, constitui-se instrumento pedagógico fundamental para o desenvolvimento individual e social, podendo favorecer a vida no campo, a vida dos agricultores familiares.

Acima de tudo:

Apoiar a economia agrícola de base familiar implica em construir um mundo rural povoado, baseado em comunidades de proprietários, cujos membros vivam no campo por livre escolha e não por falta de alternativas, e em simbiose com as pequenas cidades, com quais formam o tecido social municipal (WANDERLEY 2014, p.342).

Como consequência, a preocupação de formar cidadãos que busquem, por meio de práticas agroecológicas, soluções criativas para o seu estabelecimento produtivo, contribui para a vida associativa e para o desenvolvimento local.

Tudo isso leva a outro aspecto relevante da proposta de formação do Serta, que está relacionado à participação dos jovens agricultores através dos movimentos sociais. Aqui, o

sentido de participar está vinculado ao que Lima (2007) denominou como “tomar parte em”, o que quer dizer que os jovens participam quando se incorporam a um grupo para decidir sobre algo que deve ser feito. “Participar articula-se nessa concepção, com o tema cidadania e revela a aspiração cada vez maior do homem, enquanto ser político, na busca da emancipação de vida” (LIMA, 2007, p.101). Nesse caso, a cidadania só existe enquanto prática de reivindicação e da apropriação de espaço de luta e resistência para fazer valer os seus direitos. A noção de cidadania não pode se limitar a uma atitude passiva e de espectador. Ela só pode ser legítima no momento que é construída e conquistada em um contexto específico, “ou seja, o cidadão é sujeito daquilo que pode reivindicar, e não mero receptor de direitos” (LIMA, 2007, p.101).

O Serta, com a Aliança Adolescente¹⁶, incorporou em seu trabalho as ideias de protagonismo juvenil, buscando estimular a formação de jovens capazes de modificar o seu entorno e as circunstâncias adversas em que vivem. Os estudantes são incentivados a intervir em diversos ambientes de vivência (família, comunidade, associações, escola, igreja, negócio e trabalho). “As experiências têm revelado surpresas da capacidade que eles têm de contribuir para a família, e nos demais ambientes que eles convivem” (MOURA, 2015, p.165).

O futuro técnico em agroecologia, para agir diante dos desafios, precisa construir estratégias de sobrevivência para auxiliar a família, a associação e a comunidade. Cada situação exige articulações apropriadas para a ação social no meio rural. “Nesse sentido, o jovem em formação busca construir seu próprio saber, tornar-se sujeito de sua formação e co-construtor do processo de desenvolvimento das comunidades das quais ele está inserido, e é estimulado a fazê-lo”. (VIEIRA *et al.*, 2007, p.158).

Em suma, com base no arcabouço teórico utilizado, nos relatos dos educadores e por meio dos critérios de ensino e aprendizado da PEADS, estabelecidos pelo plano curricular, vale frisar que o Serta defende uma formação voltada, prioritariamente, para a vida dos jovens. Sua proposta não se limita a um tipo de racionalidade instrumental, ou seja, voltada para o mercado de trabalho, em que se aprende a decorar fórmulas, conteúdos e datas. A formação nessa escola objetiva superar a tradicional visão reducionista, que pensa a educação

¹⁶ O projeto pioneiro da Aliança com o Adolescente foi concluído em 2004 em nove municípios nos estados de Pernambuco e Ceará. Promovido pelo Instituto Aliança, Serta e Instituto Elo Amigo, o intuito era promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável em todas localidades que atuou. Para isso, a mobilização juvenil foi uma das estratégias principais. Ao defender que as pessoas são sujeitos e não apenas destinatárias do desenvolvimento a Aliança criou, com recursos da Fundação Kellogg e com o apoio da Aracati, planos de mobilização social em cada estado em que o programa esteve presente. Esse trabalho participativo envolveu mais de 60 pessoas das equipes locais. Depois da elaboração, a Aracati passou a apoiar e acompanhar a implementação destes Planos ao longo de dois anos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO SERTA, 2016).

profissional limitada a uma perspectiva de treinamento operacional, imediatista, fragmentado e segmentado, o que nos faz lembrar elementos contidos nos escritos de Edgar Morin (2003).

O conhecimento predominantemente técnico-científico apresenta-se para o Serta como insuficiente e cheio de lacuna para responder aos desafios e transformações no campo. Os educadores do Serta entendem que a proposta de formar jovens agricultores no curso de agroecologia tem um sentido omnilateral¹⁷, ao preparar para o trabalho, para o campo e para a cidadania. Para eles, a proposta de capacitação e qualificação¹⁸ aplicada em diversos projetos pedagógicos, que envolvam processos de ensino e aprendizado convencionais, tem uma dimensão unilateral, mais direcionada ao desenvolvimento de técnicas e habilidades específicas. Mesmo assim, em um sentido mais restrito, a formação profissional com enfoque em agroecologia também está relacionada a um processo educativo, formal e informal, além de participativo que possibilita aos sujeitos do campo a aquisição de conhecimentos, competências e técnicas para o exercício de uma ocupação na agricultura e/ou em outros ramos de atividades.

Como resultado dessas articulações socioeducativas, está presente o fundamento de que a proposta de formar para a vida e para o exercício de uma profissão é um processo complexo e amplo que envolve o conhecimento filosófico, científico e tecnológico e as esferas sociais, culturais e éticas.

4.3 Os processos pedagógicos adotados: a pedagogia de alternância como espaço de ensino e aprendizagem.

Ao pesquisar a estrutura curricular do Serta, podemos constatar uma estreita ligação entre sua proposta de formação e a pedagogia de alternância. A escola encontrou nesse regime a solução para atender a demanda do estado de Pernambuco e de outras localidades, além de uma adequação aos princípios da educação do campo.

É nesse contexto que o curso de agroecologia surge como forma de reivindicação pelo direito de decidir sobre os interesses sociais das comunidades locais, dos camponeses e para trazer espaços de ensino e aprendizagem que contribuam para a formação dos jovens agricultores:

¹⁷ Segundo Frigotto (2012), Omnilateral é um termo que vem do latim e significa literalmente “todos os lados ou dimensões”. “Educação omnilateral significa, assim, a concepção ou forma de educação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade dos seres humanos e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico” (FRIGOTTO, 2012, p.267).

¹⁸ “Os conceitos de qualificação, capacitação e formação profissional são polissêmicos e variam de acordo com o contexto histórico, a sociedade e os critérios teórico-metodológicos utilizados pelo pesquisador. Tais expressões utilizadas em vários momentos históricos aparecem como visões teóricas e matizes epistemológicos diversas, que por vezes, apresentam-se como neutras e consensuais” (MANFRENDI, 1998, p.3).

Conceber a educação na sua dimensão de universalidade e singularidade é desafiante. Reconhecer, considerar, respeitar e incorporar no currículo as particularidades e demandas próprias da diversidade de grupos e movimentos sociais é um exercício instigador (FERREIRA; SOUZA, 2015, p.42).

Conforme visto, o curso funciona através do regime de alternância, portanto, para cada semana que o discente passa em regime de imersão ao ficar na escola, as outras três semanas, o jovem passa em sua propriedade familiar, sendo monitorado pelos técnicos do Serta, cumprindo a programação conforme o plano pedagógico estabelecido ao longo das reuniões. No total de 18 meses de curso, a carga horária é distribuída da seguinte forma: 795 horas aula; Tempo Comunidade: 405 horas aula; Estágio Curricular Supervisionado: 200 horas aula; e Estágio Supervisionado: 200 horas. Assim, tudo equivale a 1.400 horas para a habilitação profissional como técnico em agroecologia. Essas horas são distribuídas a partir das seguintes atividades de aprendizado: leitura, escrita, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas.

O Serta, durante o processo de aprendizado, estimula que os estudantes participem das aulas práticas e teóricas, da elaboração de projetos e de tecnologias alternativas, de intercâmbios pedagógicos, da organização de espaços (biblioteca, salas de aulas, sala de informática, restaurante, laboratório vivo¹⁹, etc) de mutirões de esporte, arte e lazer.

De acordo com o Plano de Curso do Serta (2015), as disciplinas funcionam de forma integrada e interdisciplinar, conforme os princípios e fundamentos da PEADS e da pedagogia de alternância. Já a matriz curricular é organizada a partir de quatro módulos e dezesseis disciplinas interligadas e indissociáveis, a partir do regime de alternância, que tem desdobramento de conteúdos e dinâmicas do tempo de imersão e de comunidade:

- O primeiro módulo Introdutório, distribuído em quatro disciplinas: Comunicação e Expressão, História da Agricultura Familiar, Introdução à Educação no Campo e Introdução à Permacultura.

¹⁹ Conforme consta no Projeto Político Pedagógico do Serta (2016, p.37), os laboratórios vivos são unidades demonstrativas, que pelo seu caráter pedagógico e técnico inicialmente eram chamados de UPPO - Unidade Pedagógica de Produção Orgânica. Mesmo ao manter a sigla, passou a ser chamada de Unidade Produtiva Permacultural de Observação. O intuito desse laboratório é de complementar a formação dos alunos. Mas, no Serta eles são concedidos de outra forma. Desde o CECAPAS - Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos da Seca, os laboratórios alternativos já serviam de referência fundamental. Eles são desenvolvidos através de um conjunto de tecnologia que contribuem para a segurança alimentar, energética, hídrica e de nutrientes para solo, conectados com o plantio, criação de animais, hortas, pomares, jardins e parques distribuídos de acordo com os princípios da permacultura. Por conta de uma pedagogia estabelecida por essas práticas, o Serta resolveu desenvolver uma estratégia de formação em seus dois campus. Os jovens agricultores quando introduzem tecnologias como as do laboratório em suas propriedades, exercem o mesmo papel que as Uppos em Glória de Goitá e Ibirimir.

- O segundo módulo é sobre Desenvolvimento Tecnológico, distribuído em quatro disciplinas: Economia Solidária, Agroecologia e Permacultura I, e Pedologia.
- O terceiro módulo é sobre Desenvolvimento Local e Cidadania, distribuído em quatro disciplinas: História dos Movimentos Sociais do Campo, Nutrição e Adubação Orgânica, Ética e Desenvolvimento, e Legislação ambiental.
- O quarto módulo é sobre Desenvolvimento dos Empreendimentos e Negócios, distribuído em quatro disciplinas: Políticas Públicas para Agricultura Familiar, Logística e Negócios, Assistência Técnica para o Desenvolvimento, e Agroecologia e Permacultura II.

O Módulo Introdutório é pré-requisito para os seguintes: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Cidadania, Empreendedorismo e Negócios. O educando terá sua habilitação técnica em agroecologia ao concluir o total da carga horária. Para integrar as competências definidas no perfil de conclusão da habilitação, o educando deverá cumprir todos os quatro módulos e o estágio supervisionado, devendo ser ou não realizado em ambiente escolar, conforme o perfil do estudante.

Em cada módulo desenvolvido, prioriza-se um espaço de aprendizagem para intervenção dos alunos. Nesse sentido, os processos pedagógicos com base no regime de alternância prevê, através do “tempo escola”, um diálogo de saberes e a construção coletiva da pesquisa-ação. Portanto, “toda essa formação é, de início, situação de encontro e de relações humanas” (SILVA, 2007, p.127). Ele corresponde ao período em que o educando permanece efetivamente no espaço escola, em atividade grupal, em contato com o saber sistematizado em áreas de conhecimento, planejando, pesquisando, debatendo, interagindo com os demais colegas, sob mediação e orientação dos educadores e técnicos do curso. “Também nesse período, contemplam-se as atividades no espaço escolar, em que o saber sistematizado, historicamente acumulado pela humanidade, foi priorizado, no ensino articulado à pluralidade de saberes dos quais os jovens são portadores” (FERREIRA; SOUZA, 2015, p.41). Desse modo, os conteúdos da escolarização passam a ser integrados com o da formação profissional. É com base na partilha de saberes com os estudantes que o professor deve definir a forma de trabalhar os conteúdos.

Com base na pedagogia de alternância, busca-se entender e incorporar as trajetórias individuais e sociais dos educandos, isto é, a cultura, os modos de interpretar o mundo e de se entender como jovens. Assim, os educadores buscam compreender como os jovens agricultores são capazes de elaborar diversas ideias, trazendo conhecimentos e vivências aprendidas na vida familiar e em suas atividades no campo. Nesse sentido, “o processo

educativo que viabiliza a construção de saberes começa na sociedade e acaba na sociedade, mas tem na escola uma mediação imprescindível” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.19).

No tempo comunidade, o percurso de formação prevê a realização da pesquisa-ação e da troca de saberes e técnicas com os integrantes da família. A proposta de formação estabelece vivências pedagógicas que articulam trabalho e estudo, escola e família, possibilitando uma integração com a comunidade local. Portanto, ele corresponde ao período que o alternante, ao ter refletido e confrontado no tempo-escola os conhecimentos que trouxe para a propriedade, é motivado a promover e compartilhar na família os resultados, impressões e eventuais conclusões alcançadas. Assim, “o princípio é de que a vida ensina mais que a escola; por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e sua realidade” (NASCIMENTO, 2007, p.194). Sendo assim, os monitores, técnicos e educadores no curso possuem grande relevância, devido ao acompanhamento das atividades durante o tempo comunidade.

Não se limitando apenas a relações sociais que ocorrem em salas de aulas, a noção educativa na instituição ocorre em uma dimensão mais ampla. Nesse aspecto, o papel dos agentes estratégicos é também de buscar reconhecer os processos de formação fora do âmbito escolar, compondo um método de condução pedagógica dos processos escolares mais próximos da complexidade e diversidade da vida cotidiana dos estudantes ingressos.

Ao nos basearmos na pesquisa de Caldart (2012), entende-se que o ensino e aprendizado são facilitados quando a escola estabelece um tipo de vínculo orgânico com outros lugares de formação dos sujeitos do campo, também quando os próprios familiares e movimentos sociais participam junto à escola e dela se ocupam. Enfim, o ponto de partida no curso é realizar um diagnóstico das experiências sociais, como forma de compreender a produção camponesa e as especificidades e multiplicidades de saberes e vivências dos estudantes ingressos.

Aqui, a concepção de aprendizado no curso de agroecologia é compreendida como um processo de formação humana, que ocorre em diversas esferas da vida e não somente no âmbito escolar. “A riqueza do próprio conceito de Educação contida na Educação do campo, relaciona-se à necessária vinculação com o mundo da vida dos educandos que protagonizam as práticas educativas” (MOLINA, 2009, p.23). Ademais, as trocas de saberes perpassam pela reprodução social dos sujeitos do campo, suas famílias, suas comunidades, suas condições de vida vinculadas ao trabalho e cultura, não podendo ser, portanto, reduzidas ao aspecto da

escolarização. Mas, Molina (2009) ressalta que da mesma forma que a família cuida da educação da criança ou jovem, ela também pode ser influenciada por aquilo que seu membro aprende na escola.

De tal maneira, os professores vivenciam com os jovens e suas famílias as experiências do estabelecimento produtivo.

É fundamental que durante o curso, o estudante seja visitado em sua família e em sua propriedade. Então, o técnico permanece de um a três dias naquele entorno [comunidade local]. É importante que visite, que conheça, que o estudante mostre a propriedade familiar, que converse com o pai e que a partir daí, essa visita se torne o relatório do educador e nós nos apropriamos desse relatório pra entender mais ainda esse estudante. Para fazer referências em sala de aula, para discutir tecnologias, e assim sucessivamente. A gente faz muita questão da relação familiar, ser trabalhada com o conteúdo em sala de aula (Moura, professor de História da agricultura).

Para conhecer as vivências dos jovens, os educadores passaram a conviver com os familiares, pois entendem que não bastava só qualificar/capacitar com a finalidade de contribuir para o ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo. Durante a visita dos monitores, os estudantes devem acompanhar e participar de todas as tarefas. De certo modo, a motivação em determinados momentos passa a ser compartilhada com a família, com a comunidade ou demais instâncias da participação social e de classe. “No tempo-comunidade, o estudante desenvolverá pesquisas, projetos, atividades grupais, entre outras atividades, com o acompanhamento pedagógico dos/as educadores/as”. (FERREIRA; SOUZA, 2015, p.41).

Assim, os alunos, com o apoio de tecnologias (câmeras, gravadores, filmadoras), registram as iniciativas que tomam na propriedade familiar. Tais conhecimentos que aprendem no tempo escola são estimulados a serem colocados em prática no tempo comunidade, por meio da construção de hortas, canteiros, produção de mudas, roça sem queima, rotação de cultura, produção de adubo orgânico, criação de novas espécies nos quintais, comercialização de produtos agroecológicos. Esses são exemplos de mudanças no estabelecimento, que os alternantes realizam ao longo do curso.

Baseado nos estudos de Vieira *et al.* (2007) sobre as escolas familiares agrícolas (EFAS) em Santa Catarina, constata-se que a pedagogia de alternância do Sertão desenvolve-se e se organiza como um projeto político educacional que contempla uma formação mais humanizada e técnica, contribuindo para o desenvolvimento territorial e acentuando a necessidade de autonomia das populações rurais. “Nesse sentido, o jovem em formação busca construir seu próprio saber, tornar-se sujeito de sua formação e co-construtor do processo de

desenvolvimento das comunidades nas quais ele está inserido e é estimulado a fazê-lo” (VIEIRA, *et al.*, 2007, p.158).

Assim, durante o curso de agroecologia, eles são incentivados pelos educadores a refletirem sobre problemas locais e encontrar solução específica para o meio que vivem. Para tanto, o futuro técnico em agroecologia profissional deve aprender conteúdos gerais, sem deixar de lidar com aqueles que lhe são específicos para sua formação, pois não é possível apreender todos os tipos de assuntos ao longo do curso. Além de priorizar determinados conteúdos, o técnico privilegia aspectos da metodologia aprendida no curso. “Trata-se de uma maneira própria de aprender e de agir para mudar a realidade, que inclui pesquisa, análise de dados da pesquisa, aprofundamento de dados e a devolução para o grupo ou a comunidade pesquisada para agir e intervir” (MOURA, 2015, p.212). Como consequência, esses espaços de aprendizagem permite ao educador desenvolver atividades com os jovens agricultores sem perder de vista os seus valores históricos, sociais e culturais.

Segundo Araujo (2005), a pedagogia de alternância, ao compreender a educação do campo na sua complexidade, contribui para o ensino e aprendizagem, incentivando a participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos. Esse aspecto também pode ser constatado através dos seguintes relatos:

Tendo em vista que a escola deve ter a participação direta da família e da comunidade na formação do ser, na formação do jovem, na formação do estudante. Então poder desenvolver atividades na semana inteira e levar exercícios planejados para que esses estudantes possam desenvolver junto aos técnicos, lá com a família e com a propriedade... isso faz com que se qualifiquem os resultados. Então, a escola poder acompanhar a família, ajuda compreender o processo que esse estudante passa, até chegar à escola (Janaina, professora de comunicação).

A gente faz muita questão da relação familiar ser trabalhada no curso. Isso contribui para o aprendizado. Por exemplo, valorizar os avós, valorizar o saber dos avós. Certo dia, na sala de aula, estudávamos a história da agricultura familiar, e eu disse: “pra vocês entenderem como é hoje, converse com os seus avós, pergunte como era a produção, o que se produzia no campo, como eram as matas, como era o comércio, como eram os rios”. Por que mudou? Muitos estudantes, por exemplo, não tinham muita relação com os mais velhos, porque achavam isso desnecessário. E não é. E aí, eles redescobrem a importância dos seus parentes, e essas pessoas passam a serem muito mais valorizadas em casa. Descobrir por exemplo, o valor da mãe. Tem muita gente que vem lavar prato pela primeira vez no Serto. Eles não tinham muita discussão sobre machismo, feminismo, etc. Então, aí vamos discutir sobre o assunto... Portanto, os alunos passam a ter outra vivência e com essa vivência, eles desenvolvem outras concepções. (Moura, professor de História da agricultura).

Desse modo, os diversos atores sociais acabam se envolvendo no processo de formação dos jovens, ao proporcionar um compartilhamento educativo que envolve os pais e as pessoas ligadas aos meios socioprofissionais, como os técnicos, monitores e professores da escola. Com isso, fica evidente a relação indissociável entre o regime de alternância, a escola e a comunidade local, a qual envolve a educação da família com a educação formal, entre outros saberes e vivências necessárias para a formação dos jovens agricultores.

Conforme o depoimento dos professores, os princípios básicos do Sertão em alternância é uma experiência que revela estar, de fato, correspondendo aos anseios de muitos educandos que viviam no meio rural, sem um ensino voltado para os seus interesses e necessidades.

Nós tivemos muitos resultados positivos com a pedagogia da alternância. Pela razão que dificilmente a gente teria a chance de trazer um agricultor e passar um mês com ele em aula aqui.. Aí seria a falência na propriedade familiar. Porque o cara vai sair e quem vai cuidar dos animais dele? Ele vai sair, botar água na plantação, enfim... Então o regime de alternância que a gente estabelece permite que durante sua ausência, o agricultor possa se articular com outro parente de forma de dar conta daquela demanda dele (Paulo, professor de História da agricultura familiar).

Caso não fossem as estratégias formativas adotadas pelo programa pedagógico pautado pelas práticas acumuladas pela alternância, com garantia de tempos e espaços de aprendizagem, muitos dos jovens rurais não teriam se escolarizado por causa da impossibilidade de permanecer por seguidos períodos, nos processos convencionais de educação, o que necessariamente os impediriam de conciliar o trabalho com a escola formal (MOLINA, 2009). Assim, o fato de se ausentar para estudar e depois retornar para suas atividades agrícolas no estabelecimento, permite ao alternante alcançar um resultado mais satisfatório ao longo do seu aprendizado.

Ao não se limitar apenas a relações sociais que ocorrem no interior da sala de aula ou entre professores e alunos, a noção de relação educativa, através da alternância, refere-se a um tipo de relação mais ampla, entre diferentes parceiros. Do contrário, face aos riscos de simplificação da problemática contemporânea que envolve as questões da educação no campo, o regime de alternância pode se tornar uma forma de uma solução meio “mágica” e uma reificação que mitifica o potencial dessa pedagogia. Para Vieira *et al.* (2007), ela deve partir do princípio de que não existe uma receita pronta no ato de conhecer. Portanto, a constituição da pedagogia de alternância exige um esforço permanente para a construção de competências, habilidades e novas atitudes vinculadas às relações com a escola e a realidade em que os educadores e educandos estão inseridos.

Por fim, para saber se o Serta cumpre satisfatoriamente um papel educativo construtivo, inclusivo, crítico e transformador, que se pauta na relação intrínseca entre teoria e prática, entre o conhecimento e o trabalho, entre a escola, família e a comunidade, faz-se necessário compreender algo fundamental, a saber, a percepção e a vivência dos jovens agricultores durante o curso de agroecologia, sendo exatamente essa discussão que será abordada no próximo capítulo deste estudo.

5 CONSTRUINDO O FUTURO DO JOVEM NO CAMPO

Este é o último capítulo da dissertação e tem como intuito aprofundar o entendimento do processo de formação profissional dos alunos inseridos no curso de agroecologia do Serta. Para isso, fez-se necessário traçar o perfil das moças e dos rapazes entrevistados. Mesmo em um curto período de aproximação desses sujeitos sociais, buscou-se obter, por meio das entrevistas, uma melhor compreensão de suas realidades sociais, bem como abordar os aspectos mais relevantes de suas experiências no curso.

No segundo momento, procura-se compreender a questão da permanência no campo e da realização dos projetos de vida dos sujeitos da pesquisa. Diante do exposto, pretende-se apreender a visão que os jovens estudantes têm de suas possibilidades profissionais no futuro.

E, finalmente, busca-se analisar as percepções e vivências dos referidos jovens sobre a formação que recebem, ao esclarecer de que forma os conhecimentos, competências e orientações práticas estão sendo exercidos pelos estudantes na sala de aula, nas propriedades familiares e nas comunidades locais.

5.1 O perfil dos jovens entrevistados

A tabela abaixo representa o universo dos entrevistados, a partir de informações gerais sobre a realidade de cada um. O roteiro de entrevistas, no primeiro momento, pretendeu identificar o perfil dos jovens: nome, idade, sexo, estado civil, profissão dos pais, município onde reside, dimensão da propriedade, ocupação atual e atividades exercidas na propriedade e em outros lugares. Em seguida, tratou-se de abordar dados referentes à vivência dos ingressos na instituição, tais como: escolha do curso, contribuições do curso para a vida, dificuldades encontradas, etc.

Os nomes das alunas e dos alunos foram trocados para manter o sigilo de pesquisa. Outras informações foram mantidas, inclusive o lugar onde moram ou sobre a propriedade em que vivem, pois tais dados são relevantes para a análise dos depoimentos dos jovens.

Tabela 1: Perfil dos jovens agricultores

	Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Cidade/Município	Profissão dos pais	Proprietário do estabelecimento	Dimensão da Propriedade (Ha)	Trabalha na propriedade	Trabalha em algumas outras atividades	Quais outras atividades?
1	Alice	18	F	Solteira	Timbaúba - PE	Agricultor	Avô	8	Sim	Não	Nenhuma
2	André	25	M	Casado	Itabaiana - PB	Agricultor	Responsável	7	Sim	Sim	Apicultor
3	Anderson	29	M	Casado	Junqueiro - AL	Agricultor	Responsável	3.3	Sim	Não	Nenhuma
4	Eveline	19	F	Solteira	Araçoiaba - PE	Agricultor	Mãe	N.E. (*)	Não	Não	Nenhuma
5	Gildo	21	M	Solteiro	Goiânia - PE	Agricultor	Pai	8	Sim	Sim	Cabelereiro
6	Hugo	20	M	Casado	Cumarú - PE	Agricultor	Pai	(**)	Sim	Sim	Serviços para ONG
7	Jane	20	F	Casada	Glória de Goitá - PE	Agricultor	Avó	2,1	Não	Sim	Sítio do pai
8	Lúcia	25	F	Solteira	Glória de Goitá - PE	Agricultor	Pai	1,5	Sim	Sim	Projeto Acreditar
9	Lúcio	24	M	Solteiro	Jupi - PE	Agricultor	Pai	4	Sim	Não	Nenhuma
10	Mariana	19	F	Solteira	Carnaíba - PE	Agricultor	Assentamento	40	Sim	Não	Nenhuma
11	Marta	26	F	Casada	Camutanga - PE	Agricultor	Responsável	7	Sim	Não	Nenhuma
12	Michel	22	M	Solteiro	Palmares - PE	Agricultor	Assentamento	6	Sim	Sim	Cobrador de ônibus coletivo
13	Paola	19	F	Solteira	Tracunhaém - PE	Agricultor	Mãe	8.5	Não	Não	Nenhuma
14	Natan	18	M	Solteiro	Glória de Goitá - PE	Agricultor	Pais e tios	8.5	Sim	Não	Nenhuma
15	Natalia	20	F	Solteira	Camutanga - PE	Agricultor	Pai	2	Sim	Não	Nenhuma
16	Naldo	19	M	Solteiro	Jupi - PE	Agricultor	Pai	8	Sim	Sim	Motorista de trator
17	Neide	18	F	Solteira	Brejo da Madre de Deus - PE	Agricultor	Pai	11.8	Sim	Não	Nenhuma

18	Nelson	19	M	Solteiro	Glória de Goitá - PE	Agricultor	Avó	4.1	Sim	Sim	Pintor e Soldador
19	Raiana	18	F	Casada	Araçoiaba - PE	Agricultor	Tio	9.5	Sim	Não	Nenhuma
20	Vandro	25	M	Casado	Panelas - PE	Agricultor	Pai	7	Sim	Sim	Pedreiro

Obs. *. Dimensão não especificada. **. 4 propriedades – média de 4,5 (2) 4,0 e 1,0

Fonte: do autor.

A trajetória dos jovens entrevistados deve ser entendida através da sua heterogeneidade, uma vez que no meio rural, nos municípios de origem e nas dinâmicas das próprias famílias, a diferença é uma característica a ser observada. Houve uma diversidade de respostas, com temas superexplorados por alguns e subexplorados por outros.

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados vinte estudantes, sendo metade do sexo masculino e metade do sexo feminino. Constatou-se que todos são filhos de agricultores com base familiar e que se encontram na faixa de 18 a 29 anos de idade.

Os resultados mostram que a maior parte, ou seja, dezoito jovens (90%), vivem em municípios do estado de Pernambuco. Apenas dois estudantes (10%) são de outros estados, um proveniente da Paraíba e o outro de Alagoas. Quatro pessoas (20%), pertencem ao município de Glória de Goitá, porém a distribuição de alunos ingressos que são de outras localidades é bastante significativa.

A situação econômica da maioria desses jovens é de uma renda mensal bruta que gira em torno de um a três salários mínimos. Treze deles se declaram solteiros (65%), enquanto que sete afirmam ser casados (35%). Desses que são casados, três são responsáveis pela propriedade. Nenhum dos jovens solteiros entrevistados é responsável pelo estabelecimento familiar. Tais estudantes moram com pais, tios e/ou avós.

Ademais, todos possuem Ensino Médio completo e a maioria precisa conciliar o curso do Sertão com os afazeres na propriedade rural. Muitos disseram que mesmo depois de entrarem no curso, ainda exercem as atividades agrícolas conforme o padrão anterior. A mão-de-obra utilizada na propriedade para roçar, capinar, plantar e colher, assim como as atividades pecuárias, é assumida pela família. Apenas três estudantes (15% do total) afirmaram não realizarem atividades na propriedade familiar (desse universo todas do sexo feminino).

A unidade familiar dos jovens pesquisados cultiva a terra e/ou cria animais para consumo próprio e comercializam produtos na feira livre ou no local em que vivem. As principais atividades são o cultivo de frutas (abacaxi, laranja, limão, etc), alguns grãos (milho, arroz, feijão) e a macaxeira. Alguns relataram que a família também cria galinhas, porcos, vacas e/ou ovelhas. Além disso, um estudante apicultor do município de Itabaiana, na Paraíba, relatou produzir cera de abelha e mel orgânico em sua propriedade.

Quase metade dos entrevistados (45%) afirmou que além de trabalhar na agricultura também desenvolve outras atividades: motorista de trator, cabeleireiro, cobrador de ônibus,

pedreiro, pintor e soldador. Apenas duas moças trabalham em alguma atividade fora da agricultura.

Sobre as razões contidas na escolha do curso no Sertão, 50% relataram que o principal motivo foi o de conseguir uma maior competência para proporcionar melhorias no espaço de vida e de moradia. Já 30% disseram que buscam adquirir conhecimentos e técnicas sobre agroecologia e permacultura para ajudar a família e, por conseguinte, melhorar os negócios e as oportunidades empreendedoras. Alguns desses também afirmaram que a escolha fundamentou-se no propósito de adquirir novos meios para ajudar a comunidade e regiões vizinhas, pelo fato de a instituição ensinar a trabalhar com agricultura e por entrar em contato com outras pessoas do campo e da cidade.

Dos entrevistados, 15% buscam novos conhecimentos sobre agricultura, objetivando um meio de vida mais sustentável no campo. Uma estudante casada, que vivia na capital pernambucana, relatou que busca - no curso - a oportunidade de permanecer no campo devido às dificuldades que enfrenta, vivendo na cidade:

A escolha do curso é uma tentativa de permanecer na zona rural. Eu casei e morei dois anos em Recife. Como eu nasci e cresci no sítio, não me adaptei muito bem na capital. Saía de casa, não fazia nada, não gostava da cidade. Aí, depois que o bebê da gente nasceu, conversando com meu marido, que também não gostava de Recife, decidimos que não era o caminho que a gente queria. Como minha prima conhece o Sertão, ela falou do edital da escola. Eu me inscrevi como uma maneira de não só voltar para o sítio, mais voltar de uma forma de ter minha renda na propriedade. Porque não adianta eu morar no sítio e trabalhar em Recife. Eu quero de todo jeito ter melhores condições. Então, o principal motivo de ter escolhido é o de tentar a permanência na minha comunidade. (Jane, 20 anos, agricultora).

Segundo Tavares (2009), a maneira como as estratégias e arranjos de sobrevivência são definidos variam conforme as estruturas objetivas e as condições subjetivas dos jovens agricultores envolvidos. No relato acima, a opção pelo curso baseia-se na busca por uma melhor condição financeira e de uma avaliação positiva sobre o modo de vida e sobre os atributos de vida na área rural, especialmente naquilo que diz respeito à qualidade de vida local. O que chama a atenção nessa justificativa é, sobretudo, considerar a vida no meio rural algo vinculado a ter-se maior liberdade e segurança quando comparado à cidade, especialmente a uma metrópole como Recife. Dessa forma, a permanência no campo pode ser percebida, por muitos jovens, como um caminho para a realização dos seus sonhos que passa, acima de tudo, como resistência em ir para a cidade e sentir na pele as diversas restrições impostas pelo cotidiano urbano já experienciado no passado.

Os educandos ao serem indagados sobre quais têm sido as contribuições do curso para a vida relataram vários aspectos: aquisição de conhecimentos; mudança na forma de pensar; melhoria no convívio com os familiares; formação mais humanizada; contato com outras pessoas e culturas; maior valorização da agricultura; e o respeito com a natureza. Acerca disso um rapaz frisou que, devido ao pouco tempo de curso, ainda não havia obtido muitas contribuições, apesar de ter conseguido algumas pequenas melhorias na propriedade e no convívio com os familiares:

Por enquanto, a contribuição não está sendo muita, porque o curso está apenas começando, mas eu já achei uma diferença na questão de casa com o convívio familiar... Em casa com o pessoal, não tinha o hábito de separar resíduos e resto de comida. Agora estou fazendo isso. Na questão do lixo, de estar separando o lixo, antes não separava. Eu também já estou fazendo isso. (Anderson, 28 anos, agricultor).

A maior dificuldade ao longo do curso relatada por seis jovens (30%) foi em relação à falta ou a existência precária de transporte para estudar, como se percebe em algumas falas:

A minha principal dificuldade ainda é... Não, acho que não há... Não, há uma dificuldade... A dificuldade que há, é a dificuldade de vir pra cá, né? Que eu venho de moto e tal. Mas, de resto, não encontro dificuldades. (André, 25 anos, agricultor).

Uma das principais está sendo a distância, porque eu moro muito distante. Aqui tá ficando um custo alto pra mim, mas eu não penso em desistir de maneira nenhuma. O maior desafio no curso está sendo esse. (Anderson, 28 anos, agricultor).

Minha principal dificuldade? Eu creio que é o transporte, pra vim pra cá... Pela condição financeira. Porque a gente vem pelo transporte da prefeitura. (...) Sendo que muitas pessoas lá [do município em que ela vive] responsáveis pelos transportes não dão muita atenção a esse curso. Quando é o transporte pra uma faculdade chega no horário certo. Quando são para os técnicos daqui, eles demoram muito. Então, a principal dificuldade é o transporte. (Eveline, 19 anos, agricultora).

Pode ser no geral? É a locomoção pra cá. Como você sabe, é por nossa conta. E muitas vezes a gente não tem como arrumar carro pago. Aí, têm que recorrer à prefeitura, muitas vezes eles não disponibilizam. Aí, a gente precisa fazer aquele famoso “jeitinho brasileiro” pra chegar aqui. (Paola, 19 anos, agricultora).

A escassez de transporte público, longos percursos e estradas em péssimas condições dificultam o acesso de muitos alunos do meio rural à escola. Apesar de o Sertão cobrir a parte da alimentação, hospedagem, materiais didáticos e ferramentas de trabalho, o deslocamento dos alunos não pode ser garantido. Conforme os colóquios estabelecidos com os estudantes, a locomoção ocorre - muitas vezes- por conta própria através de um veículo particular ou ao

dar-se um jeitinho²⁰, a saber, o de conseguir carona com os colegas e conhecidos que são vizinhos ou que moram próximo ao seu município.

Durante a entrevista com um dos professores, ele relatou existir acordos com as autoridades locais para disponibilizarem transportes escolares, mas que isso nem sempre ocorre como planejado. Em diversos momentos, as prefeituras abandonam as parcerias que foram efetivadas com a instituição, negligenciando o cumprimento do acordo.

Nunca é demais destacar que a dificuldade de acesso à escola pode contribuir para a evasão ao longo do curso, pois, conforme a situação financeira do aluno, o custo para a locomoção torna-se inviável.

Outro elemento que deve ser observado é que 15% dos educandos relataram dificuldades de ter que deixar a propriedade para frequentarem o curso, pois deixam de ajudar a família no período, segundo constatamos por meio dos depoimentos transcritos abaixo:

A dificuldade é que lá [no campo], eu não estou ajudando essa semana, não é? Aí fica o meu pai, minha mãe, meus avós, às vezes o meu irmão... Aí é uma mão a menos, não é? Isso já faz uma diferença. Mas, nada que não dê pra gente contornar e tirar de letra. (Hugo, agricultor, 20 anos).

Assim, a maior dificuldade é porque eu tenho duas crianças, aí eu tenho que passar a semana aqui e também deixar a casa, não é? A horta fica lá um pouco abandonada, aí as meninas ajudam a plantar junto com a minha mãe. (Marta, 26 anos, agricultora).

Eu diria que... O afastamento da minha família para vir no curso é um pouco difícil. Mas, a gente vai levando devagarzinho e a gente vai conseguindo. Por conta que eu passo uma semana aqui parado, não é?! A dificuldade no lar aumenta. Pelo menos pra mim, sou casado, não é?! (...) É isso. Tem alguma carência, não é?! Do lar. Mas, a gente vai tocando devagarzinho. (Vandro, 25 anos, agricultor).

Devemos destacar que todos esses relatos são de jovens casados. Nessa situação, a dificuldade de ter que conciliar os afazeres do cotidiano, o trabalho na agricultura, com o curso pode ser ainda maior. Por exemplo, dois desses rapazes precisam dar conta de atividades agrícolas e não agrícolas, como forma de ampliar a renda da família²¹, o que por si só pode proporcionar um acúmulo de tarefas e, com isso, dificultar ainda mais o aprendizado durante a formação.

²⁰ Para mais informações sobre o jeitinho brasileiro, consultar: DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

²¹ “O tema da pluriatividade é objeto de um grande número de estudos. Na perspectiva aqui adotada, ela constitui, sobretudo, uma estratégia dos próprios agricultores, que visa integrar atividades não agrícolas ao seu núcleo vital e social que é o estabelecimento familiar” (WANDERLEY, 2000, p.123).

Um obstáculo ressaltado por outros 15% dos jovens agricultores diz respeito ao desafio de conviverem durante o período de aulas com pessoas de outras localidades, inclusive da cidade. Essa situação pode gerar novas experiências para os educandos e ocorre devido ao perfil heterogêneo que o curso ganhou nos últimos anos. Apesar da predominância dos filhos de agricultores, o espaço de sociabilidade no Sertão cria uma rede de interlocutores que conectam diversos jovens urbanos e rurais. Essas formas de interação social possibilita aos educandos conhecerem melhor a si mesmos e aos outros. Talvez as relações constituídas durante o curso contribuam para o reconhecimento dos jovens enquanto juventude, possibilitando estabelecerem elos em comum. Em diversos momentos a convivência dos alunos permite a eles compartilharem sentimentos, alegrias, tristezas e inseguranças. Por outro lado, pode aprofundar ainda mais a percepção que muitos deles têm sobre as diferenças culturais e simbólicas entre o campo e a cidade (PAULO, 2010).

Vale ressaltar, que três jovens (15%) revelaram a dificuldade de falar em público. Uma moça disse que tem dificuldades com a parte de gramática e redação, enquanto a outra, encontra limites em aplicar aquilo que aprendeu em sua propriedade. Já a terceira tem problemas para lidar com os animais.

Contudo, há casos de jovens - dois estudantes (10%) - que apontam não ter tido praticamente nenhuma dificuldade até o momento, visto que, para eles, tudo tem ocorrido no curso conforme o esperado.

5.2 O presente e o futuro dos jovens agricultores

Para compreender a concepção que os jovens agricultores têm de suas possibilidades futuras, foram introduzidos no questionário quatro ordens de perguntas referentes aos itens: profissões que gostariam de exercer; lugar; gostariam de viver no futuro; se é possível permanecerem no campo; e o que é necessário para realizarem o seu projeto profissional.

Ao associarmos todas as intenções, alguns aspectos emergiram como reveladores das estratégias e projetos de vida desses jovens, em especial aquilo que diz respeito à profissão das moças e dos rapazes pesquisados e que podem estar relacionada a um contexto mais amplo.

Entendemos a categoria projeto como uma conduta previamente organizada para atingir finalidades específicas. De tal modo, “o projeto constitui-se como uma antecipação consciente do futuro contingente que revela o ser e o transforma orientando sua conduta a um futuro pretendido” (WEISHEMER, 2007, p.246).

Durston (1997) destaca que os jovens rurais, em relação ao projeto de vida em um curto prazo, desenvolvem um comportamento estratégico destinado a construir o presente, otimizando a sua vivência. No que concerne ao longo prazo, desenvolvem uma concepção de como preparar o seu futuro pessoal, buscando converter seus sonhos em realidade. A partir de seus pensamentos e ações estratégicas, os jovens rurais ligam à realidade presente com a possibilidade futura, e assim começam a desenvolver sua subjetividade, modificando seus pensamentos juvenis em diversos sentidos e podendo alterar as dinâmicas sociais nos quais estão inseridos. Nesse sentido, analisar os projetos profissionais da juventude rural ajuda a compreender sua concepção sobre a própria agricultura familiar, assim como as possibilidades de reprodução das unidades familiares e suas disposições de permanência nesse ramo de atividade.

Vale lembrar que analisar as estratégias e projetos para o futuro dos jovens não se resume à escolha de uma profissão, visto que, “afinal, a vida não se resume ao trabalho”. (ALVES; DAYRELL, 2015, p.377). Contudo, é inegável que a dimensão da profissão é de suma importância e tem um lugar de privilégio na discussão sobre a temática da juventude rural retratado nesta pesquisa. No entanto, desvelar a referida temática é algo que vai além da dimensão do trabalho, como já aludidos, pois se faz necessário problematizar outros aspectos da condição da juvenilidade, tais como: as escolhas afetivas, as expectativas coletivas e as orientações subjetivas da vida individual e social.

Segundo os estudos de Araújo (2005) e Wanderley (2013), a importância dada pelos jovens ao aspecto formativo, através da escolarização e aprendizado de uma profissão, evidencia a condição de que eles estão se preparando para a vida adulta. No entanto, ao analisar suas trajetórias individuais e sociais não cabe classificá-los em uma pretensa homogeneidade. Em consequência, eles só podem ser entendidos por meio de suas múltiplas situações, que correspondem à diversidade de experiências e anseios ao serem inseridos no curso.

Desse modo, quando indagamos sobre que profissão os jovens gostariam de exercer no futuro, mais da metade dos entrevistados, ou seja, 55% responderam que pretendem continuar enquanto agricultores. E também relataram que pretendem ser técnico em agroecologia para ajudarem os seus familiares e a sua comunidade. Sem dúvida, “a escolha da profissão de agricultor está diretamente associada à valorização que o jovem e sua família atribuem a essa atividade” (Wanderley, 2013, p.204). De tal maneira, a forte identidade com a profissão está relacionada aos espaços específicos, a valorização da família e do ambiente rural próximo,

que de uma forma ou de outra marcam a vida cotidiana dos jovens e dos contextos em que eles vivem.

Além dos casos acima mencionados, 25% dos jovens ficaram em dúvida sobre optar pela profissão de agricultor ou alguma outra profissão fora da agricultura. A entrevista demonstrou que eles vivenciam os dilemas relacionados à condição de ser um jovem rural na contemporaneidade.

Conforme Teixeira destacou “os atores sociais são criaturas e criadores da sociedade e da história e sendo, também seus interpretes, vivem em permanente tensão entre as escolhas e contingências, instituído e instituinte, factibilidade e possibilidade” (1998, p. 15). Diante das circunstâncias sociais, a possível escolha por outras profissões fora da agricultura depende, na maioria das vezes, das oportunidades oferecidas no próprio local, da sucessão hereditária, da disposição desses jovens de se deslocarem para municípios vizinhos, distantes ou para as cidades grandes. Portanto, esses elementos influenciam as biografias, subjetividades e os projetos para o futuro dos atores sociais envolvidos.

Apenas dois entrevistados, o que responde a 10% dos depoimentos colhidos, responderam que almejam aperfeiçoar a profissão de agricultor com o curso superior, que se soma ao desejo de serem, também, professores no campo. Outros 10% dizem que ainda não pensaram muito a respeito do que pretendem ser no futuro. Esses, apesar de pretenderem continuar em suas comunidades, ao serem interrogados, frisam que ainda não sabem o que querem exercer. Sendo assim, esse momento de indecisão e perplexidade expressa uma insegurança quanto à realização profissional devido às possibilidades reais de sua concretização no âmbito local.

Sobre em que lugar eles gostariam de viver, quase todos responderam que desejam permanecer no campo e de preferência em suas propriedades. Uma moça solteira que vive no município de Araçoiaba, no estado de Pernambuco, foi à única que relatou o desejo de sair de sua comunidade:

Eu acho que desejo ir... Para uma ilha (risos). Não sei qual. Existem várias ilhas, mas o lugar que eu gostaria de viver muito é em uma ilha com práticas agroecológicas e recebendo a visita de vários amigos. Ou, então, eu acho que penso em ser nômade. De viver em vários lugares, utilizando várias técnicas para melhoria do mundo (Eveline, 19 anos, agricultora).

O relato acima anuncia a escolha de saída do município, reitera a preferência por realizar o seu projeto profissional em outras circunstâncias sociais, mas sem abrir mão da condição, do desejo de ser agricultora, e de base agroecológica. Então, apesar da escolha profissional de agricultura marcar seu horizonte, há um modelo idealizado de realização pessoal em outra localidade, de preferência distante do município, isto é, em uma ilha que possui uma

agricultura com matriz agroecológica ou migrar para outros lugares em que ela possa exercer os conhecimentos adquiridos no curso para ajudar outras pessoas.

Em relação à possibilidade de permanência no campo, constatou-se uma situação de certa homogeneidade nas falas dos ingressos, por acreditarem ser possível continuar morando no campo e por entenderem que podem residir e viver bem em suas propriedades, de acordo com as práticas e conhecimentos agroecológicos aprendidos ao longo de sua formação.

As respostas dos entrevistados evidenciam que os jovens agricultores, que pretendem ficar no meio rural, são, em larga medida, aqueles que optaram em fazer o curso de agroecologia. Contudo, a escolha deles em permanecerem no campo não se restringe a questões profissionais, mas se fundamenta, principalmente, em uma avaliação positiva sobre o modo de vida no campo, no que se refere aos vínculos pessoais com o lugar, com a qualidade de vida local e a qualidade das relações pessoais. Vários depoimentos indicam que os jovens agricultores desejam permanecer em suas comunidades e no campo. Acerca disso, vale destacar as próprias expressões dos jovens entrevistados:

“somos nós do campo que alimentamos a cidade”; “eu não quero sair de lá”; “no campo tenho uma vida saudável”; “não tem lugar melhor pra viver do que no campo”, “porque é um lugar muito calmo”, “muito bom pra se viver”; “não preciso ir pra cidade e enlouquecer”; “não tem violência como na cidade”; “facilidade de ter algumas coisas”; “o custo de vida é menor”; “porque é preciso desenvolver o campo”; “gosto daqui e quero ajudar minha comunidade”; “gosto por estar perto da minha família e amigos”; “não penso em sair daqui”; “estou acostumada”, “gosto de viver no meio da natureza”; “a natureza é favorável pra mim”; “não quero aprender outra profissão para distanciar da minha mãe”; “desde pequeno o meu pensamento foi o de ficar no sítio”, “não quero sair”.

Certamente, essas atribuições positivas do campo são vinculadas à importância da natureza no espaço rural e às diversas formas de vida fundadas em relações de proximidade e na sua capacidade de elos de integração social.

Apenas uma jovem que vive em um assentamento no município de Carnaíba, em Pernambuco, e que pretende fazer um curso superior, relatou não ter condição de permanecer em sua comunidade para a realização do seu projeto:

Na minha região, não é possível. Porque tem várias coisas pra colocar, né?! Tem a questão da oportunidade, da faculdade. Acho que na minha região não é possível, porque é distante. Aí tem que sair para a cidade, tem que ir pra capital. Na minha cidade não tenho oportunidades. (Mariana, agricultora, 19 anos).

Nesse contexto, os jovens buscam vencer certos bloqueios e restrições estabelecidas no meio rural, em que vivem, ao buscar o acesso à educação como principal demanda para a realização do seu projeto de vida. Além disso, não se pode negligenciar o leque de questões

subjetivas e objetivas que acabam influenciando a tomada de decisões nas trajetórias seguidas pelos jovens agricultores.

E, por último, os estudantes foram questionados sobre o que seria necessário para realizarem o seu projeto profissional, de efetivação de seus objetivos de vida. Apesar de uma diversidade nas respostas, uma parcela maior, isto é, 40% do universo pesquisado respondeu que o fundamental é adquirir mais capacitação e habilitação. Diante das novas exigências no meio rural, Wanderley (2000; 2013) destacou que os jovens agricultores buscam adquirir uma formação vinculada ao seu contexto socioeconômico, e, por conseguinte, com um caráter profissional centrado no âmbito local e articulado à dinâmica global da sociedade e da economia. Então, tais sujeitos sociais pretendem investir em uma capacitação e habilitação que seja capaz de explorar suas potencialidades no exercício da atividade agrícola como uma forma mais segura de “garantir o futuro” em um cenário de constantes incertezas.

Em um contexto parecido, 20% dos entrevistados responderam que precisam de recursos e oportunidades. Assim, muitos desses jovens, por disporem de pouca terra e condições monetárias, procuram, a partir do curso de agroecologia, uma forma de garantia para realizar o seu projeto profissional. Conforme já destacado em outro momento por Wanderley (2013), a busca de estratégias e arranjos de sobrevivência corresponde a uma forma de tentar permanecer no meio rural e encontrar no espaço local um campo de realização individual e profissional na própria atividade agrícola ou, se necessário, fora dela.

Outros quatro entrevistados, no total também de 20%, relataram que é necessário, sobretudo, ter iniciativa e força de vontade para alcançar seus projetos. Eles justificam suas convicções ao afirmarem suas qualidades pessoais de perseverança e determinação, a saber: “tem que acreditar em si mesmo”, “basta querer” e “devemos seguir sempre em frente”. Mas, conforme abordado nos capítulos anteriores, é importante ressaltar que o sonho de realização profissional não é um fenômeno meramente interno. É importante salientar que as ações projetadas são carregadas por valores e motivações, tanto individuais, quanto de grupos sociais; ou em outras palavras, as alternativas sonhadas são estabelecidas dentro de um contexto sociocultural em que os indivíduos estão inseridos num determinado tempo e espaço.

Sendo assim, para Alves e Dayrell (2015), devemos ponderar os aspectos que envolvem as condições conjunturais e estruturais que compõem as condições subjetivas e o campo de possibilidades, que estão postos no âmbito individual e social da juventude brasileira. Portanto, no caso dos jovens agricultores é essencial não pensar em suas escolhas como algo exclusivamente individual. Se por um lado, há a necessidade de se levar em consideração as características individuais, aptidões e desejos, por outro, as condições socioeconômicas não

podem ser desconsideradas em uma sociedade excludente, que pode comprometer a elaboração e o êxito dos projetos de vida e profissional. Ademais, “tais condições podem sim produzir efeitos perversos, ceifar sonhos individuais e comprometer o próprio desenvolvimento social, por não oferecer igualdades de condições e oportunidades e por não proporcionar a todos o mesmo ponto de partida” (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 380).

Além disso, 10% aludiram que há necessidade de adquirir mais conhecimentos sobre agroecologia e ainda outros 10% mencionaram que devem resolver questões pessoais para realizar os seus projetos profissionais. Entre esses, uma moça relatou que o seu projeto profissional está relacionado em proporcionar o desenvolvimento para comunidade local:

Assim, falta muita coisa... Aí a gente trabalha e também aqui [no Sertão] tem um forno muito interessante... E não sei se... É um forno de barro, que eu estou tentando levar pra lá. A gente [da comunidade local] está tentando montar um grupo de mulheres pra fazer bolo, porque lá a prefeitura sempre compra bolos pra merenda. Tem um menino do IPA [Instituto Agrônomo de Pernambuco] lá, que ele tá vendo, vendo se arruma dois tambores pra gente tentar levar isso pra lá. Porque lá não tem nada. A comunidade é parada. Uma vez eu tentei montar um curso de costura pra gente por lá e não deu certo, porque depende de prefeitura, essas coisas. Então, vou tentar levar esse forno pra lá, pra ver se a gente monta uma turma de jovens pra fazer bolos. E também ampliar a horta com gotejamento, mas isso é um processo, porque a água lá é muito pouca. Aí tem que planejar pra ver se esse projeto vai pra frente. (Raiana, 18 anos, agricultora).

Em tal descrição, evidencia-se que a jovem quer uma maneira de aplicar os seus conhecimentos e de implementar tecnologias alternativas para otimizar os seus empreendimentos e transformar o seu entorno. Para realizar o seu projeto profissional, busca-se envolver outras jovens agricultoras, demonstrando a essas que o investimento em certos ramos de atividades pode gerar oportunidades privilegiadas. Ao assumir o papel de protagonista, a jovem procura garantir uma unidade e uma visão de conjunto amparado nos temas de interesse de diversos segmentos do município.

Assim, muitos dos jovens técnicos em agroecologia são incentivados a desenvolver e estimular a potencialidade de outros atores sociais em sua comunidade local como meio de garantir riquezas através de vocações específicas. Nesse sentido, os negócios para o empreendedorismo correspondem a uma ferramenta fundamental para o crescimento individual, social e econômico, que contribua para as mudanças de circunstâncias locais. (MOURA, 2015).

5.3 A percepção dos jovens agricultores sobre a formação que recebem no Sertão

Na presente etapa da pesquisa, busca-se compreender as principais questões relacionadas à percepção dos jovens agricultores sobre o processo formativo no curso de agroecologia do Sertão. Desse modo, foram realizadas perguntas para os ingressos referentes à formação profissional que recebem, sobre a concepção de agroecologia que adquirem, sobre o aprendizado no tempo comunidade, sobre a pedagogia de alternância, entre outras.

Ao serem inquiridos sobre como a formação do Sertão difere das escolas convencionais, as respostas dos educandos foram bastante variadas. Contudo, o aspecto mais enfatizado por eles foi de que o ensino e aprendizado no curso, ao conciliar o conhecimento com a prática, não fica restrito ao âmbito escolar:

Porque o Sertão ensina na prática. (...) Não é aquele padrão de ficar só na sala de aula. Ele deixa você bem à vontade. Expressa o seu sentimento em vários sentidos. Valoriza a bagagem que você traz. Seu conhecimento. O que é diferente de algumas instituições. Que só é aquele padrão [do ensino convencional]. (Alice, 18 anos, agricultora).

Eu acredito que seja a forma que os professores trabalham com os alunos. Não só na teoria, mas sim na prática. Mostrar realmente, o que estão ensinando. Aí, a gente vê acontecer. (Vandro, 25 anos, agricultor).

As respostas dos entrevistados demonstram que o conhecimento que buscam não é algo instrumental ou apenas profissionalizante, isto é, voltado apenas para a sala de aula ou para o mercado de trabalho. Assim, “o que eles demandam é que a química, a biologia, a física e todas as outras áreas do conhecimento expliquem o mundo em que eles vivem e com isto, que ofereçam condições para serem utilizados por eles, na vida real, fora dos livros, das provas, do vestibular” (TAVARES, 2009, p.295). O entendimento de que a instituição tem uma experiência alternativa de educação que considera as particularidades dos alunos provenientes do campo são valorizados em muitos relatos, ao destacarem que a escola do e no campo deve ser voltada para saberes e práticas relacionadas com a realidade local. Percebe-se que o conhecimento que adquirem pela pedagogia de *aprender fazendo*²² permite a participação, de maneira ativa, nas atividades escolares e no tempo comunidade estabelecida pelo regime de alternância. Portanto, o processo de formação profissional desses sujeitos do campo é algo

²² Rugiu em sua obra: *Nostalgia do Mestre Artesão* (1998), ao percorrer séculos da formação artesanal que se manifesta no pensamento de teóricos como John Locke, Rousseau, Pestalozzi, Froebel e Dewey, nos atenta para o fato de que essa forma de trabalho é uma tradição que se mantém por meio da pedagogia do *aprender fazendo*, transmitida de modo geral, de pai para filho, de mestre para aprendiz através das escolas organizadas. O autor italiano afirma que o artesão encaminhava seu filho à oficina de outro mestre para servi-lo, aprender a trabalhar e ter uma formação moral para então se tornar um novo artesão. “A escola onde aprendiam suas técnicas era aquela da prática, isto é, consistia em um tirocínio para aqueles que já possuíam a habilidade e conheciam os segredos do ofício. Os aprendizes em essência aprendiam fazendo” (RUGIU, 1998, p.8).

mais amplo, mesmo que informal e mais demorado, não apartando o mundo da vida cotidiana²³ da esfera do trabalho e dos meios de produção.

Em seguida, foi perguntado para os educandos se os seus saberes e vivências no campo estão sendo aproveitados pelos professores do Sertão. No geral, os educandos responderam que a relação com os docentes é proveitosa em vários momentos, mas o diferencial pode ser constatado em suas justificativas. Assim como os educadores entrevistados, os jovens afirmaram que ocorre uma partilha de experiências entre os dois grupos, isto é, há uma troca, uns aprendem com os outros. Alguns dos alunos entrevistados afirmaram que estão satisfeitos que os seus saberes e vivências estão sendo aproveitados pelos professores, mas, sobretudo, entre os próprios alunos:

É nessa linha que falei no começo [da entrevista]. De que a gente constrói o conhecimento junto, não é? Não só professor que vai dar aula e a gente fica escutando. Meu conhecimento eu trago junto com o de outro colega que vem de outra região, do pessoal do assentamento e da cidade. Eu acho que esse é o momento que a escola proporciona para o aprendizado em conjunto. Acho que isso contribui pra gente construir o conhecimento com todo mundo (Hugo, 20 anos, agricultor).

Aqui eles aproveitam, exatamente... Tudo. É como se fosse uma lógica em que tudo é reaproveitável. O que você não sabe, você aprende com os professores e colegas, e o que você sabe, você ensina para eles. É uma troca de experiências incrível (Lúcia, 25 anos, agricultora).

O desafio de formar os jovens agricultores está diretamente relacionado em buscar estabelecer uma relação mais horizontal sempre permeada por um diálogo constante entre os educadores e educandos, com o propósito de interferir na realidade local. Tendo como escola de pensamento os valores defendidos pelos princípios da Educação do Campo, o Sertão possui como uma das suas principais afinidades eletivas o pensamento de Paulo Freire. O referido autor (FREIRE, 1997) afirma que através de experiências sociais, o educador-educando e o educando-educador, em um processo educativo libertador, são sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis que os mediatizam. “É preciso que pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1997, p.25). Nessa prática ético-política-educativa os educadores, ao buscarem compreender as dimensões formadoras e educativas que perpassam as vivências dos jovens agricultores,

²³ Entende-se como mundo da vida cotidiana, a realidade dos indivíduos relacionada à atitude de senso comum, em uma esfera pautada pelas relações intersubjetivas: nem somente privada, nem somente pública; nem somente externo, nem somente interno (SCHUTZ; LUCKMANN, 1973, p.25-26).

educam-se e, nesse movimento, reconhecem esses sujeitos sociais como portadores de saberes, de culturas e do modo de ler o mundo (ARROYO, 2012).

Porém, uma moça respondeu que apenas parcialmente suas experiências do local onde vive estão sendo, de fato, aproveitadas pelos professores:

É tem sido aproveitado, mais eu assim, não me expesso muito durante as aulas. Procuo mais aprender. Por que tipo... Não sei muita coisa. Eu tipo estou aprendendo sobre agricultura, mas não é aquela coisa participativa. Mas, depois do curso que eu comecei a fazer, aí comecei a me interessar cada vez mais e estou buscando aprender e participar mais das aulas. (Neide, 18 anos, agricultora).

Tivemos outros comentários variados. Uma aluna disse que a troca de saberes ocorre mais quando são abordados assuntos relacionados à agroecologia. Nesse caso, percebe-se que a troca de saberes é maior com alguns professores específicos quando essa aluna está lidando com atividades práticas. Outro aluno disse que no momento aprende com os professores, mas que seus saberes ainda não estão sendo devidamente aproveitados pelos mesmos.

Para entender a concepção dos estudantes sobre a agroecologia, foi perguntado para eles em que sentido essa área pode contribuir para a prática de uma nova forma de fazer agricultura e de se viver no campo. Em geral, esses sujeitos sociais entendem a agroecologia como algo que garante uma melhoria na qualidade de vida no meio rural. Entre diversas falas, evidenciou-se que a prática agroecológica possibilita maior segurança alimentar e nutricional, sobretudo, ao produzir alimentos diversificados e orgânicos, livre de agrotóxicos, que preserve o meio ambiente e garanta melhorias na unidade familiar.

De alguma maneira, por meio do curso, os jovens almejam uma nova forma de fazer agricultura que, de fato, valorize os sujeitos do campo. Além disso, em seus relatos, percebeu-se que muitos lançaram mão de uma concepção de agricultura que favoreça o convívio com o campo, em sintonia com o meio ambiente, e que não seja predadora das matas, dos solos e das águas. E ainda “uma agricultura sustentável e permanente que soubesse utilizar de maneira eficiente os recursos biológicos, energéticos e humanos” (MOURA, 2015, p.202).

Mais dois entrevistados, evidenciaram que os princípios agroecológicos podem favorecer a permanência no campo e o fortalecimento da agricultura familiar:

Vou observar ao máximo, vou captar o máximo de conhecimento [do curso] para tentar ver dentro da minha propriedade, lá na mata da caatinga (...) observar o máximo de coisa, para que eu possa permanecer naquele lugar.

Ali [região onde ele mora], eu quero permanecer. Eu quero cuidar dali e quero evoluir ali, e tentar fazer aquele lugar ser o lugar mais bonito. (André, 25 anos, agricultor).

Pode contribuir geralmente com a permanência. Eu tinha em média uns vinte colegas, se você for lá hoje, têm poucos... Só têm cinco pessoas que permaneceram no campo. Porque não sabem fazer uma agricultura que dê uma renda, pelo ano inteiro. Só se planta mandioca, só se tira mandioca com um ano e você só ganha dinheiro com um ano. Ninguém vai viver em um sistema desse, ninguém comum. E a agroecologia mostra pra gente que a gente pode ter durante todo ano, todo ano a gente pode ter alguma coisa. O importante é poder diversificar. Não é só plantar mandioca. Por que você não pega aquela área de dez hectares e não planta de pomar? Aí eu acho que contribui muito pra agricultura do campo essa questão de ter uma nova agricultura. Ter uma agricultura que te dê renda o ano inteiro. Não uma agricultura que te dê renda só uma vez no ano. Uma agricultura que dê uma sustentabilidade pra você poder ficar. Um dinheiro pra você poder ficar todo mês ali. Porque mesmo que a gente tenha um supermercado na porta, com certeza a gente vai ter que comprar alguma coisa fora. E como é que a gente vai comprar fora se a gente não tem nem... Quando só se ganha dinheiro uma vez no ano. Eu acho que essa é a ideia de uma nova prática. Ter sempre alguma coisa. (Jane, 20 anos, agricultora).

Os relatos desses alunos revelam a busca por um tipo de agricultura sustentável que possibilite, através da diversidade da produção de alimentos, viver melhor no campo ao assegurar condições de bem-estar socioeconômico para a permanência na propriedade familiar, já que, conforme vimos anteriormente, o êxodo rural ainda é uma questão séria em todo o país, particularmente entre jovens rurais em busca de emprego e melhores condições de vida na cidade grande. Autores como Silva e Coelho (2015) e Morrow (2010) evidenciam que grande parte dos membros das pequenas propriedades dos agricultores com base familiar no país é responsável pela produção de seus próprios alimentos, portanto, pensar sobre os sistemas produtivos que garantam a segurança alimentar e nutricional da família, contribui no combate à fome, à subnutrição e à pobreza, garantindo uma maior qualidade de vida no meio rural.

Ao indagar sobre como a pedagogia de alternância pode contribuir para a formação profissional, os discentes destacaram que ela favorece principalmente no sentido de aplicar os conhecimentos aprendidos durante o curso na propriedade familiar e/ou na comunidade. O fato de o curso ser voltado para questões cruciais do campo constitui-se como alternativa concreta para o aprendizado, pois os conteúdos são voltados para o contexto dos jovens alternantes.

Em consonância com as respostas dos docentes entrevistados, dois estudantes afirmaram que uma escola rural, de regime semi-interno, no modo de alternância, assegura a continuidade no curso de agroecologia, sem prejudicar seus afazeres cotidianos no campo:

Então, só essa continuidade de a gente ter uma semana para a gente se focar mais assim, no estudo, já é diferente. Por exemplo, eu faço muito nessa volta para casa, no meu trabalho. Eu tenho contato com muitas famílias da zona rural, daí a ideia de conversar com elas sobre agroecologia. E isso é importante porque a gente desenvolve na comunidade, desenvolve fora daqui também. (Hugo, 20 anos, agricultor).

Eu acho que, pra mim que sou mãe, eu acho a alternância importante, porque assim... Não precisa vir todo dia. Vem uma semana e depois de ficar estudando e com o tempo mais livre posso fazer as outras coisas em casa e com meu filho, né? Como tenho que cuidar dele e ainda por cima que, como a gente vive também na zona rural, pra gente ficar direto, ficar fora todo dia... Pra cuidar da galinha vai ficar difícil, né? Ela vai ficar sem comida. Pra ficar uma semana já é difícil, porque quem fica é o marido; cuida das coisas, que tipo... Aí minha vó ajuda, minha mãe ajuda, aí quando volto pra casa, eu acho também que é a questão de ficar com meu filho. E praticar, que não é só teoria, né? Eu vou levando lá pra minha terra, vou plantando, vou trabalhando, vou cuidando das minhas coisas. (Jane, 20 anos, agricultora).

Os princípios básicos do Sertão em alternância é uma experiência que revela estar correspondendo aos anseios de muitos educandos que viviam no meio rural sem uma escola alternativa, voltada de forma prioritária para os seus interesses e necessidades. O fato de se ausentar para depois poderem retornar para suas atividades agrícolas na propriedade permite ao jovem agricultor conciliar os estudos com o trabalho, podendo, assim, alcançar um resultado mais satisfatório ao longo do seu aprendizado.

Segundo os relatos dos educadores do curso, o objetivo geral da alternância no Sertão consiste em promover uma formação integral dos jovens, a partir da realidade e das necessidades da pequena propriedade e da agricultura familiar. Então, “partir da realidade não é apenas uma opção metodológica decidida e aplicada entre as quatro paredes das escolas, mas trata-se de uma opção política, um compromisso de transformação do meio e da sociedade como um todo”. (NASCIMENTO, 2007, p.187). Surge daí o sentido de sucessão de sequências vivenciadas pelos alunos entre o meio sócio familiar e o meio escolar, de maneira a conjugar a formação prática e teórica. Este é um processo formativo que contribui para experiência pessoal e que proporciona uma base de conhecimento que parte do concreto para o abstrato.

No “tempo comunidade” o aluno após ter vivenciado os conteúdos em sala de aula, envolve-se e problematiza os conhecimentos que trouxe da sala de aula para a propriedade. Desse modo, os alternantes são estimulados a promover e compartilhar com a família, as impressões e resultados alcançados no “tempo escola”, como evidencia-se através dos seguintes relatos:

Você passa a observar mais sua propriedade... Ver erros onde você nem imagina que tinha. (...) É praticamente... Eu não sei nem te explicar... É uma coisa bem incrível. Porque passaram atividades pra contar quantas fruteiras tinham na propriedade e eu fiquei assim... Eu não imaginava. Eu fui lá contar tudo e não imaginava a quantidade de coisas que tinha. Então nos motiva a observar mais a nossa propriedade. (Alice, 18 anos, agricultora).

Nossa está sendo muito... Muito importante, porque eu chego em casa e falo alguma coisa pra minha mãe e pra minha esposa e elas respondem: “Rapaz, é mesmo”? “É, vou fazer e demonstro que é possível”. Então fica todo mundo espantado. Para alguns colegas eu mostro também a questão: olha a gente faz assim, produz assim, dá certo, e eles “é mesmo?” Quando eu mostro, aí eles vêm - cai a ficha que é verdade e que dá pra fazer. (André, 25 anos, agricultor).

É a gente se envolver não tão somente com o curso, mas também com a comunidade onde a gente reside. Até também, eu vejo também, o “tempo comunidade” como uma forma de ajudar ao meu próximo. “Tá precisando de alguma coisa”? A gente vai lá fazer mutirão, resolve aquele problema. Eu acho que pra mim isso é o mais interessante. (Vandro, 25 anos, agricultor).

Contudo, em um caso, a jovem alegou estar tendo dificuldades de aplicar os conhecimentos agroecológicos aprendidos em sala de aula, no tempo-comunidade, fato que se encontra na transcrição do depoimento abaixo:

Tem sido um pouco complicado, porque minha família não está muito acostumada com esses hábitos, assim, da agricultura mais sustentável, baseados nos princípios da agroecologia e aí tem sido um pouco conflituoso. A gente tem enfrentado alguns desafios. Mas está caminhando e espero continuar e evoluir (...). Porque meu pai se baseia muito nos princípios da agricultura convencional: uso de agrotóxico, assim fogo, tudo que é diferente dos princípios da agroecologia. (...) Sim, algumas coisas. Porque ele acha que a maneira que a gente pratica aqui, tipo, não favorece as coisas lá. Não funciona da maneira que deveria funcionar. (Neide, 18 anos, agricultora).

Outro educando revelou algo parecido: “bom, tem sido boa a experiência, mas só que estou um pouco atrasado, porque eu ainda estou tentando colocar na cabeça dos meus pais um tipo de agricultura totalmente diferente do que eles pensam por lá” (Naldo, 19 anos, agricultor).

Diante dessa situação, tais jovens tentam convencer os pais a abandonarem uma tradição da revolução verde para aderir à agroecologia. Tavares (2009), apoiado nos estudos do sociólogo alemão Norbert Elias²⁴, destacou que apesar de uma geração herdar de seus predecessores o repertório cultural, esse nunca pode ser completamente absolvido, e isso

²⁴ Para mais informações ver: ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.

ocorre devido à experiência de cada geração no mundo ser diferente daquelas que a antecede. “Este repertório é formado através das experiências de novas gerações em contato com o mundo social em que vivem” (TAVARES, 2009, p.50).

O conhecimento adquirido no curso de agroecologia possibilita ao estudante reavaliar e readaptar as tradições culturais e comportamentos vigentes na sociedade, especialmente no modo de pensar e fazer agricultura. Entretanto, como consequência, a tentativa de aplicar os princípios agroecológicos na propriedade pode gerar uma tensão e conflito familiar, sobretudo, quando a autoridade da família não aceita a introdução de novidades na maneira como administra o seu negócio no campo. Nesse sentido, as mudanças dos hábitos podem ser parciais ou gradativas, pois os processos de mudanças dos padrões comportamentais nunca se completam definitivamente em uma geração (TAVARES, 2009). Porém, em determinados contextos, podem ocorrer rupturas maiores entre gerações que convivem no mesmo momento histórico.

Por outro lado, é de grande relevância para a formação dos alunos que os monitores acompanhem as atividades do tempo-comunidade e que eles vivenciem com os alunos suas experiências e as especificidades de suas propriedades. Os monitores, por meio dos princípios da ATER, possuem uma função consistente e participativa de diagnosticar e avaliar os alternantes. Segundo as resistências de muitos chefes de família - que costumam abandonar uma agricultura convencional baseada na monocultura, no corte-e-queima das pastagens e no uso intensivo de agrotóxicos - a visita e o acompanhamento dos técnicos do Sertão, aos jovens alternantes, contribuem para explicar e disseminar práticas baseadas na agroecologia e na permacultura, como forma de encaminhar as propriedades familiares para a transição de um modelo de agricultura alternativa.

E, finalmente, perguntou-se aos alunos se, ao utilizarem as técnicas de permacultura, que estão sendo aprendidas no curso, houve alguma melhoria para sua vida, da família e na propriedade. Em diversos relatos, eles conseguiram apontar alguns avanços, principalmente no que diz respeito à diminuição ou ao não uso de agrotóxicos na propriedade. Além disso, muitos apontaram que, mesmo em pouco tempo de curso, houve algumas pequenas melhorias na propriedade familiar através da criação de hortas, utilização das folhas e restos de alimentos como adubo orgânico, limpeza do quintal, reutilização das fontes naturais, etc.

Ficou constatado em alguns relatos, mudanças positivas na maneira de (re)pensar e de fazer agricultura. De tal modo, percebe-se a concepção de desenvolvimento sustentável como ideia-chave nos depoimentos dos jovens agricultores. Em conformidade com os estudos de Tavares (2009) e Araújo (2005), podemos destacar que esses jovens defendem um tipo de

desenvolvimento que busque valorizar o agricultor e uma forma de agricultura alternativa que representa o ‘resgate’ de um saber tradicional, anterior à revolução verde, que desde a década de 1960 vem degradando o ambiente, ao poluir a terra e a água, com fertilizantes e insumos químicos. De tal maneira, os jovens agricultores são estimulados a se tornarem agentes do desenvolvimento local, cabendo a eles desenvolverem conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o bem-estar econômico e social de sua comunidade. “Ao contribuir para ampliar o universo cultural dos jovens e do conhecimento de tecnologias alternativas de produção essas organizações ajudam a valorizar o papel que os jovens desempenham em suas comunidades, ou que podem desempenhar quando são dadas as oportunidades” (TAVARES, 2009, p.309).

E, por fim, ao percorrer os caminhos da pesquisa junto aos professores, técnicos e alunos, ouvi-los em entrevistas, conversas informais e nas diversas participações em sala de aula, constatou-se que a maioria dos jovens agricultores, durante a sua formação, não busca somente uma agricultura alternativa que possibilite melhoria econômica, mas também em termos de maior sustentabilidade, sobretudo, ao produzir e consumir alimentos saudáveis, diversificados, ricos em nutrientes e que não contenham insumos químicos e agrotóxicos. Como resultado, os alternantes demonstram um grande interesse em implementar e desenvolver os conhecimentos e práticas agroecológicas/permaculturais objetivando contribuir para o bem-estar não só de sua família, como de sua comunidade local.

Dessa forma, a maioria dos jovens agricultores familiares do curso de agroecologia possui o desejo de permanecer no meio rural e encontrar no espaço local, um campo de realização pessoal e profissional na própria atividade agrícola. Para esses, modificar o entorno, otimizar a propriedade familiar e melhorar as circunstâncias da comunidade local são as principais demandas a serem conquistadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, mais do que propor conclusões definitivas, pretendeu-se analisar os principais elementos do processo de formação dos jovens agricultores no curso de agroecologia. Assim, o presente estudo teve o propósito de oferecer subsídios para melhor compreensão do fenômeno social investigado. Na situação considerada, buscou-se entender alguns aspectos que contribuam para o acúmulo de conhecimentos e o aprofundamento para novos estudos empreendidos.

Com vista às transformações no mundo rural, constatamos que a proposta de formação profissional defendida pelo Sertão foi estabelecida a partir dos desafios concretos no campo, no que se refere a uma escolha educacional, política e ideológica, favorável a um modelo de desenvolvimento local alternativo em relação ao modelo hegemônico. Tal proposta quer um campo voltado para as pessoas em contraposição a um campo com predomínio de máquinas, concentração de terras e com condições de desigualdades socioeconômicas profundamente instauradas na sociedade. “Para isso, construindo-se a cidadania a partir do campo, na medida em que vem se afirmando a juventude como um público protagonista e estratégico para mudanças sociais, econômicas, enfim, para um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e inclusivo”. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p.82).

O processo de aprendizado está relacionado às articulações intrínsecas que compõem os seguintes temas: questão agrária, desenvolvimento rural, matriz tecnológica alternativa com base na agroecologia e soberania alimentar, oportunidade de os jovens agricultores e outros estudantes do curso perceberem as várias contradições existentes no modelo histórico de modernização conservadora, estabelecido no meio rural brasileiro. Nesse sentido, a instituição propõe uma educação baseada em um modelo de agricultura contra hegemônico pautado pela diversidade, por suas identidades, saberes, vivências. Portanto, uma concepção do mundo rural que não seja dominado pelo grande latifúndio e o monocultivo em grande escala, que prejudica o meio ambiente e os sujeitos do campo que ali vivem. Além disso, “que valorize os saberes, as matrizes produtivas sustentáveis, a exemplo da agroecologia, que produza alimentos saudáveis para toda a sociedade brasileira”. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p.40). Podemos então aferir que o Sertão desenvolve uma reconhecida atuação junto aos atores sociais do campo, ao procurar atribuir um novo papel para a juventude rural, implantando um modelo inovador de formação profissional com base na ação social, política e econômica, de jovens agricultores que contribuam para o desenvolvimento local e fortalecimento da agricultura familiar.

Ainda podemos constatar que, entre a maioria dos educadores e educandos, ocorreu uma troca de saberes por meio de uma efetiva interação relacionada à teoria e à prática. De fato, o Sertão busca um diálogo constante entre os saberes tradicionais e saberes técnicos científicos, voltados para a construção de conhecimentos estabelecidos pela pedagogia de alternância, tanto no tempo-escola como no tempo-comunidade. Indo além, o processo de formação não se limita a um tempo de aprendizado teórico e prático, mas realiza um trabalho reflexivo e crítico estabelecido através das experiências dos professores e alternantes.

O curso também explicita diversas concepções, valores e atitudes que os jovens agricultores se apropriam ao longo da formação e que se transformam em referência fundamental para o cotidiano, para o trabalho, para família e para a propriedade. No qual é ensinado a se virar na vida, a gerar renda e *aprender fazendo*. “Por isso que é comum educandos dizerem: esse curso não ensina só tecnologia, antes de tudo ensina a viver, a ser cidadão, a defender o planeta, a construir uma sociedade mais justa, prepara-nos para a vida. É uma proposta de vida antes de ser uma proposta de curso” (MOURA, 2015, p.215).

Nesse contexto, o Sertão se apresenta como uma proposta alternativa e comprometida com uma concepção diferenciada de aprendizado e participação. Logo, é um tipo de formação que proporciona aos jovens, o desenvolvimento das habilidades, atitudes e competências que possibilitam torná-lo um técnico e cidadão para atuar no campo. Além disso, busca estimular atividades não agrícolas que tem compromisso com o entorno, para encontrar formas de aperfeiçoar as propriedades familiares, melhorar a condição de trabalho e proporcionar um maior rendimento para os municípios. “No entanto, isso não é uma construção fácil, muito menos simples. Trata-se de um processo complexo, multidimensional, que implica opções e responsabilidades políticas, econômicas, epistemológicas”. (SILVA, 2007, p.133). Por isso, essa proposta de formação para ser continuamente efetivada, necessita do empenho e diálogo entre diversos atores sociais e políticos, além de energia, conhecimentos, planejamento, trabalho, recursos e, sobretudo, de tempo para que possa ser realizado de maneira construtiva e satisfatória.

O Sertão ao oportunizar os conhecimentos e práticas para que esses jovens possam se manter no campo, permite que eles possam desenvolver ou aproveitar oportunidades locais sem que, necessariamente, precisem migrar para outras cidades ou metrópoles. Diante de todos esses elementos contidos na proposta do curso de educar para a vida, através do trabalho, a instituição contribui para a formação de novos agricultores, mas não impede que outros possam ficar ‘sobrando’ pelo caminho ao não conseguirem realizar os seus projetos

profissionais para o futuro. Portanto, “o que pode se perceber é que a socialização pelo trabalho ainda ocorre, e continua a ser considerada positivamente, inclusive entre jovens, mas não é certamente um caminho fácil e certo para assegurar a sua permanência na agricultura, que depende da conjugação de muitos outros fatores” (TAVARES, 2009, p.285).

Nessa articulação entre escola e família, busca-se uma pedagogia de alternância integrativa para os jovens. Ademais, a combinação do processo de formação profissional no curso de agroecologia, em consonância com as demandas e lutas dos movimentos sociais e políticos da juventude (seja rural, seja urbana), fornece um princípio de sustentação educacional e profissional. Portanto, essa proposta vai além da falácia de que a educação por si só possui a capacidade de realizar transformações significativas na sociedade e impedir o êxodo rural, ao promover melhorias na condição de vida dos agricultores familiares, entre outras (SILVA, 2007). De fato, para que a educação/formação contribua para a permanência dos jovens no campo, se faz necessário concebê-la para além de seus aspectos formais, pois, é preciso abordá-la em sua totalidade e complexidade, ou seja, como uma prática que não seja mera reprodutora dos valores dominantes da sociedade, mas sim como uma aliada na transformação social, política e econômica, como forma substancial de fazer a diferença no campo (BASTIANI; STRASSER, 2012).

E, finalmente, é importante destacar que diversas questões não puderam ser retratadas nessa pesquisa. Algumas que dizem respeito a ordens mais pessoais – como o acompanhamento dos jovens agricultores e de seus familiares nas atividades relacionadas ao tempo-comunidade - o que exigiriam um contato mais direto, uma observação mais continuada e uma relação mais profunda entre o pesquisador e os atores/sujeitos do estudo. Outras limitações foram abordadas pelo próprio estudo em curso. Em todo o caso, evidencia-se a necessidade de continuidade da pesquisa proposta e de certas lacunas, de modo a contribuir ainda mais para o aprofundamento do debate relacionado ao trabalho, à educação e à formação profissional no campo, que envolve a juventude rural brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Abramo, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). *Retratos da juventude: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O Futuro das regiões rurais*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 4 ed., 2009.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p.379

ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. *Ser alguém na vida: um estudo sobre os jovens do meio rural e seus projetos de vida*. Educ. Pesqui, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 375-390. abril/jun/2015.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. A alternância na formação do jovem do campo: O caso da escola família agrícola Angical. In: OLIVEIRA, João Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: Ucg, 2007. p. 39-70.

_____. *Escola para trabalho, escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical - Bahia*. 2005. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARROYO, Miguel. Pedagogia do Oprimido. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 555-560.

BASTIANI, Tânia Mara de. ; STRASSER, Renata Blini. *Permanência dos jovens no campo: para que?*. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS, 2012, Pelotas - RS. I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS, 2012.

BASTOS, Fernando. *Uma Reflexão sobre agriculturas familiares e agricultura familiar no Nordeste: um desafio às políticas públicas*. Observatório Social do Nordeste - OBSERVANORDESTE, IV edição da página virtual, 2004.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso 12 dezembro, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. São Paulo, GEIC/Cabral, 1995.

_____. *O afeto da terra*. Campinas, Unicamp, 1999.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 2001 – 9ª edição, Editora 34, São Paulo.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267

_____. Pedagogia do movimento. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 548.

CAPORAL Francisco Roberto; COSTABEBER José Antônio, PAULUS Gervásio, *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável?* In: CAPORAL, F. R. (Org.); AZEVEDO, E. O. (Org.). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*, Ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. V. 1. 192 p. (p.54).

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.11, p-53-75, ou. 1998.

_____. Juventude Rural. Projetos e Valores. In: ABRAMO, H. W; BRANCO. P. P. M. *Retratos da Juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

_____. CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, Ângelo. *A pedagogia de alternância no ensino técnico agrícola: a experiência do proner na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal do Estado do Pará*. In: SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia: Saberes e práticas pedagógicas. Belém: IFPA, 2015. p. 296.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005. Tese de Doutorado.

CASTRO, Elisa Guaraná *et al.* *Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio De Janeiro: Editora da Universidade Rural, 2009. p. 329.

CATTANI, Antonio David; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Formação profissional. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 203-209.

CÈLIA, Régina; NOVAES, Reyes; CARA, Daniel Tojeira. *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIVIATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CUNHA, Alexandre. MPT planeja ações para os milhares de demitidos de Suape: Conclusão das obras obriga o desligamento de mais de 40 mil trabalhadores, até 2015. *LeiaJa*. Recife, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/noticias/2013/11/06/mpt-planeja-acoes-para-os-milhares-de-demitidos-de-suape/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CHAYANOV, A.V. *La organization de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires Nueva Vision, 1974. 339p.

CRUZ, Renilton. A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da Escola Ensino Médio Rural. In: SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. *Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia*. Belém: IFPA, 2015. p. 129-154.

DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. *Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.) 2006, *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, p.15-41.

DURSTON, John. *A juventude rural excluída da América Latina: reduzindo a invisibilidade*. Trabalho apresentado no Congresso de La Asociacion Latinoamericana de Sociologia (ALAS), 1997.

_____. *Juventud rural em Brasil y México: reduciendo La invisibilidad*. Santiago do Chile: CEPAL, 1998. Disponível em www.cinterfor.org.uy. Acesso em 25/10/2015.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.

EMATER. *Qualificação dos produtores de leite*. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1794>>. Acesso em 18 de out. de 2009.

FALCÃO, Rosa. Metalúrgicos denunciam demissões em estaleiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 fev. 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/02/20/internas_economia,561919/metalurgicos-denunciam-demissoes-em-estaleiros.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2016.

FERRARI, Dilvan Luís *et al.* ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz. *Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?*. Estudos sociedade e agricultura. Rio De Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271. 10/2004.

FERREIRA, Cícero; SOUZA, ROMIER. *A trajetória da educação do campo no Instituto Federal do Pará: A verticalização do processo de ensino como prática pedagógica*. In: SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. *Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia: Saberes e práticas pedagógicas*. Belém: IFPA, 2015. P-29-62.

FERREIRA, Germano de Barros. *Qualificação técnico-profissional em agroecologia: uma análise da experiência do Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA*. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão do Desenvolvimento Local e Sustentável, Universidade de Pernambuco, Recife, 2015.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 265-271.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado*. Brasília: UNB, 1989.

GASKELL, George. *Entrevistas individuais e grupais*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis: Ed. Vozes. 2002. p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

GLIESSMAN, Sthefen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRG, 2005. 653p.

GODOI, Emilia Pietrafesa de., MENEZES, Marilda Aparecida de., MARIN, Rosa Acevedo. (ORG) *Diversidade do campesinato e categorias, Estratégias de reprodução*. V.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

GÖTSCH, Ernst: *Homem e Natureza, Cultura na Agricultura*. Recife: Centro Sabiá, 1997.

GUHUR, Dominique Michèle Perito; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-73.

HOLMGREN, David. *Permacultura: Princípios e caminhos além da sustentabilidade*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

JACCOUD, Mylène. & MAYER, Robert. *Observação direta e pesquisa qualitativa*. In: POUPART, Jean. *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução Ana Cristina Nasser*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 254-294.

LAMARCHE, Hughes. *A agricultura familiar: Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 1 vol.

_____. *A agricultura familiar: Do Mito à realidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. 2 vol.

LIMA, Elianei de Nascimento. A participação dos pais e da comunidade na pedagogia de alternância: A experiência da escola família agrícola. In: OLIVEIRA, João Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: UCG, 2007. p. 99-119

MANFRENDI, Silvia Maria. *Trabalho qualificação e competência profissional: Das dimensões conceituais e políticas*. Campinas: Educação e Sociedade, v. 19, n. 64, 09/1998.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia do Conhecimento*. vol. II. Editora Rê. 1989.

MARTINS, Suely Aparecida. *Juventude e juventude do campo: Algumas considerações*. Faz Ciência, Paraná, v. 9, n. 9, p. 237-256. jan/jun. 2007

MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, M. S. Uma experiência histórica do campesinato do Nordeste In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A., MARIN, R.A. (ORG) *Diversidade do campesinato e categorias, Estratégias de reprodução*.V.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. (Juventude estudos).

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

WRIGHT MILLS, Charles. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna et al. (Org.). *Educação do campo e formação profissional: A experiência do Programa de Residência Agrária*. 2009. ed. Brasília: Mda, 2009. 424p.

MOLLISON, Bill. *Permaculture, a designer's manual*. Tagari Publications, 1988.

_____. *Permaculture One*. Corgi Press, Austrália. 1978.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. 128p.

MOURA, Abdalaziz de. *Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável - PEADS: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo*. Glória de Goitá (PE): Bagaço, 2003.

_____. *Uma filosofia da educação do campo que faz a diferença para o campo*. Recife: Via Design, 2015. 408p.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Novos atores políticos em formação: Princípios Educativos da EFA em Goiás na construção de cidadania e inclusão social. In: OLIVEIRA, João Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: UCG, 2007. p. 181-197.

NOSELLA, Paolo. Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das escolas familiares e agrícolas do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Org.). *Educação na Alternância: cidadania e inclusão social*. Goiânia: UCG, 2007. 224p.

_____. Percalços da escola e sentidos da educação. In: OLIVEIRA, João Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (Org.). *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: Ucg, 2007. p. 11-16.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho*. Cad. CRH, 2013, vol.26, n.68, p. 233-252.

PADOVAN, Milton Parron; CAMPOLIN, Adaigiza Inês. *Caminhos para mudanças de processos e práticas rumos a agroecologia*. Dourados: Editoração eletrônica, 2011.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Imprensa nacional da Casa da Moeda. Lisboa, 1993.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. *As construções de identidades e diferenças entre jovens rurais e urbanos em um pequeno município*. Tese de doutorado. Recife, UFPE /PPGS, 2010.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural- cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RENDIN, Ezequiel. *O futuro incerto do jovem rural*. Pombal - PB: Intensa, v. 8, n. 1, 30/11/2014.

ROUSSEAU, J.J. *Emílio, ou Da Educação*. Martins Fontes, 1995.

MORROW, Rosemary. *Permacultura Passo a Passo: Earth User's Guide to Permaculture*. 2. ed. Pirenópolis, GO: Mais Calango Editora, 2010. 240p.

RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. *Achegas*, ago. 2003. Disponível em: <www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm>

SÁ-SILVA, J.R., ALMEIDA, C. D. de, GUINDANI, J. F.(2009). *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I - Número I, p. 01-15

SERTA: *Objetivo da área de atuação*. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/site/o-serta/objetivo-e-area-de-atuacao/>>. Acesso em: 08/01/2016.

SERTA: *Histórico*. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/site/o-serta/historico/>>. Acesso em: 09/01/2016.

SERTA, Serviço de Tecnologia Alternativa - *Plano de Curso - Eixo Tecnológico - Recursos naturais*. Ibimirim - PE: 2015.

SERTA: *Projeto ATER*. Disponível em: < <http://www.serta.org.br/site/projetos/projeto-ater-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-pronater/>>. Acesso em: <31/07/2016>.

SERTA, Serviço de Tecnologia Alternativa - *Projeto político pedagógico*. Ibimirim - PE: 2016.

SILVA, José Edivaldo; VAZ, Janaína. "Nós tamo aprendendo com eles, eles tão aprendendo com a gente": a troca de saberes vivenciados na turma PROEJA Quilombola - IFPA Campus Castanhal. In: SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. *Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia: Saberes e práticas pedagógicas*. Belém: IFPA, 2015. p. 153-190.

SILVA, Lourdes Helena da. Desafios e perspectivas das experiências brasileiras de formação em alternância na construção da parceria escola-família. In: SILVA, Lourdes Helena da; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: UCG, 2007. p. 121-136.

SILVA, Luzinette; COELHO, Roberta. Diagnósticos dos quintas agroflorestais das comunidades rurais de Bragança, no Pará. In: SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. *Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia: Saberes e práticas pedagógicas*. Belém: IFPA, 2015. p. 296.

SOARES, Ana Maria. Dantas. *Política Educacional e Configurações dos Currículos de Formação de Técnicos em Agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?* 2003. 242p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SOUZA, Carmen Zeli Vargas Gil. *Juventude Contemporaneidade: possibilidades e limites*. Revista Última década, n.20, jun 2004, p.47-69.

SOUZA, Emilene Leite de. *Quando é hora de decidir, ficar ou partir?* O desafio enfrentado pelos jovens de um assentamento Semi-Árido paraibano. João Pessoa: GPAF/UFPB, 2001. 25p.

SOUZA, Romier; CRUZ, Renilton. *Educação do campo, Formação Profissional e Agroecologia na Amazônia: Saberes e práticas pedagógicas*. Belém: IFPA, 2015.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amorrotu, 2003.

STROPASOLAS, Valmir. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TAVARES, Mauricio Antunes. *Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas: Vida Social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão Pernambucano*. 2009. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, PPGS, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

_____. *Caminhos Cruzados, Trajetórias Entrelaçadas* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, 14, 2009.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. *Tempos enredados: teias da condição professor*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1998.

VIEIRA, Paulo Freire *et al.* Da pedagogia de alternância à educação para o ecodesenvolvimento: Um balanço da experiência catarinense de formação da juventude rural. In: SILVA, Lourdes Helena da; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Educação na Alternância: Cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro*. Goiânia: UCG, 2007. p. 137-179.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. As questões em debate: O Brasil, agricultura familiar ou latifúndio?. In: LAMARCHE, Hughes. *A agricultura familiar: Do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 27-30.

_____. *Juventude Rural: Vida no campo e projetos para o futuro*. Ed. Universitária da UFPE, Recife. 2013.

_____. O Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio De Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - O “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Pernambuco, 2000.

_____. Que territórios, que agricultores, que ruralidades?. In: CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa de; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; ANDRÉ, Nierdele, Paulo. *Participação, Território e Cidadania: Um olhar sobre a política do desenvolvimento territorial no Brasil*. 23. ed. Recife: UFPE, 2014. Cap. 9. p. 337-352.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, Hans Heinrich. & WRIGHT MILLS, Charles. (orgs.) Max Weber - *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Parte II: Poder, cap. VIII. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p. 229-282.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. WOORTMANN, Klass. *Fuga a Três Vozes*. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A., MARIN, R.A. (ORG) *Diversidade do camponato e categorias, Estratégias de reprodução*. V.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

ANEXO A - IMAGENS DO SERTA

Foto 1 - Entrada da UPPO (Unidade Pedagógica de Produção Orgânica)



Fonte: MEDEIRO, Inã Cândido de (Nov., 2016).

Foto 2 - Professores, monitores e alunos em sala de aula



Fonte: Serta - Serviço de Tecnologia Alternativa.

Foto 3 - Aula prática de agricultura



Fonte: SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa.

Foto 4 - Casa de produtos orgânicos



Fonte: MEDEIRO, Inã Cândido de (Nov., 2016).